



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 041 – TERÇA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3)</p> <p>LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT</p> <p>LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p>LÍDER Renan Calheiros - PMDB</p>	<p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Moraes - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER - PFL José Agripino - PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p>LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM</p>	<p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá - PMDB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 21ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE MARÇO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para tipificar o chamado ‘seqüestro relâmpago’..... 07928

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre a transferência da responsabilidade pela Rede de Hidrometeorologista Nacional da Agência Nacional de Águas (ANA) para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e dá outras providências. 07930

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 7, de 2004, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o disposto no artigo 6º da Resolução do Senado Federal nº 53, de 1997, permitindo a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado Federal. 07935

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 174, de 2004, em 18 de março de 2004, e publicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que altera o termo inicial dos prazos previstos nos artigos 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 07935

1.2.3 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Relata a greve da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, chamando a atenção para o problema de falta de segurança no Estado. Menciona, também, que várias outras categorias profissionais estão em greve em todo o País. Aguarda aprovação de projeto que permita o acesso ao FGTS de pessoas com mais de 60 anos de idade, atendendo ao previsto no Estado do Idoso. Informa ainda a Casa sobre a mobilização de prefeitos e vereadores, ocorrida na semana, objetivando fortale-

cer os municípios. Participação de S. Exª no Seminário Internacional sobre a Questão Racial, a convite da Ministra Matilde, ocasião em que fez homenagem a Abdias do Nascimento..... 07936

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 338, de 2004, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Cássio Leite de Barros, ocorrido no dia 21 do corrente. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Senador Ramez Tebet..... 07948

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Comentários ao Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2004, de sua autoria, que acrescenta o artigo 508-A à CLT para dispor sobre a proibição de descontos nos salários dos empregados. 07949

SENADOR ALVARO DIAS – Importância do Porto de Paranaguá, denunciando o caos ali instalado com a paralisação de suas atividades. Críticas do Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnelo, sobre a política social do governo Lula. Análise da gravidade do desemprego no País, ressaltando o insucesso do Programa Primeiro Emprego. 07950

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Discorre sobre o Dia Mundial da Água, pontuando o grave problema da falta de água e de saneamento básico no planeta, ao tempo em que elogia a CNBB pela oportunidade do tema da Campanha da Fraternidade deste ano: Água Fonte de Vida. . 07955

SENADOR DUCIOMAR COSTA, como Líder – Relato da trajetória histórica do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seu regozijo em participar da legenda, destacando o apoio do Partido ao atual governo. 07956

SENADOR PAULO OCTÁVIO, como Líder – Transcurso do Dia Internacional da Água. Notícia a posse do subsecretário de Vigilância de Nascentes, Sr. Antônio Magno, pelo governador de Brasília..... 07957

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Considerações sobre a 7ª Marcha dos Prefeitos. Defesa de

várias reivindicações em prol dos municípios brasileiros. Cobrança de um novo pacto federativo. .

07961

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

– Comemoração do Dia Mundial da Água. Preocupação com a escassez de água no planeta.

07964

SENADOR JONAS PINHEIRO – Críticas a propaganda da Organização Internacional do Trabalho sobre o trabalho escravo nas propriedades rurais. Defesa da permanência do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues no Governo Federal.

07967

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa do projeto de biossegurança que tramita no Senado que estabelece a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança como última instância para decidir sobre a comercialização do organismo geneticamente modificado. Comentários sobre o sucesso do agronegócio brasileiro.

07970

SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários sobre a notícia veiculada pela imprensa sobre a possibilidade do Mercosul fechar um acordo com a União Européia que garantirá a venda de produtos agrícolas. Relatório divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em reunião realizada em Lima, no Peru, sobre perspectiva de crescimento dos países da América Latina.

07972

SENADOR RAMEZ TEBET – Cobranças para a votação urgente da Proposta de Emenda a Constituição nº 77, de 2003 (PEC paralela), para honrar o acordo feito na votação da reforma da previdência.

07976

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre o pronunciamento do Senador Ramez Tebet. Comemoração, ontem, do Dia Florestal Mundial. Conclama o Senado a promover um amplo debate em torno da reforma universitária.

07977

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Apelo à Agência nacional de Saúde para intermediar conflito entre os médicos baianos e às seguradoras Sul América e Bradesco, no que tange ao valor da consulta.

07981

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Considerações sobre o parlamento brasileiro. Preocupação com a inércia na apreciação de vetos presidenciais.

07982

SENADOR MÃO SANTA – Defesa do combate ao desemprego como ação prioritária do governo Lula.

07983

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Transcrição de ofícios endereçados ao Ministro da Justiça e ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, para esclarecer denúncias formuladas pelo ex-chefe do FBI no Brasil, Carlos Alberto Costa, publicadas essa semana pela revista Carta Ca-

pital, sobre escuta telefônica pela agência norte-americana no Palácio do Planalto.

07986

1.2.6 – Ofícios

Nº 54/2004, de 22 do corrente, da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Romero Jucá como Vice-Líder do Governo.

07989

Nº 106/2004, de 22 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, solicitando a exclusão do Senador Geraldo Mesquita Júnior, como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 928, de 2003.

07989

Nº 107/2004, de 22 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais.

07989

Nº 111/2004, de 22 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais.

07989

Nº 168/2004, de 22 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar evasão de divisas no caso BANESTADO.

07989

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 339, de 2004, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, solicitando licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 dias, a contar do dia 23 do corrente.

07989

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Reconhecimento da importância do Programa Bolsa-Família.

07990

SENADOR ALVARO DIAS – Registro de matérias do jornal **O Estado de S.Paulo**, de 03 do corrente, sobre o “caso Waldomiro”.

07990

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Comentários à matéria publicada no jornal **O Globo**, do dia 12 do corrente, intitulada “Alencar: ‘se fosse senador, eu seria a favor da CPI, como sempre fui’”.

07997

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “Perdas e ganhos”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, publicado no **Jornal do Brasil**, de 08 do corrente.

07997

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro do artigo intitulado “O problema (ou a solução) tem nome: é Lula”, de autoria do colunista Elio Gaspari, publicado no jornal **O Globo**, de 10 do corrente.

07999

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comemoração do Dia Internacional da Água. Sauda a

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela realização da quadragésima Campanha da Fraternidade, que aborda o tema "Fraternidade e Água"..... 08000

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Homenagem de pesar pelo falecimento do Dr. Cássio Leite de Barros, ex-Governador do antigo estado de Mato Grosso. 08001

SENADOR *PAPALÉO PAES* – A importância da água doce, como o bem social mais importante do século XXI, e a preocupação com o seu uso de forma irracional. 08002

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 08003

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, SEXTA-FEIRA, DIA 19/03/04

3 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 39 a 46, de 2004. 08006

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 48, de 2004. 08010

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 465 e 466, de 2004. 08011

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 21ª Sessão Não Deliberativa em 22 de março de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos e da Sra. Serys Slhessarenko

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004

Acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 158.

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de seis a doze anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art 159, 2º e 3º, respectivamente. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O chamado “seqüestro relâmpago” tem-se tornado prática cada vez mais freqüente em nosso País, e constitui modalidade criminosa de especial gravidade, uma vez que adota os elementos do roubo, da extorsão e do seqüestro. Os debates na doutrina penal

e na jurisprudência sublinham a dificuldade de se tipificar essa nova conduta ilícita, havendo os que a consideram roubo, os que acham ser extorsão, e os que a enquadram como seqüestro.

A Lei nº 9.426, de 1996, tentou minimizar essa indefinição acrescentando um inciso V ao § 2º do art. 157 do Código Penal (CP), o qual, contudo, é hoje amplamente rejeitado para a hipótese, pela falta de técnica e precisão na formulação do dispositivo.

Grande parte da doutrina e jurisprudência, até mesmo dos tribunais superiores, inclusive STF, tem se manifestado no sentido de que a coação do criminoso no seqüestro relâmpago não configuraria o roubo, mas, na realidade, a extorsão (art. 158 do CP).

Conforme os ensinamentos do conhecido doutrinador Damásio de Jesus, acerca do enquadramento típico da conduta delituosa que consiste no constrangimento da vítima para efetivar os saques ou entregar o cartão magnético e fornecer a respectiva senha, existem três orientações que distinguem o tipo penal de roubo do tipo de extorsão, sendo duas delas minoritárias e a última, hoje, amplamente dominante entre os juriconsultos.

De acordo com a primeira das teorias minoritárias, emprestada da doutrina italiana e à qual se filiam Magalhães Noronha e Paulo José da Costa Júnior, o crime de extorsão reclama um intervalo temporal entre a conduta constrangedora do autor, o comportamento da vítima e a obtenção da indevida vantagem econômica; lapso este no qual a vítima não pode ficar fisicamente a mercê do agente, o que diferenciaria essa capitulação da do roubo. Assim, a conduta de constranger alguém a fornecer sua senha de acesso aos caixas eletrônicos constituiria crime de roubo e não de extorsão.

Todavia, Nelson Hungria derruba essa tese. Segundo ele, ao se dizer que no roubo a violência e a locupletação se realizam no mesmo contexto da ação e na extorsão, por outro lado, há um lapso de tempo, ainda que breve, entre uma e outra, é distinguir onde a lei não distingue. Tanto pode haver extorsão com vi-

olência atual e locupletação futura quanto com violência e locupletação contemporâneas.

A segunda das correntes minoritárias citada por Damásio de Jesus reza que, no roubo, o agente toma a coisa ou obriga a vítima, sem opção, a entregá-la; enquanto que, na extorsão, a vítima pode optar entre acatar a ordem ou oferecer resistência. Assim, a distinção se faz em face das condutas do autor e vítima: no roubo, o agente é ativo, “subtrai” o objeto material (concretatio, adprehensio); na extorsão, o agente é passivo, ele recebe, a vítima entrega (traditio). Filiam-se a essa corrente Heleno Cláudio Fragoso e Celso Delmanto.

A jurisprudência que entende que o seqüestro relâmpago, na hipótese de o autor constranger a vítima a lhe entregar o cartão magnético e fornecer a senha, constitui crime de roubo e não extorsão, é francamente minoritária. Nesse sentido: RJDTAcrimSP, 29:226; RT, 604:384; TJSP, ACrim 218.360, 1ª Câmara Criminal, voto vencido do Des. Almeida Sampaio, RT 748:613.

A crítica feita, todavia, é a de que, se aplicada essa orientação, haveria um esvaziamento do tipo legal previsto no art. 158 do CP, posto que apenas em raríssimos casos concretos teria o julgador prova suficiente de que na psique do constrangido tinha ele a opção de entregar ou não ao malfeitor o bem por ele visado. Além disso, condicionar a ocorrência de determinado tipo penal ao subjetivismo do sujeito passivo representa uma afronta à moderna teoria do delito.

A orientação majoritária hoje é a de que o critério mais explícito e preciso na diferenciação entre a extorsão e o roubo é o da prescindibilidade ou não do comportamento da vítima. Assim, quando o agente criminoso pode obter o objeto material dispensando a conduta da vítima, trata-se de roubo; quando, entretanto, a consecução do escopo do agente depende necessariamente da ação do sujeito passivo, trata-se de extorsão (TACrimSP, ACrim 989.971, 8ª Câmara, Rel. Juiz Bento Mascarenhas, RT, 729:583; TAPR, ACrim 91.511, 1ª Câmara, Rel. Juiz Nério Ferreira, j. 26.3.98, RT, 755:727).

No caso do seqüestro relâmpago, se a vítima não se dispuser a efetivar os saques ou a fornecer a senha de seu cartão bancário, não haverá saque algum a ser efetuado nos caixas eletrônicos. Portanto, estamos diante de uma extorsão. Nesse sentido, considerando que o seqüestro relâmpago configura crime de extorsão e não de roubo: STF, HC 77.990, 2ª Turma, Rel. Ministro Carlos Velloso, RT, 767:509; STJ, HC 10.375, 6ª Turma, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, j. 4.11.99, DJU 29.11.99, p. 208; TAPR,

ACrim 91.511, 1ª Câmara, Rel. Juiz Nério Ferreira, j. 26.3.98, RT, 755:727; TACrimSP, ACrim 989.971, 8ª Câmara, Rel. Juiz Bento Mascarenhas, RT, 729:583; TACrimSP, Rev. Crim. 342.902, 7º Grp. Câms., Rel. Juiz Renê Ricupero, RT, 774:589; TJSP, ACrim 184.041, 5ª Câmara Criminal, Rel. Des. Tristão Ribeiro, RT, 720:438; TJSP, ACrim 274.543, 6ª Câmara Criminal, Rel. Des. Barbosa Pereira, RT, 770:565; TJSP, ACrim 218.360, 1ª Câmara Criminal, Rel. Des. Jarbas Mazzone, RT, 748:610; TJSP, Rev. Crim. 246.038, 1º Gr. Câms., Rel. Des. Andrade Cavalcanti, RT, 775:583 e 584; Julgados do TACrimSP, 80:269; TJMT, ACrim 58.899, 2ª Turma, RT, 769:647.

E quanto à questão da privação da liberdade da vítima? Alguns doutrinadores usam o princípio da consunção para dizer que a privação de liberdade é crime-meio. Por ter servido de meio para a consumação do roubo e da extorsão, restou absorvida por um ou por outro (crimes-fim).

Outros preferem usar o princípio da especialidade, devendo-se buscar a norma penal mais próxima ao fato concreto. Para César Roberto Bittencourt, o princípio fundamental para a solução do conflito aparente de normas é o princípio da especialidade que, por ser o de maior rigor, é o mais adotado pela doutrina.

Assim, aparecem duas possibilidades: reconhecer a privação da liberdade como integrante do delito de extorsão, deslocando a tipificação penal do art. 158 para o art. 159 (extorsão mediante seqüestro), ou, reconhecer como parte componente do crime de roubo, circunstanciando essa capitulação (art. 157, § 2º, V).

A jurisprudência já vem paulatinamente descartando a última hipótese, como já exposto. O inciso V só se aplicaria quando a privação da liberdade da vítima ocorresse por tempo superior ao necessário para a subtração. A privação da liberdade seria, assim, um plus ao tipo principal, e não uma condição de executabilidade. Assim, o seqüestro relâmpago não configuraria roubo circunstanciado, mas simples (se não incidirem os outros incisos do § 2º ou qualificadoras).

Todavia, muitos doutrinadores defendem a aplicação do princípio do favor rei para que o seqüestro relâmpago não seja enquadrado no art. 159, que possui pena bastante superior ao roubo e à extorsão, cujas penas são iguais. Conforme a doutrina penal, esse princípio significa que, nos casos em que não for possível uma interpretação unívoca, mas se conclua pela possibilidade de duas interpretações antagônicas de uma norma legal (antinomia interpretativa), deve-se escolher a interpretação mais favorável ao réu.

Apesar de a conduta se enquadrar perfeitamente no tipo do art. 159, há vozes argumentando que não se

ria razoável que o criminoso que apenas efetuou saques em caixas eletrônicos com o cartão da vítima e depois a liberou respondesse por um crime hediondo, com todos os rigores da Lei nº 8.072, de 1990.

Portanto, respeitando as tendências atuais com relação ao tema, apresentamos o presente projeto de lei, para incluir a conduta do seqüestro relâmpago no tipo penal que trata da extorsão, e, ao mesmo tempo, sem dedicar a essa nova modalidade os rigores atribuídos ao seqüestro propriamente dito (art. 159), crime hediondo e, de fato, mais grave.

Todavia, em caso de lesão corporal grave ou de morte, a pena do seqüestro relâmpago seguirá a mesma da do seqüestro qualificado (art. 159, §§ 2º e 3º), para se manter um mínimo de razoabilidade sistêmica.

Sala das Sessões, 22 de março de 2004. – **Rodolpho Tourinho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 1940

Código Penal.

CAPÍTULO II

Do Roubo e da Extorsão

Roubo

Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

V – se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

Extorsão

Art. 158. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§ 2º Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior.

Art. 159. Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 2º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão, de 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos.

§ 3º Se resulta a morte:

Pena – reclusão, de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos.

LEI Nº 8.072, DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

LEI Nº 9.426, DE 1996

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Parte Especial.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2004

Dispõe sobre a transferência da responsabilidade pela Rede de Hidrometeorologia Nacional da Agência Nacional de Águas (ANA) para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, passam a vigor passar a vigor com a seguinte redação:

“Art. 4º

XIX – promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da rede hidrometeorológica nacional, em articulação

com órgãos e unidades públicas ou privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias.

..... (NR)”

“Art. 5º

VII – no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos a que se refere o inciso IV do **caput** do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990; e

VIII – rendas provenientes de outras fontes. (NR)”

Art. 2º O art. 31 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 31.

§ 2º Ficarão com o Ministério de Minas e Energia, sob a administração da Empresa de Pesquisa Energética, a rede hidrométrica, o acervo técnico e as atividades de hidrologia relativos aos aproveitamentos de energia hidráulica.

..... (NR)”

Art 3º Os incisos III e IV do **caput** e os §§ 4º e 7º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º

III – 1,5% (um e meio por cento) ao Ministério do Meio Ambiente;

IV – 4,5% (quatro e meio por cento) ao Ministério de Minas e Energia;

§ 4º A cota destinada ao Ministério do Meio Ambiente será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 7º No mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos a que se refere o inciso IV do **caput** serão destinados à gestão da rede hidrometeorológica nacional, nos termos do inciso XIX do art. 4º da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. (NR)”

Art 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o inciso XIII do art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Justificação

A Rede Hidrometeorológica Básica Nacional consiste em um conjunto de estações distribuídas estrategicamente em todo o país para o levantamento de dados fluviométricos, pluviométricos, evaporimétricos, qualidade da água, sedimentométricos e telemétricos, no sentido de levantar informações necessárias ao conhecimento das características quantitativas e qualitativas dos rios e dos índices pluviométricos com suas distribuições no espaço e no tempo.

Entre outros resultados, a sua importância reside na atribuição de possibilitar o cálculo das séries de vazões naturais médias mensais nos locais de aproveitamentos, visando ao planejamento energético e simulações relativas aos sistemas elétricos do país.

Os levantamentos hidrológicos no Brasil tiveram início há mais de cem anos, quando foram instaladas as primeiras estações pluviométricas com medições regulares. A partir do início do Século XX, a hidrometria passou a ser realizada de maneira mais organizada, evoluindo gradativamente, tanto em metodologia operacional quanto em locais monitorados. Naquela época, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) instalaram suas estações mais antigas.

Em 1920, foi criada, no âmbito do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a Comissão de Estudos do Forças Hidráulicas, que constituiu o núcleo do qual se originaram os futuros órgãos nacionais dedicados à hidrometria.

Em 1934, foi editado o Código de Águas pelo Decreto nº 24.643, de 10-6-1934, que se tornou instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento do setor elétrico nacional, para o estudo dos aproveitamentos dos potenciais hidráulicos e para a hidrometria.

Pela Lei nº 3.782, de 22-7-1960, foi criado o Ministério das Minas e Energia (MME), que incorporou todos os órgãos do DNPM, inclusive a Divisão de Águas, que mais tarde se transformou no Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), com a reorganização do MME, pela Lei nº 4.904, de 17-12-1965, que também criou oito distritos vinculados ao novo Departamento, o DNAE, descentralizando as atividades de hidrologia, incluindo os serviços de hidrometria.

Três anos mais tarde, pelo Decreto nº 63.951, de 31-12-1968, foi alterada a denominação anterior

do órgão para Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), que absorveu parte das atribuições do então extinto Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), continuando com as atribuições ligadas à hidrologia. O DNAEE, por meio de sua Divisão de Águas, continuou como órgão encarregado da aplicação do Código de Águas e desenvolveu esforços para criação de um Sistema Nacional de Informações Hidrológicas.

Com a edição da Lei nº 9.427, de 26-12-1996, do Decreto nº 2.335, de 6-10-1997, e da Portaria nº 349, de 28-11-1997, foram transferidas para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) as atividades de hidrologia relativas aos aproveitamentos de energia hidráulica a responsabilidade por cumprir e fazer cumprir o Código de Águas e, em caráter temporário, a administração da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional atividades essas exercidas até então pelo DNAEE.

A Lei nº 9.984, de 17-7-2000, instituiu a Agência Nacional de Águas (ANA). O Decreto nº 3.692, de 19-12-2000, constituiu e a Resolução nº 9/2001, de 17-4-2001, aprovou seu Regimento Interno. Desse modo, a ANA assumiu atribuição, entre outras, de promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias.

Em janeiro de 2002, a ANA assumiu a administração da operação e a manutenção da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional, dando início à elaboração de estudos hidrológicos.

Importa ressaltar que o Sistema de Informações Hidrológicas tem por objetivo armazenar e tomar disponíveis, para consulta, as informações da rede hidrometeorológica básica e de outras entidades que fornecem dados de suas redes de estações. A perspectiva da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional tem como grande desafio manter o acervo de dados e informações hidrológicas sempre atualizados para atender a demanda dos usuários de diversos segmentos.

Entretanto, cumpre registrar que a administração da Rede pela ANA não tem sido eficiente, possivelmente em razão do acúmulo de diversas outras atribuições que essa Agência possui.

Para se ter uma idéia da gravidade do que representa a ineficiência da gestão da administração da Rede, apesar de a ANA ter pleno conhecimento da responsabilidade de fazer com que o levantamento das informações hidrológicas tenha continuidade

dentro de um planejamento adequado, os elevados índices pluviométricos que vêm ocorrendo no país, ocasionando situações hidrológicas críticas, não vem sendo monitorados.

A consequência dessa ineficiência no monitoramento referido, por exemplo, é que estão deixando de ser levantadas informações importantíssimas, inclusive para que a Defesa Civil possa tomar ações preventivas em tempo hábil de minimizar os efeitos danosos de tempestades e enchentes, tais como desabamento de encostas com soterramento de residências ou estradas, e até mortes que poderiam ser evitadas.

Por outro lado, há no Brasil a realidade concreta da dependência de nossa matriz energética ao aproveitamento do potencial de geração de energia dos rios brasileiros. As nossas usinas hidroelétricas representam ainda cerca de 85% da capacidade instalada de geração elétrica, o que toma o setor elétrico o principal usuário das águas nacionais, com mais de 70% do uso de nossos recursos hídricos.

Diante do exposto, e tendo em vista o caráter estratégico das informações hidrológicas para a matriz energética nacional, cumpre a esta Casa buscar soluções que representem maior eficiência para a gestão da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional em substituição à forma como vem sendo conduzida hoje pela ANA.

Como é do conhecimento dos nobres Senadores, a Lei nº 10.847/2004 criou a Empresa de Pesquisa Energética – EPE no âmbito do Ministério de Minas e Energia, cuja finalidade precípua é a prestação de serviços na área de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético, desenvolvendo todas as atividades de planejamento e monitoração dos recursos a serem utilizados no setor energético brasileiro, em consonância com as macro-diretrizes emanadas do CNPE.

Trago portanto à consideração de meus ilustres pares a proposta de concentrar na recém-criada Empresa de Pesquisa Energética (EPE) as atividades de gestão da Rede de Hidrometeorologia Nacional, atualmente sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA).

Com essa importante alteração, estaremos dotando a EPE dos meios adequados à obtenção e tratamento das informações acerca de nossos mananciais e de seu potencial hidráulico.

Cumpra ainda registrar que ao alterar a distribuição das atribuições institucionais, a presente proposta legislativa também cuida da manutenção do equilíbrio na partilha dos recursos.

Com estes esclarecimentos, espero obter o apoio de meus pares na tramitação desta iniciativa.

Sala das Sessões, 22 de março de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.847, DE 15 DE MARÇO DE 2004

Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências.

Art. 4º Compete a EPE:

I – realizar estudos e projeções da matriz energética brasileira;

II – elaborar e publicar o balanço energético nacional;

III – identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;

IV – dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;

V – realizar estudos para a determinação dos aproveitamentos ótimos dos potenciais hidráulicos;

VI – obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica, selecionados pela EPE;

VII – elaborar estudos necessários para o desenvolvimento dos planos de expansão da geração e transmissão de energia elétrica de curto, médio e longo prazo;

VIII – promover estudos para dar suporte ao gerenciamento da relação reserva e produção de hidrocarbonetos no Brasil, visando à auto-suficiência sustentável;

IX – promover estudos de mercado visando definir cenários de demanda e oferta de petróleo, seus derivados e produtos petroquímicos;

X – desenvolver estudos de impacto social, viabilidade técnico-econômica e socioambiental para os empreendimentos de energia elétrica e de fontes renováveis;

XI – efetuar o acompanhamento da execução de projetos e estudos de viabilidade realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XII – elaborar estudos relativos ao plano diretor para o desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil;

XIII – desenvolver estudos para avaliar e incrementar a utilização de energia proveniente de fontes renováveis;

XIV – dar suporte e participar nas articulações visando à integração energética com outros países;

XV – promover estudos e produzir informações para subsidiar planos e programas de desenvolvimento energético ambientalmente sustentável, inclusive, de eficiência energética;

XVI – promover planos de metas voltadas para a utilização racional e conservação de energia, podendo estabelecer parcerias de cooperação para este fim;

XVII – promover estudos voltados para programas de apoio para a modernização e capacitação da indústria nacional, visando maximizar a participação desta no esforço de fornecimento dos bens e equipamentos necessários para a expansão do setor energético; e

XVIII – desenvolver estudos para incrementar a utilização de carvão mineral nacional.

Parágrafo único. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional.

Art. 5º Constituem recursos da EPE:

I – rendas ou emolumentos provenientes de serviços prestados a pessoas jurídicas de direito público ou privado;

II – ressarcimento, nos termos da legislação pertinente, dos custos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico de bacia hidrográfica, de viabilidade técnico-econômica de aproveitamentos hidroelétricos e de impacto ambiental, bem como nos processos para obtenção de licença prévia;

III – produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrição em concurso público;

IV – recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

V – rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

VI – doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

VII – rendas provenientes de outras fontes.

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

Art. 31. Serão transferidos para a ANEEL o acervo técnico e patrimonial, as obrigações, os direitos e receitas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE.

§ 1º Permanecerão com o Ministério de Minas e Energia as receitas oriundas do § 1º do art. 2º da Constituição Federal.

§ 2º Ficarão com o Ministério de Minas e Energia, sob a administração temporária da ANEEL, como órgão integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a rede hidrométrica, o acervo técnico e as atividades de hidrologia relativos aos aproveitamentos de energia hidráulica.

§ 3º Os órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos e a ANEEL devem se articular para a outorga de concessão de uso de águas em bacias hidrográficas, de que possa resultar a redução da potência firme de potenciais hidráulicos, especialmente os que se encontrem em operação, com obras iniciadas ou por iniciar, mas já concedidas.

LEI Nº 8.001, DE 10 DE MARÇO DE 1990

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta Lei, será feita da seguinte forma:

I – quarenta e cinco por cento aos Estados;

II – quarenta e cinco por cento aos Municípios;

III – três por cento ao Ministério do Meio Ambiente;

IV – três por cento ao Ministério de Minas e Energia;

V – quatro por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 710, de 31 de julho de 1969, e

restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991.

§ 1º Na distribuição da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas de Estado e de Município.

§ 2º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo à ANEEL efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios.

§ 3º A Usina de Itaipu distribuirá, mensalmente, respeitados os percentuais definidos no **caput** deste artigo, sem prejuízo das parcelas devidas aos órgãos da administração direta da União, aos Estados e aos Municípios por ela diretamente afetados, oitenta e cinco por cento dos **royalties** devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subsequentes, e quinze por cento aos Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu, que contribuem para o incremento de energia nela produzida.

§ 4º A cota destinada ao Ministério do Meio Ambiente será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional.

§ 5º Revogado.

§ 6º No mínimo trinta por cento dos recursos a que se refere o inciso V do **caput**, serão destinados a projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas das Superintendências Regionais.

LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

XIII – promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da rede hidrometeorológica nacional, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias;

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infra-Estrutura e a Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissão competentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 7, de 2004**, da Comissão Diretora, que *altera o disposto no art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 53, de 1997, permitindo a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado Federal*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Senhor Presidente da República adotou em 18 de março de 2004, e publicou no dia 19 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 174, de 2004**, que *altera o termo inicial dos prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003*.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	Leonel Pavan (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna
Sérgio Cabral	Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	Duciomar Costa(PTB)
João Capiberibe(PSB)	Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	Ana Júlia Carepa(PT)

PDT

Jefferson Péres	Almeida Lima
-----------------	--------------

PPS

Mozarildo Cavalcanti	vago
----------------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Chinaglia	Fernando Ferro
Angelal Guadagnin	Ivan Valente

PMDB

José Borba	André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	Gustavo Fruet

Bloco (PFL/PRONA)

José Carlos Aleluia	
Rodrigo Maia	
Enéas	Kátia Abreu

PP

Pedro	Henry	Celso	Russo-
manno			

PSDB

Custódio Mattos	Alberto Goldman
-----------------	-----------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel	Miguel de Souza
--------------	-----------------

PPS

Júlio Delgado	Lupércio Ramos
---------------	----------------

PSB

Renato Casagrande	Dr. Evilásio
-------------------	--------------

(*)PDT

Dr. Hélio

Pompeo de Mattos

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **19-3-2004**;
- Designação da Comissão: **22-3-2004**;
- Instalação da Comissão: **23-3-2004**;
- Emendas: **até 25-3-2004** (7º dia da publicação);
- Prazo na Comissão: **19-3-2004 a 1º-4-2004** (14º dia);
- Remessa do processo à CD: **1º-4-2004**;
- Prazo na CD: **de 2-4-2004 a 15-4-2004** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **15-4-2004**;
- Prazo no SF: **de 16-4-2004 a 29-4-2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **29-4-2004**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 30-4-2004 a 2-5-2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **3-5-2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **17-5-2004** (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Rodolpho Tourinho, fica V. Exª devidamente inscrito, observado o critério de intercalação com os oradores regularmente inscritos, considerando que esta é uma sessão não deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o nobre Senador João Ribeiro.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou autor, nesta Casa, do Projeto de Lei nº 1, de 1988, após o encerramento da Constituinte. No projeto, proponho a regulamentação definitiva do direito de greve para todas as categorias da área pública e privada, mantendo – é claro – somente os serviços essenciais, em que estão em xeque o direito à vida.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de me manifestar hoje, quando a Brigada Militar do Rio Grande do Sul dá início a uma operação padrão para tentar sensibilizar o Governo do Estado e fazê-lo atender às reivindicações da corporação no que tange a melhores salários e condições de trabalho.

Segundo informações que chegaram ao meu gabinete na manhã de hoje, o movimento já paralisou 200 viaturas, com a adesão de pelo menos 400 policiais militares, devendo ampliar-se no decorrer do dia, com prejuízo, naturalmente, à segurança pública do Estado.

A Brigada Militar do nosso Estado tem cerca de 400 mil servidores, entre ativos e inativos, que estão há mais de 9 anos sem receber qualquer reajuste salarial ou mesmo reposição dos índices da inflação que corroem seus vencimentos.

Na verdade, Sr. Presidente, como ex-sindicalista, nunca fui contrário a greve e, agora, não serei contra essa. A Brigada Militar não está sozinha, mas num movimento que unifica os policiais militares com a Polícia Civil, que reivindica uma nova matriz salarial para a segurança pública do Estado que contemple, entre outros, os seguintes quesitos:

- redução da diferença entre o maior e o menor vencimento;
- instituição de uma data-base para o reajuste da categoria;
- gratificação por dedicação exclusiva;
- melhoria das condições de trabalho, considerando estrutura e participação;
- participação dos servidores no controle das receitas e despesas.

O movimento deflagrado na madrugada de hoje tem por objetivo imediato o reajuste salarial de 28% e a reposição da inflação no período de 9 anos, da ordem de 90%.

Sr. Presidente, lembro aqui que outras categorias, como as da Receita Estadual, dos juízes e dos professores, também estão em movimento. É preciso que o Governo dos Estados e o Governo Federal olhem com carinho a questão das greves no País.

Os policiais militares, não apenas no Rio Grande do Sul, estão mobilizados. Faço aqui um apelo ao Governador Germano Rigotto – sei das dificuldades do Estado – para que abra um processo de negociação com a categoria, no qual se busque um entendimento.

Essas dificuldades nas finanças estaduais se devem também à falta de repasses de recurso da União para o Governo gaúcho, entre os quais se incluem créditos de ICMS para compensar exportações e créditos previdenciários. Eles estão em busca de recursos. Por isso, estou disposto a colaborar, junto ao Governo Federal, para que os repasses sejam feitos, permitindo a normalização das atividades.

Citei a Brigada Militar, mas não há como deixar de referir-me também, Sr. Presidente, à Polícia Federal, cujos agentes estão em greve, a qual se arrasta desde o dia 9 de março, sem que tenhamos, até o momento, nenhuma solução. Estou aqui falando da importância de se construir um entendimento com a Polícia Federal.

Lembro também que fiscais federais do setor agropecuário – sei que o Senador Alvaro Dias falará também das preocupações em relação às categorias em movimento no seu Estado – e, enfim, fiscais da saúde. Também estão em greve cerca de 5 mil advogados da União, procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores do INSS e das agências reguladoras, que estão também buscando esses 30% de reajuste.

Lembro ainda aqui a mobilização dos auditores e técnicos da Receita Federal. Os primeiros, 6.500 agentes da fiscalização tributária, responsáveis pela fiscalização do recolhimento dos impostos que poderiam até responder à expectativa das categorias em movimentos, além de atuarem nas aduanas em portos, aeroportos, fronteiras, querem equiparação salarial com os procuradores da República.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

Na verdade, Senador, li rapidamente aqui esta matéria, na qual cito aproximadamente de 20 categorias em greve nos Estados entre servidores estaduais e agentes federais. Mas sempre fazendo um apelo aos Governos estaduais e também ao Governo Federal para que busquem uma saída negociada, a fim de que esses trabalhadores voltem às atividades e possam ter, pelo menos em parte, a reposição tão sonhada por eles nesse movimento de reivindicação.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex^a, com prazer, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, junto a minha voz à de V. Ex^a. Realmente, há várias categorias inconformadas, paralisadas,

umas reivindicando reposições salariais e outras juntando às reivindicações salariais estruturas para poderem trabalhar. Anteontem recebi apelo de empresários manifestando preocupação. Sabemos que, se há superávit na balança comercial brasileira, é graças ao agronegócio. Quando se fala em agronegócio, se fala de Estados produtores, como o Rio Grande do Sul, que V. Ex^a tão bem representa, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que eu represento. Nesses Estados e em outros, como o Paraná, está concentrada a riqueza do agronegócio representada pelos grãos e pela pecuária. Os jornais noticiaram que a fila dos caminhões parados chegava a 60 quilômetros. Quem exporta tem responsabilidade com compradores externos, que querem receber a mercadoria que adquiriu aqui. Isso traz sérios prejuízos e pode agravar a situação dos produtores e dos exportadores brasileiros e até a do Governo, porque diminui a arrecadação e reflete na balança de pagamento. Uma solução haverá de ser encontrada. É sensato o apelo que V. Ex^a faz desta tribuna. Esses assuntos devem ser tratados com equilíbrio, porque nós não podemos retirar dos trabalhadores o direito de reivindicar aquilo que possa melhorar a vida deles. O Governo precisa dar atenção a esse problema e promover a negociação a que V. Ex^a se refere, para que o País não sofra prejuízos. Nossa economia está capengando, a renda do brasileiro está caindo, o desemprego está aumentando. Tudo isso realmente é objeto de nossas preocupações. Eu cumprimento V. Ex^a por ser sempre o primeiro nesta Casa a levantar a voz em defesa dos interesses dos trabalhadores e das soluções negociadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, agradeço-lhe o aparte. Tenho certeza de que a posição de V. Ex^a, que coincide com a minha, é – tomo a liberdade de dizer isso – também a dos demais Senadores. Todos nós queremos que os governos estaduais e o Governo Federal abram um processo de negociação com as categorias que estão em greve.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para pedir a V. Ex^a que mande publicar, na íntegra, nos Anais da Casa o pronunciamento que faço a respeito do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, ocorrido ontem, que está no calendário das Nações Unidas.

Ontem, quatro mil manifestantes percorreram as ruas da Capital paulista e dirigiram-se à sede da Polícia Militar do Estado com o objetivo de entregar ao Comandante um documento pedindo a apuração do assassinato do companheiro Flávio, dentista negro, que, infelizmente, foi assassinado naquele Estado.

Sr. Presidente, foi-me entregue um documento o qual mostra que a comunidade negra em todo o País, a partir da marcha de São Paulo, exigirá uma série de medidas, entre elas a aprovação do estatuto da igualdade racial, de nossa autoria, que tramita nesta Casa.

Sr. Presidente, quero lembrar a importância da aprovação do Estatuto do Idoso. Caso isso não aconteça, gostaria que o Governo baixasse uma medida provisória, rapidamente, garantindo o acesso ao Fundo de Garantia aos trabalhadores com mais de 60 anos, espelhado no referido Estatuto. Sei que a Caixa Econômica Federal é totalmente a favor do projeto por nós encaminhado.

E ainda, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar, mais uma vez, sobre esse assunto, porque, no documento que encaminho à Mesa, deixo registradas minhas posições. Primeiro, é claro que eu não aceito, em hipótese nenhuma, que mais uma vez o trabalhador e o empregador venham a pagar conta decorrente dos problemas da Previdência. Foi aventada a possibilidade de um aumento de 3% na contribuição do empregado e do empregador para a Previdência. Percebi que é unanimidade nesta Casa a rejeição dessa proposta.

Quero, mais uma vez, dizer que estamos esperando que efetivamente os bancos não criem problemas para que os aposentados voltem a receber no quinto dia útil, conforme lei aprovada, ainda no ano passado, por esta Casa. Na votação do salário mínimo, foi assegurado aos aposentados o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo, conforme lei sancionada e em vigor há praticamente um ano.

Deixo também entregue à Mesa, Sr. Presidente, um pronunciamento, em que faço considerações sobre a importância da grande mobilização desta Casa, na semana passada, quando recebeu centenas de vereadores e de prefeitos que fizeram uma marcha para valorizar as Câmaras de Vereadores e reivindicar mais receitas para os municípios. Esse pronunciamento, Sr. Presidente, segue a linha de uma visão que tenho e defendo, há muito tempo, que é a da frente municipalista, para fortalecermos os municípios, pois, assim, estaremos atendendo às reivindicações mais imediatas da população.

Registro também, Sr. Presidente, embora tenha tratado aqui de cinco assuntos, que, hoje, pela manhã, fui convidado pela Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para participar, no Itamaraty, da abertura de um seminário internacional sobre a questão racial. A parte que me coube naquele evento foi a de fazer uma homenagem a Abdias do Nascimento. Foi uma sessão que mexeu com nossas emoções. Abdias do Nascimento, negro, com 90 anos, cabelos

brancos, barba prateada, estava lá, firme, mais uma vez, defendendo aquilo em que acredita, que é a integração de negros e brancos para a construção de uma sociedade justa, libertária e igualitária. Eu dizia na homenagem que fiz a Abdias – repito aqui – que ele é um homem que sempre esteve à frente do seu tempo, pelas suas propostas arrojadas na busca de uma sociedade em que o racismo efetivamente não exista. Ouso dizer que Abdias do Nascimento, aos 90 anos, entra para a história da humanidade, assim como homens da estatura de Nelson Mandela, Malcolm X, Martin Luther King, Steve Biko, Zumbi dos Palmares e tantos outros. Eu lhe disse: Abdias, meu querido velho, já caminha lentamente, mas a sua palavra afiada, as suas idéias e os seus pensamentos são mais rápidos que o vento. Quando Abdias fala, a emoção que a comunidade negra sente é tão forte como quando ela ouve a batida do tambor. Sem sombra de dúvida, hoje, Abdias é um cidadão do mundo.

Foi dada a mim a oportunidade de contar um pouco da história desse grande homem, que, além de poeta, historiador, político, dramaturgo, recebeu prêmios em praticamente todo o mundo, desde a Bahia – onde recebeu inúmeros prêmios –, passando por São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, até Nova Iorque – onde recebeu pelo menos dois prêmios – e África do Sul.

Foi um momento muito rico. Se hoje as cotas nas universidades são uma realidade, a juventude negra deve muito a essa caminhada do grande Abdias do Nascimento. Hoje existem Ministros, Senadores e Deputados federais oriundos da comunidade negra. Se olharmos para trás, veremos que foi a ousadia e a rebeldia de Abdias do Nascimento que fizeram com que esse momento acontecesse.

Eu terminei meu pronunciamento, dizendo que muito do que está escrito no Estatuto da Igualdade Racial, de minha autoria – e os jornais do final de semana comentavam que também é uma vontade do Governo trabalhar com base no Estatuto –, são idéias do gigante Abdias do Nascimento. Espero que o Congresso Nacional aprove rapidamente o Estatuto da Igualdade Racial, atendendo a esse grande movimento realizado ontem em São Paulo, onde cerca de cinco mil pessoas desfilarão pela avenida principal, pedindo políticas contempladas no Estatuto da Igualdade Racial.

Então, esse é um momento ímpar de nossa História, Sr. Presidente. Nunca se debateu tanto essa questão, e a figura de Abdias representa muito isso. Tenho certeza de que Abdias deve chegar aos cem anos, mas sempre com a mesma firmeza, com as mesmas convicções. Há uma frase sua que lá hoje foi

dita: “Nunca se esqueçam: é impossível fazer uma boa gemada sem quebrar os ovos”.

O que ele quer dizer com isso, Sr. Presidente? É preciso polarizar, é preciso debater, é preciso construir, no confronto das idéias, uma proposta melhor para o nosso País, permitindo que a comunidade negra ocupe o espaço destinado a ela.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço V. Ex^a por ter assegurado uma inversão dos nomes inscritos para que eu pudesse, neste momento, usar a palavra, já que tenho um compromisso fora da Casa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. ontem, 21 de Março, foi o Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, data do calendário das Nações Unidas.

Quero fazer o registro da Marcha realizada ontem com êxito em São Paulo, uma promoção do Movimento Negro e de entidades de defesa dos direitos humanos, grupos de jovens e familiares de vítimas da violência policial.

Na concentração da manifestação na Praça da Sé foi realizado um culto ecumênico em solidariedade à família de Flávio Ferreira Sant’Ana, cirurgião-dentista assassinado por policiais militares no dia 3 de fevereiro. Representantes de todas as religiões manifestaram seu repúdio aos atos de violência e fizeram veementes apelos por paz e justiça.

Mais de quatro mil manifestantes percorreram as ruas da capital paulista, dirigindo-se ao Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo onde os coordenadores da Marcha entregaram uma carta aberta dirigida ao Coronel Alberto Silveira Rodrigues, Comandante Geral da Polícia Militar.

As imagens das velas acesas pelos manifestantes na entrada do edifício do Comando da PM são impressionantes. Foi o modo encontrado pelas entidades para chamar a atenção de todos para o grande número de vítimas da violência policial, em sua maioria cidadãos negros.

Segundo dados ainda parciais do PRO-AIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo, em 2003 correram 4.157 (quatro mil, cento e cinquenta e sete) homicídios. A mortalidade atinge preferencialmente jovens na faixa etária de 10 a 24 anos de idade, dos quais 68% são negros.

O documento apresentado ao Comando da PM, que anexamos a este pronunciamento, exige o fim da impunidade, do racismo e da violência policial.

E mais:

– a adoção de uma política de reestruturação dos programas curriculares das academias e escolas de formação policial, assegurando-se a inclusão da temática do racismo, preconceito, discriminação racial, bem como de gênero e de orientação sexual, nos termos deliberados pela III Conferência Contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001.

– o retorno do PROEA (Programa Estadual de Acompanhamento) que assegura o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar dos policiais envolvidos em ações violentas.

O documento sugere também, entre outros itens, que seja feita uma alteração do Código Penal, tal como proposto por mim em projeto apresentado a esta Casa no mês de fevereiro. O projeto visa a introdução do racismo, do preconceito e da discriminação racial como modalidades agravantes genéricas, de modo a aumentar a pena de policiais e quaisquer outros criminosos que ajam movidos por racismo.

Sr. Presidente, a reação da comunidade negra de São Paulo e de entidades de direitos humanos é um alerta, uma reação à violência racial que vem assassinando jovens negros em todo o Brasil.

A maioria das vítimas nunca teve passagem pela polícia, foi o que constatou a pesquisa do Núcleo de Estudos de Violência da USP.

“Basta!” e “Justiça” foram as palavras mais ouvidas na Marcha realizada ontem em São Paulo.

É preciso que as autoridades públicas adotem medidas urgentes para impedir que o policial – branco ou negro – reproduza nas ruas os preconceitos racistas que tornam a pessoa negra sempre suspeita, tratada como se fora o inimigo número 1 da sociedade.

Outro tema que pretendo abordar diz respeito à Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 12 de março do ano passado, aqui no Salão Negro do Congresso Nacional, recebi os prefeitos que participavam da sexta Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Na ocasião comprometi-me a atuar junto ao Executivo para atender as demandas municipalistas que, a meu ver, fossem justas. Assim, por exemplo, colocamos em discussão o projeto de lei complementar que oferecia uma nova Regulamentação ao Imposto Sobre Serviços, o ISS.

Hoje, um ano depois, verificamos que a participação do Senado nesse processo foi bastante válida. Foi importante dedicarmos algum tempo de nossas agendas aos itens defendidos pelos prefeitos.

Itens como a reivindicação de uma maior participação dos municípios no âmbito da reforma tributária. Vemos que os prefeitos obtiveram uma série de conquistas que beneficiarão cada um dos cidadãos brasileiros.

Apesar disso, acredito que muito ainda pode ser feito. A população brasileira anseia por mais e melhores políticas nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação, agricultura, transportes, entre tantos outros.

Por esse motivo é que, há sete anos, os prefeitos se organizam e promovem as Marchas a Brasília em Defesa dos Municípios.

O pioneirismo foi da Confederação Nacional de Municípios, presidida pelo prefeito de Mariana Pimentel, Paulo Ziulkoski.

Mas a força dos prefeitos, Sr. Presidente, aumentou com a união da CNM com Frente Nacional de Prefeitos, presidida pelo prefeito de Aracaju, Marcelo Deda; com a Associação Nacional de Vereadores e Assessores, presidida pelo vereador Luiz Fernando Godoy – que também preside a União de Vereadores do Rio Grande do Sul e o Conselho de Vereadores da Região Sul – e com as demais entidades que representam os prefeitos e os vereadores brasileiros.

Aumentou também devido ao apoio das demais entidades municipalistas e do apoio de todos nós, parlamentares.

Pudemos ver também o comprometimento do atual governo com as questões relativas aos municípios. No ano passado, pela primeira vez, um presidente da República participou da programação da Marcha.

Nós também estamos comprometidos com nossos colegas prefeitos: como já disse, muitos de nós estivemos envolvidos com os temas municipalistas. O resultado foi uma grande mobilização em torno de causas justas. Os municípios passaram a ser ouvidos, Sr. Presidente.

Os resultados disso são evidentes. Tenho aqui uma série de itens retirados do relatório que as entidades municipalistas – além da Confederação Nacional de Municípios, a Frente Nacional de Prefeitos e a Associação Brasileira de Municípios -, compilaram.

São os resultados obtidos com a votação da reforma tributária nesta Casa. Por meio do balanço que fizeram, os prefeitos demonstram que o Senado Federal cumpriu o seu papel de defender o equilíbrio da Federação.

Aproveito a oportunidade para ler para os senhores os avanços que os prefeitos elencaram:

- Foram mantidas a revisão dos critérios do valor adicionado do ICMS; a compensação para os municípios pela desoneração do ICMS nas exportações; a contribuição sobre serviço de iluminação pública, com redação melhorada para melhorar a arrecadação.

- Foi incluída a solução para o pagamento dos precatórios judiciais com limite máximo de 2% da receita corrente líquida.

- A partir de 2004, os estados já receberão as cotas do Fundo de Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 2,2 bilhões – sendo que 93% vão para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os 7% restantes serão distribuídos com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por todas as regiões do país. Desse fundo, 25% irá para os municípios por intermédio de convênio com os estados, ou seja, R\$ 550 milhões.

- Serão repassados aos estados e municípios 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a Cide. Além disso, fica mantido o ITR de 100% para os municípios.

- O governo destinou R\$ 6,5 bilhões para o fundo de compensação das exportações; R\$ 2,2 bilhões da Cide serão repassados para os estados e desse montante 25% para os municípios; o Fundo de Participação dos Municípios terá aumento de R\$ 1 bilhão em 2004. Assim passa de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 23,5 bilhões.

- Para os dois próximos anos o FPM pode vir a aumentar em até R\$ 1,5 bilhão ao ano; a Cide passará a ser cobrada sobre petróleo e derivados que sejam importados.

- Quando a PEC for promulgada, ficam proibidos novos incentivos fiscais, e uma lei complementar irá disciplinar o assunto no futuro. Ao longo de 2004, o Conselho de Política Fazendária (Confaz) estabelecerá para o ICMS cinco alíquotas nacionais, que deverão ser ratificadas pelo Senado.

- Em 2007 acontecerá o fim do ICMS, do IPI e do ISS que serão reunidos no Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, o qual deve simplificar todo o sistema tributário nacional. A redução das alíquotas do ICMS para os produtos da cesta básica está prevista para 2005, quando haverá a unificação da legislação do imposto.

Como vemos a lista de conquistas é bastante longa, mas, como já disse, sei que os prefeitos buscam outras soluções para os problemas que encontram.

É por isso, que eu aproveito este momento para convocar todos os meus colegas, sejam senadores, deputados ou prefeitos, para que participem da VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, nos dias 16, 17 e 18 de março, no Hotel Blue Tree Park, em Brasília.

Solicito ainda que a Secom divulgue no noticiário da Voz do Brasil esta informação para que os 5.561 prefeitos brasileiros guardem em suas agendas esses três dias e venham a Brasília apresentar suas reivindicações. Apenas assim garantiremos aos cidadãos de nosso país o exercício pleno da cidadania.

Ainda nesta tarde, desejo me solidarizar e pedir solução para os movimentos grevistas de servidores públicos, entre os quais os do Setor de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde a zero hora desta segunda-feira a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, constitucionalmente impedida de realizar greve, deu início a uma inédita “operação padrão” para tentar sensibilizar o Governo do Estado a atender as reivindicações da corporação no que tange a melhores salários e condições de trabalho.

Segundo informações que chegaram ao meu gabinete na manhã de hoje, o movimento já paralisou 200 viaturas com a adesão de pelos menos 400 Policiais Militares, devendo se ampliar no decorrer do dia com todos os prejuízos que dele podem advir para a segurança da população.

A Brigada Militar, responsável pela segurança pública do Rio Grande do Sul, tem cerca de 400 mil servidores, entre ativos e inativos, que estão há mais de nove anos sem receber qualquer reajuste salarial ou mesmo reposição dos índices de inflação que corrompem seus vencimentos.

Na verdade, a Brigada Militar não está sozinha, mas num movimento que unifica os policiais militares com a Polícia Civil que reivindica uma nova matriz salarial para a segurança pública do estado, que contemple, entre outros, os seguintes quesitos:

- redução da diferença entre o maior e o menor vencimento;
- instituição de uma data base para o reajuste da categoria;
- gratificação por dedicação exclusiva;
- melhoria das condições de trabalho, considerando estrutura e qualificação;
- participação dos servidores no controle de receitas e despesas.

O movimento deflagrado na madrugada de hoje tem por objetivo imediato um reajuste salarial de 28% e a reposição da inflação no período de nove anos, da ordem de 90%.

Se conseguirmos essa reparação estaremos fazendo justiça a uma categoria profissional que arrisca diuturnamente a própria vida para garantir a segurança a população.

Outras categorias, como da receita estadual, dos juizes e dos professores já conseguiram reajustes de salários no atual governo. Falta agora atender os que cuidam da segurança da população.

Diante desse quadro de absoluta necessidade de sobrevivência dos policiais militares e de suas famílias, não posso deixar de me solidarizar com as reivindicações da Brigada militar.

Estou certo também da solidariedade do governador Germano Rigotto com o movimento da Brigada Militar, mas sei também das dificuldades financeiras por que passa o Estado para o atendimento do pleito dos brigadistas.

Essas dificuldades nas finanças estaduais se devem também pela falta de repasses de recursos da União para o Governo gaúcho, entre os quais se incluem créditos de ICMS para compensar exportações e créditos previdenciários.

Por isso, estou disposto a intermediar ações junto ao Governo Federal para que os repasses sejam feitos permitindo a normalização das atividades de segurança pública com a maior brevidade possível.

A insatisfação com a realidade salarial não é somente dos profissionais da segurança pública do Rio Grande do Sul. Na Polícia Federal uma greve de agentes se arrasta desde o dia 9 de março, sem que se chegue a uma solução para o movimento.

O mesmo ocorre com os fiscais federais do setor agropecuário. Noventa por cento deles, de um quadro de 2.670 servidores, estão paralisados aguardando o atendimento às suas reivindicações: 30% de reajuste, extensivo aos aposentados e pensionistas, e redução do número de padrões da carreira de 20 para treze.

Os fiscais reivindicam também a realização e concurso público para a contratação de novos servidores. O quadro atualmente existente, de 2.670 fiscais, é insuficiente para as necessidades do setor agropecuário, que como seu crescimento e participação na pauta de exportações requer hoje o trabalho de pelo menos 4.500 profissionais.

Também estão em greve os cerca de cinco mil advogados da União, procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores do INSS e das agências reguladoras.

Além do reajuste salarial de 30%, eles reivindicam liberação de recursos para comprar material de trabalho, concurso público para a contratação de funcionários de apoio como secretárias, motoristas, peritos e contadores.

Estão ainda mobilizados os auditores e os técnicos da Receita Federal. Os primeiros, 6.500 agentes de fiscalização tributária, responsáveis pelo controle e fiscalização do recolhimento de impostos, além de atuarem nas aduanas em portos, aeroportos e fronteiras, querem equiparação salarial com os procuradores da República.

Os 6.500 técnicos reivindicam equiparação salarial com os agentes da Polícia Federal, realização de concurso público para ampliação do quadro de servidores e a modernização do sistema de atuação a Receita Federal.

Finalmente, temos ainda a mobilização dos servidores públicos como um todo, que reivindicam reajuste salarial que reponha a inflação do ano passado, em torno de 10%.

Como se pode constatar, estamos diante de um quadro de extrema preocupação para o serviço público, não apenas no rio Grande do sul mas em todo o País, onde os servidores, além de mal remunerados, amargam quase uma década de congelamento de seus vencimentos.

Precisamos encontrar com urgência solução para esse problema que não afeta somente os servidores, mas a própria sociedade brasileira, a começar pela sua segurança.

Desejo ainda registrar a determinação do Governo Federal de liberar depósitos do FGTS de trabalhadores com mais de 60 anos de idade, medida que vai ao encontro do Estatuto do Idoso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. em outubro do ano passado, mês em que o Senhor Presidente da República transformou em lei o projeto de minha autoria que criou o Estatuto do Idoso, solicitei à Caixa Econômica Federal a realização de um estudo técnico visando o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores com mais de 60 anos.

Para minha satisfação, a Caixa Econômica concluiu que a liberação dos recursos do FGTS para os trabalhadores com mais de 60 anos de idade significa uma injeção de R\$ 3,5 bilhões na economia do País. Tal volume de recursos poderá dar uma nova dinâmica ao consumo e contribuir decididamente para a retomada do crescimento econômico.

Ciente desse impacto, a Caixa Econômica foi além da minha solicitação e emitiu parecer favorável à adoção da medida, recomendando a edição de um decreto presidencial que possibilite a liberação dos

recursos em contas do Fundo de Garantia pertencentes aos maiores de 60 anos.

Recebo agora a informação, que faço questão de registrar com muito prazer, de que atendendo à recomendação da Caixa Econômica o Ministério do Trabalho deve enviar à Casa Civil da Presidência da República, ainda neste mês de março, a minuta de uma Medida Provisória que possibilitará aos trabalhadores que completaram 60 anos de idade o saque das parcelas do FGTS relativas aos Planos Verão e Collor.

Como se vê, Sr. Presidente, a atitude do Ministério do Trabalho confirma a sintonia existente entre a nossa atuação parlamentar e os objetivos do Governo Federal.

Ao encampar a recomendação da Caixa Econômica, o Ministério do Trabalho vai ao encontro das determinações do Estatuto do Idoso, projeto que também passou por esta Casa e que aqui foi aprovado pela unanimidade dos votos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Deixo aqui, portanto, este registro juntamente com os meus cumprimentos ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela adoção de medidas que, como esta, levam ao pleno cumprimento do Estatuto do Idoso, possibilitando àqueles brasileiros que romperam a barreira dos 60 anos mais conforto durante o avanço da sua idade.

E, por fim, desejo me pronunciar denunciando as manobras do sistema bancário para não cumprir a Lei nº 10.699/2003, que estabelece o pagamento dos benefícios previdenciários até o quinto dia útil de cada mês.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. desde o dia 9 de julho do ano passado está em vigor a Lei nº 10.699, que modifica o Parágrafo 4º do Artigo 41 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, estabelecendo que a partir de abril de 2004, os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões “devem ser pagos do primeiro ao quinto dia útil do mês seguinte ao de sua competência”.

Sancionada com bastante antecedência da data prevista para o início da sua aplicação, a Lei nº 10.699/2003 criou grande expectativa entre os 22 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social que, sem data marcada ou prazo determinado, ainda hoje recebem os seus benefícios ao longo e até mesmo quase no final do mês.

A expectativa criada não é para menos. As despesas dos aposentados e pensionistas com alimentação, medicamentos, aluguel, contas de telefone, água, luz e condomínio não esperam até o fim de

cada mês para serem pagas. Todas têm vencimentos definidos, com data de pagamento.

Enquanto isso, o benefício previdenciário, que se constitui na única receita para o enfrentamento daquelas despesas, não tem ainda uma data certa com a qual possam contar.

Isso faz com que, não raro, aposentados e pensionistas tenham de recorrer ao cheque especial, quando não caem nas mãos de agiotas, pagando juros absurdos para honrarem os seus pagamentos.

Vale dizer que quem já sofre com o baixo valor de um benefício previdenciário, em sua esmagadora maioria equivalente a um salário mínimo, ainda tem de destinar parte do que recebe dividindo seu pequeno benefício com banqueiros e agiotas.

Mas poderiam imaginar as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a situação estava resolvida com a Lei nº 10.699/2003, certo? Não, errado.

Embora tenha a assinatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos Ministros Antonio Palocci Filho, da Fazenda, Guido Mantega, do Planejamento, Jaques Wagner e Ricardo Berzoini, que ocupavam respectivamente as Pastas do Trabalho e da Previdência Social, essa lei está ameaçada de não ser cumprida.

A despeito do longo tempo previsto para o início da sua aplicação, de cerca de nove meses, tempo necessário para a geração de uma vida, o sistema bancário quer mais seis meses de prazo para se adequar à nova lei.

Segundo informações que nos chegam, os bancos alegam a insuficiência de funcionários e de equipamentos para atenderem aos aposentados e pensionistas.

Por isso, querem que os 15,5 milhões dos beneficiários que recebem suas aposentadorias e pensões utilizando um cartão magnético sejam agora obrigados a abrir uma conta corrente para receberem seu dinheiro.

Acontece que cada beneficiário terá de pagar uma tarifa bancária que custa no mínimo cinco reais, para que tenha acesso ao cartão, talão de cheques e consulta de saldos.

Ocorre que o sistema bancário já é remunerado pelo Ministério da Previdência Social para prestar o serviço de pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas.

Portanto, qualquer cobrança adicional é mais uma investida descabida no bolso dos beneficiários, uma vez que a obrigação de pagar cinco reais para receber o benefício de um salário mínimo de 240 rea-

is não encontra paralelo em nenhum lugar do mundo. Até por que não se paga um salário ou benefício tão baixo em qualquer país.

Exceção feita à Caixa Econômica Federal, que já se dispõe a ampliar o horário de suas agências para se adequar à nova lei, atitude altamente positiva em todos os seus aspectos, as alegações dos bancos também não têm fundamento quando as instituições se referem à insuficiência de equipamentos.

Final, nunca, em nenhuma parte do mundo, o sistema bancário se informatizou e se equipou tanto quanto o brasileiro. A ponto de reduzir dramaticamente o seu número de funcionários, medida que, agora, lhes soa inconsequente.

Mas ainda admitindo que os bancos precisam se adequar à nova lei, não vejo dificuldade para isso. Dos fabulosos lucros que vêm auferindo – praticamente são o único setor que vem ganhando na economia brasileira – os bancos podem sem nenhum problema direcionar uma parte para contratação de pessoal e aquisição dos equipamentos que se fizerem necessários.

Quem nada pode são os aposentados e pensionistas, ou os 76 milhões de brasileiros que dependem dos seus benefícios para viver. Não se pode tirar mais de quem já não tem nada, de quem gasta tudo o que recebe com as despesas mais básicas de um ser humano.

Diante desse quadro, o que nos resta é a esperança de que o governo exija o cumprimento da legislação por parte do sistema bancário para que aposentados e pensionistas possam, já a partir de abril, receber seus benefícios até o quinto dia útil de cada mês.

Precisamos, de uma vez por todas, afastar essa nova ameaça contra os aposentados.

Estou certo de que essa é a vontade do Ministro da Previdência Social, Senador Amir Lando, assim como do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não é possível protelar o pagamento de valores tão baixos devidos a pessoas tão necessitadas e que gastaram toda uma vida de trabalho para ter direito a uma aposentadoria ou pensão.

Particularmente quando a protelação é patrocinada por aqueles setores da economia que mais têm, contra os que pouco ou nunca tiveram.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MARCHA CONTRA A IMPUNIDADE, A VIOLÊNCIA POLICIAL E O RACISMO, PELO DIREITO A VIDA

**Carta aberta ao Excelentíssimo Senhor Coronel
Alberto Silveira Rodrigues
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo**

Neste 21 de março de 2004, data instituída pela ONU como Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial, os signatários, dirigentes de entidades do Movimento Negro, entidades de defesa dos direitos Humanos, grupos de jovens, grupos culturais, entidades de mulheres, familiares de vítimas de violência policial, parlamentares e demais apoiadores, vêm a público manifestar seu repúdio à violência, sobretudo à violência policial, bem como externar sua solidariedade à família do Dr. Flávio Ferreira Sant'Ana e a todas as famílias que cotidianamente sofrem com morte violenta de seus filhos e filhas.

O brutal assassinato do Dr. Flávio Ferreira Sant'Ana, jovem negro de 28 anos, cirurgião dentista, ocorrido no último dia 03 de fevereiro, é mais um exemplo do cotidiano de truculência, do desprezo pela vida humana e da sensação de impunidade com que age parcela considerável dos agentes de segurança pública.

Segundo dados do PRO-AIM - Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo, em 2003 ocorreram 4.157 (quatro mil cento e cinquenta e sete) homicídios (dado parcial). A mortalidade atinge preferencialmente jovens na faixa etária de 10 a 24 anos de idade, dos quais 68% são negros.

As regiões do município de São Paulo: Sul, Leste e Norte são as de maior concentração das/dos jovens e, não por coincidência, apresentam maior percentual de mortalidade das/dos jovens negros - 51,1% a 64%.

A mortalidade por sexo segundo raça/cor: masculino - 47,5% e feminino - 37,5% são negros. Segundo o instrumento utilizado temos: arma de fogo - 96%, arma branca 3% e demais 1% (estimativa em toda a população do município de São Paulo).

Todas as estatísticas sobre letalidade policial indicam que de cada quatro assassinados pela Polícia Militar, ao menos três são negros, certificando uma sinistra e torpe ação afirmativa em curso no Brasil - a opção preferencial que os agentes de segurança pública têm pela população negra.

A revista pessoal, que, conforme determina a lei processual penal, deveria ser feita em casos de fundada suspeita, terminou banalizada pela Polícia Militar, de sorte que o negro de qualquer condição social – na periferia ou nos carrões dos bairros de classe média – é sempre visto como suspeito, humilhado, agredido, tratado como se fora o inimigo público número 1.

Mais do que a punição exemplar dos facínoras que executaram friamente o Dr. Flávio Ferreira Sant'Ana e depois tentaram forjar a famosa e estapafúrdia história da resistência à prisão, é preciso que as autoridades públicas adotem medidas urgentes para impedir que o policial – branco ou negro – reproduza nas ruas o aprendizado racista adquirido na sociedade.

Exigimos o fim da impunidade, do racismo e da violência policial.

EXIGIMOS:

. a adoção de uma política de reestruturação dos programas curriculares das academias e escolas de formação policial, assegurando-se a inclusão da temática do racismo, preconceito, discriminação racial, bem como de gênero e de orientação sexual, nos termos deliberados pela III Conferência contra o Racismo - Durban, África do Sul-2001;

. o retorno do PROEA -Programa Estadual de Acompanhamento, que assegura o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar/multiprofissional, das/os policiais envolvidos em ações violentas.

De outro lado, anunciamos nossa decisão coletiva de lutar para que o Congresso Nacional aprove imediatamente:

. a alteração do Código Penal, tal como proposto pelo Senador Paulo Paim, visando a introdução do racismo, do preconceito e da discriminação racial como modalidades de agravantes genéricas, de modo a aumentar a pena de policiais e demais criminosos que ajam movidos por racismo;

. a alteração da lei referente à busca pessoal (revista), exigindo que os policiais sejam obrigados a registrar e justificar as revistas feitas nas ruas;

. o efetivo controle externo da atividade policial, a ser desenvolvido pelo Ministério Público.

Finalizando, devemos lembrar que em 21 de março de 1960 a juventude negra sul-africana, organizada pelo Congresso Nacional Sul-africano, sob a liderança do Presidente Nelson Mandela, rebelava-se contra a famosa Lei dos Passes, que exigia que os negros apresentassem passes autorizando sua circulação pelas ruas e bairros. Centenas de pessoas se apresentaram sem passe na Delegacia de Polícia de Shaperville, protestando pacificamente e entoando canções de luta.

A polícia do *apartheid* abriu fogo contra os manifestantes pacíficos e 69 pessoas tombaram mortas.

Hoje, no Brasil, passados 44 anos do massacre de Shaperville, nossos jovens ainda lutam para circular livremente nas ruas de São Paulo e do Brasil.

Não à violência e ao racismo. Sim à vida.

São Paulo, 21 de março de 2004.

Ação dos Cristãos Pela Abolição da Tortura (ACAT)
Agentes de Pastoral Negros (APN'S)
Assessoria Municipal da Comunidade Negra de Santo André
Associação Beneficente e Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Parque Novo Mundo
Associação da Mulher Especial
Associação dos Funcionários do Grupo Santander/Banespa (AFUBESP)
Biashara – Escola de Idiomas e Intercâmbio
CADESC/Cidade Tiradentes
Central Única de Trabalhadores (CUT/SP)
Centro Acadêmico de Odontologia da Universidade de Guarulhos
Centro de Defesa de Direitos Humanos Padre João Bosco Burnier/Guarulhos
Centro de Estudos da Relações do Trabalho e Desigualdade (CEERT)
Centro de Estudos Milton Santos da Assembléia Legislativa
Centro Santos Dias de Direitos Humanos
Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo
Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa
Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP
Comissão de Direitos Humanos do Município de São Paulo
Comissão do Negro e de Assuntos Antidiscriminatórios da OAB/SP
Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)
Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo
Conselho Municipal da Comunidade Negra de Santos
Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN/SP)
Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra do Município de São Paulo
Fala Negão
Fala Preta! – Organização de Mulheres Negras
Fórum Estadual de Mulheres negras
Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial da Assembleia Legislativa
Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial do Congresso Nacional
Frente Parlamentar Estadual pela Livre Expressão Sexual/SP
Geledés – Instituto da Mulher Negra
Grupo Beneficente de Muçulmanos de São Paulo

Grupo de Negros e Políticas Públicas da Assembléia Legislativa
Grupo Espaço Negro
Grupo Facção X
Grupo Minas e Outras
Grupo Negro Sim/Suzano
Grupo Tortura Nunca Mais
Instituto do Negro Padre Batista
Instituto Interamericano de Promoção da Igualdade Racial (INSPIR)
Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira (INTECAB)
Instituto Todos a Bordo
Irmandade de Afrodescendentes Nossa Senhora da Paz/Itaquera
Movimento 20 de novembro de Ribeirão Pires
Movimento Cultural Cidade Tiradentes (MOCUTI)
Movimento Fala Bantu
Movimento Nacional de Direitos Humanos
Movimento Negro Unificado (MNU)
Pastoral Afro da Arquidiocese de São Paulo
PL Mulher
Rede Afro Jovem
Secretaria de Combate ao Racismo da Macro Campinas
Secretaria de Combate ao Racismo do PT de São Bernardo do Campo
Secretaria Estadual do Negro/PSB
Secretaria Estadual/PSDB
Secretaria Nacional de Combate ao Racismo/PT
TUCANAFRO
União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO)
EDUCAFR O

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente desta Casa, a transcrição solicitada por V. Exª será atendida, de acordo com o Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 338, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-governador do Estado de Mato Grosso, Cássio Leite de Barros, ocorrido no dia 21 de março de 2004:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família, à Câmara Municipal de Corumbá/MS, à Prefeitura Municipal de Corumbá/MS e aos governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Justificação

Cássio Leite de Barros já havia granjeado o respeito, o carinho e o reconhecimento de seus concidadãos por seu notável espírito público, quando foi chamado a governar o Mato Grosso nos anos de 78 e 79, antes da divisão do Estado. Na condução do processo de divisão, que daria origem aos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pode o então Governador dar sobejas provas de sua sabedoria e de seu talento político, administrando com extraordinária habilidade as tensões inerentes a um processo dessa natureza.

Tendo sido Prefeito de Três Lagoas num mandato que coincidiu, embora durante curto período, com o mandato de Governador exercido por Cássio Leite de Barros, tive então a oportunidade de com ele estreitar os laços de amizade que nos uniam. Pude testemunhar sua quase inesgotável capacidade de trabalho, bem como a intransigente honestidade com que marcava sua atuação na arena pública.

Essa capacidade de trabalho e essa honestidade eram qualidades já conhecidas de todos aqueles que travaram relações com Cássio Leite de Barros, seja em sua vida familiar, seja em sua vida profissional, onde se destacou como pecuarista, jornalista e advogado. Suas múltiplas atividades e compromissos nunca o impediram de participar ativamente da vida de seus concidadãos, procurando sempre formas de contribuir para o bem comum, como o demonstra o importante trabalho que realizou na presidência do Lions Clube e da Sociedade Beneficência Corumbaense, administradora do Hospital de Caridade.

Pantaneiro apaixonado, defensor incansável das melhores tradições de nossa gente, Cássio Leite de Barros deixa um raro exemplo de vida produtiva e generosa, que servirá sempre de inspiração para to-

dos nós e especialmente para sua numerosa família, composta de cinco filhos, quinze netos e dois bisnetos, além de sua esposa e companheira de tantos anos, Dona Darcy Miranda de Barros, a quem envio neste momento meu emocionado abraço.

A saudade de Cássio Leite de Barros nos acompanhará sempre, assim como o reconhecimento que lhe devemos por tudo o que realizou ao longo de sua vida.

Sala das Sessões, 22 de março de 2004. – **Ramez Tebet.**

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com muita emoção que venho à tribuna. Apresentei requerimento de pesar pelo falecimento de um grande homem público do meu Estado.

Cássio Leite de Barros é de tradicional família corumbaense. Foi Vice-Governador do então Estado de Mato Grosso e Governador daquele Estado. Sempre granjeou o respeito, o carinho e o reconhecimento de todos os seus concidadãos, pelas qualidades que ornamentavam sua personalidade e também pelo seu notável espírito público. Ele governou Mato Grosso do Sul nos anos de 1978 e 1979, antes, portanto, da divisão e criação daquele Estado. Na condução desse processo de divisão, que não foi fácil – foi um processo cheio de emotividade – e que deu origem ao Estado de Mato Grosso do Sul, Cássio Leite de Barros, então Governador, deu sobejas provas de sua sabedoria, do seu talento político, administrando com extraordinária habilidade as tensões inerentes a um processo dessa natureza.

Conheci Cássio Leite de Barros há muitos anos, mas com ele convivi melhor e mais tempo quando fui Prefeito de Três Lagoas e ele exerceu, por um curto período, o cargo de Governador do Estado. Nossos mandatos coincidiram, portanto, e tive a oportunidade de estreitar ainda mais os laços de amizade que nos uniam. Pude testemunhar sua quase inesgotável capacidade de trabalho, bem como a sua intransigente honestidade, timbre com que sempre marcou a sua atuação na arena política.

Essa capacidade de trabalho e essa honestidade eram qualidades já conhecidas de todos aqueles que travaram relações com Cássio Leite de Barros, seja em sua vida familiar, seja em sua vida profissional, onde se destacou como pecuarista, como jornalista, como advogado. Político por excelência, sempre se interessou pelos assuntos de Corumbá, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Essas atividades múltiplas que exerceu nunca o impediram de participar ativamente da vida dos seus concidadãos, procurando contribuir de todas as formas para o bem comum, como demonstra o importante trabalho realizado como integrante do Lions Club, instituição de que foi Presidente, bem como pelo seu trabalho altamente filantrópico na Sociedade Beneficente Corumbaense,

que administra o Hospital de Caridade daquele próspero Município do meu Estado.

Pantaneiro apaixonado, defensor incansável das melhores tradições de nossa gente, Cássio Leite de Barros deixa um raro exemplo de vida produtiva e generosa, que sempre servirá de inspiração para todos nós e especialmente para a sua numerosa família, composta de cinco filhos, quinze netos e dois bisnetos, além de sua esposa e companheira inseparável de tantos anos, Dona Darcy Miranda de Barros, a quem envio, neste momento, o meu emocionado abraço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a saudação de Cássio Leite de Barros nos acompanhará sempre, assim como o reconhecimento que devemos a ele por tudo que realizou ao longo da sua vida.

Corumbá, a “Cidade Branca” do meu Estado, está de luto. Mato Grosso do Sul está de luto. E permito-me dizer que o Estado de Mato Grosso também está de luto. Estão todos pranteando, de forma emocionada, o passamento deste grande homem público e chefe de família que foi Cássio Leite de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência submete o requerimento à apreciação do Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – De acordo com o critério de rodízio adotado pela direção dos trabalhos, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei, na semana passada, o Projeto de Lei nº 39, de 2004, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a proibição de descontos nos salários dos empregados.

Trata-se de uma proposição com o objetivo de vedar uma prática comum hoje em dia e bastante injusta para muitos empregados brasileiros.

Várias categorias de trabalhadores, como a dos caixas, dos cobradores de ônibus, dos garçons e dos frentistas dos postos de gasolina têm sofrido injustamente descontos nos seus salários.

Em alguns casos, mais freqüentemente entre os frentistas, os valores que recebem pela prestação do serviço do estabelecimento em que trabalham como pagamento por meio de cheques sem provisão de fundo, ou clonagem de cartões são de sua inteira responsabilidade, arcando eles, os frentistas, dessa forma, inteiramente com o prejuízo pelo recebimento de

um cheque sem fundo, de um cartão roubado, de um cartão clonado.

Outra situação semelhante e que tem resultado em descontos salariais em determinadas categorias são os casos em que o estabelecimento ou o empregado no exercício de sua função é objeto de furto ou de roubo, quando um posto de gasolina, por exemplo, é roubado ou seu frentista é assaltado. Novamente, o empregador repassa o prejuízo obtido aos funcionários, que, de vítimas, passam a co-responsáveis, como é o caso dos cobradores de ônibus, garçons e, outra vez, dos frentistas de postos de gasolina.

Ninguém ignora que esses trabalhadores, quando de sua admissão no emprego, não raras vezes são obrigados a assinar notas promissórias, recibos em branco, cartas de fiança ou vales de antecipação de salários não recebidos para cobrir possíveis prejuízos do empregador. Nessas circunstâncias, ironicamente, o risco do negócio passa a ser do trabalhador, quando deveria ser de responsabilidade do empregador.

Em verdade, empregadores inescrupulosos que, mesmo sendo uma minoria do empresariado nacional, mas que representam, em números absolutos, um contingente considerável, passaram a optar, sistematicamente, por um tortuoso e vil caminho de redução de custos.

Infelizmente, o grande prejudicado é sempre o trabalhador que, freqüentemente, ao final do mês, recebe apenas parte do seu salário. Pode-se até imaginar situações equivalentes ao trabalho escravo se, num determinado mês, o prejuízo devido pelo empregado superar seu rendimento mensal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não nos parece justo que essa prática continue impune, uma vez que esses estabelecimentos dispõem de mecanismos de proteção como seguros, serviços de consultas a cheque, o SPC – Serviço de Proteção ao Cheque, o Serasa e outros sistemas que poderiam tranquilamente ser usados para evitar esse tipo de prática pelos trabalhadores.

Assim, com o intuito de coibir essa prática – repito – amplamente difundida em nosso País e que é responsável por grandes prejuízos a diversas categorias de trabalhadores, estamos propondo o presente projeto.

O projeto estabelece também a obrigatoriedade, nos casos de furto ou de roubo, do registro de ocorrência policial.

É importante ainda frisar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, se por um lado, o projeto tem por objetivo maior a proteção ao trabalhador, por outro lado, não há na minha iniciativa o intuito de penalizar o empregador, uma vez que o projeto prevê que as regras para o recebimento de cheques, cartões de crédito e guarda de valores do estabelecimento devem ser ditadas por normas que deverão ser defini-

das em acordo ou convenção coletiva. E aqui se dá exatamente aquilo que também é relevante, que é dar importância ao empregador, a fim de que amanhã não se venha alegar que o instituto de proteção ao empregado é causador da diminuição de empregos na economia.

Observe-se, por fim, Sr. Presidente, que, embora não conste da proposição as penalidades a que se submeterão os infratores, estes estão sujeitos às multas previstas no art. 510 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Estamos convencidos de que as razões aqui apresentadas confirmam a relevância do tema e recomendam a adoção legal proposta. Esperamos, assim, contar com o apoio de nossos Pares durante a tramitação da matéria e com a manifestação favorável à sua aprovação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o próximo orador inscrito, o nobre Senador Alvaro Dias, por cessão do nobre Senador Leonel Pavan. S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Porto de Paranaguá é muito importante para a cidade, para o meu Estado e para o País. É um patrimônio do Brasil. Mas o Governo do Estado do Paraná, por intermédio de seu Governador, o faz de brinquedo. O Governador do Paraná, repito, está brincando com o Porto de Paranaguá. Por essa razão, ocupo esta tribuna a fim de pedir, de fazer um apelo para que o Ministro dos Transportes e, quem sabe, o Ministro da Agricultura – a quem, aliás, há poucos dias, o Governador acusou de receber da Monsanto – e também para que o Presidente da República, o Governo da União, interfira em favor desse patrimônio nacional.

Os prejuízos são imprevisíveis: a Federação da Agricultura avalia que os agricultores paranaenses sofrem nesta safra um prejuízo de R\$1,6 bilhão em função da irresponsabilidade do Governo do Paraná. Isso é lamentável!

Vou relatar o que está ocorrendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Mas, antes disso, reitero o apelo para que o Presidente Lula, para que o Governo da União interfira e não permita a continuidade do caos. É um patrimônio do País que não pode ser dilapidado da forma como vem sendo. Há uma manifestação da cidade inteira – prefeitos, vereadores, parlamentares, 11 sindicatos dos portuários – em favor da substituição de toda a diretoria do Porto de Paranaguá. E o Governo não deseja atender a essa solicitação, porque o Superintendente do Porto de Paranaguá é, coincidentemente, seu irmão, Eduardo Requião. É parte do programa “Emprego da Família”. O

grande programa de geração de emprego no Paraná é o “Emprego da Família” – e explico melhor: é o “Emprego da Família do Governador” e “das Famílias dos Secretários de Estado”, porque o Paraná se transformou no paraíso do nepotismo. E o próprio Governador afirmou, parodiando Odorico Paraguaçu, bem a propósito, que ele é “um nepotista militante”.

Pois bem, essa parcela do nepotismo paralisa o Porto de Paranaguá. São 110 km de caminhões na estrada que demanda àquele porto, proporcionalmente o dobro de navios no oceano, aguardando movimentação para recebimento das cargas que são colocadas no porto, não apenas pela ferrovia, mas também pelos caminhões das transportadoras.

A reivindicação, em função das irregularidades, da denúncia de corrupção e da incompetência de gerenciamento do porto, diz respeito à substituição de toda a diretoria.

E aqui está: o Governador, ainda hoje de manhã, afirmou que não muda o superintendente. E diz: “O Eduardo é meu preposto, tirá-lo de lá é tirar o governador”. De acordo com o Governador, “o porto não está tendo nenhum prejuízo com a paralisação na movimentação de cargas desde sexta-feira. “Os operadores estão causando prejuízo para eles mesmos”.

O Governador perdeu o juízo. Afirmar que não há prejuízo, quando só os agricultores sofrem nesta safra um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão: prejuízo dos navios, dos caminhoneiros, das transportadoras, das cooperativas, do porto, prejuízo do Estado do Paraná, prejuízo do País. É difícil mencionar o valor desse prejuízo provocado graças à irresponsabilidade do Governador. Aliás, hoje, a cidade de Paranaguá assistiu uma manifestação que reuniu quase 10 mil pessoas em um protesto contra o Governo Estadual, em um apelo pela substituição da direção do Porto de Paranaguá, para que retorne à normalidade e se possa usar o Porto de Paranaguá como o caminho das riquezas do agronegócio do nosso País.

Ao invés de atender, de receber, de dialogar, de conversar com o movimento, o Governador mandou instaurar inquérito policial “para apurar responsabilidades”, segundo ele. E pede ao seu procurador que acione essas pessoas por formação de quadrilha – veja o cinismo do Governador. São os produtores rurais, os trabalhadores, os portuários, segundo ele, quadrilheiros, já que essa manifestação, esse movimento, tem origem em 11 sindicatos, com o apoio do prefeito, dos vereadores, das lideranças políticas da cidade inteira, das cooperativas, de todas as entidades. E o Governador fala em formação de quadrilha”. Melhor faria o Governador se instaurasse inquérito policial para investigar outro tipo de quadrilha que opera no Governo do Estado.

Quando Senador, S. Ex^a denunciou a existência de uma quadrilha que, segundo S. Ex^a, operava no Go-

verno de Santa Catarina. Pois bem, essa mesma “quadrilha” opera hoje no Governo do Paraná sob os seus auspícios. Melhor faria se instaurasse inquérito para apurar denúncias que dizem respeito à existência de uma quadrilha que opera no Governo do Paraná.

Aliás, entre as irregularidades denunciadas no Porto de Paranaguá, alude-se ao desaparecimento de 15 mil, segundo alguns, ou de 20 mil, segundo outros, toneladas de soja do Porto de Paranaguá, caso em que se justifica, sim, o inquérito policial. Durante o Carnaval, a cidade de Paranaguá viu desfilar o bloco Papa-Soja, que fez alusão ao desaparecimento dessas toneladas de soja sob os olhos complacentes do governo estadual.

Há aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um relatório sobre as principais causas do caos existente hoje no Porto de Paranaguá, tais como recorde de mais de 55 navios ao largo que aguardam atracação, com multas a serem pagas pelos produtores que variam de US\$10 mil até US\$25 mil por dia para cada navio – e o governador diz que não há prejuízo; Porto de Paranaguá 100% paralisado há 4 dias, sem perspectiva para volta enquanto não houver a troca da diretoria atual; recorde histórico de fila de caminhões com mais de 110km; absoluta falta de conhecimento e de capacidade administrativa da diretoria, principalmente no tocante à perda de cargas que o porto vem sofrendo e à lesiva redução dos turnos de trabalho para 6 horas, o que acabou com as horas extras e reduziu a capacidade do corredor a um navio grande a cada dois dias.

Vou pedir ao Sr. Presidente que permita a inserção do meu discurso, como lido, bem como de todos os itens da pauta de reivindicação do movimento Pró-Paranaguá, que se instalou no meu Estado. Há outros temas importantes que devem ser abordados no dia de hoje, mas é preciso destacar que jamais o Paraná assistiu a caos semelhante em seu porto, que sempre foi um escoadouro natural das riquezas produzidas pelo nosso Estado e por outros, principalmente agrícolas, do nosso País.

Gostaria que o Governo Federal assumisse sua responsabilidade, já que se trata de patrimônio da União administrado pelo Estado mediante concessão. Quando o Estado apresenta sua incapacidade de administrar, cabe à União interferir. A interferência que deseja neste momento o Paraná, e principalmente a cidade de Paranaguá, é a substituição não apenas do superintendente, que é irmão do Governador, mas de toda a diretoria do porto de Paranaguá. O que se deseja, enfim, é que se devolva o porto à cidade de Paranaguá, que tem condição de administrá-lo com competência. Foi esse o compromisso eleitoral do Governador, um dos tantos descumpridos, já que as

promessas foram esquecidas e a mentira se tornou arma constante do Governador.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para fazer alusão a uma manifestação de Dom Geraldo Majella Agnelo, Presidente da CNBB, na sua mais contundente crítica ao atual Governo, quando cobrou uma “mudança radical” na política econômica.

Disse Dom Geraldo Majella Agnelo, que foi arcebispo da minha cidade, Londrina, e que hoje preside a CNBB: “A fome e a miséria sempre existiram no Brasil, porém nunca foram tão visíveis como agora. Antigamente a gente via pelas ruas a pobreza, hoje o que enxergamos é a miséria”, declarou Dom Geraldo Agnelo. “Os pobres não podem mais apertar os cintos. A política econômica precisar atender prioritariamente os problemas sociais do Brasil, que são muito grandes”, afirmou o Presidente da CNBB. Dom Geraldo classificou como um “triste espetáculo” a realidade do povo brasileiro “que não tem o que comer”. “O que estão fazendo com os brasileiros é uma violência contra o homem, é um desrespeito à dignidade”. Dom Agnelo enfatizou que não acredita na concretização das promessas eleitorais feitas por Lula.

E certamente a cena dramática proporcionada neste Senado Federal por um trabalhador em desespero, do alto da marquise desta Casa, ameaçando saltar porque estava com fome, é uma fotografia do drama vivido por milhões de brasileiros excluídos, desamparados.

As contradições do Governo chamam a cada dia a atenção de todos. Vejam o programa Primeiro Emprego. **A Folha de SP** traz, em manchete, na sua primeira página: “Só Renison, 21, ganhou ‘Primeiro Emprego’”. Lançado em 2003, pelo Presidente Lula, o programa oficial só registra, neste ano, o pagamento de R\$200,00 para um copeiro na Bahia. É este o programa Primeiro Emprego. Aliás, podemos mudar de nome: programa único emprego. Feliz do Renison, de 21 anos, que ganhou emprego de copeiro na Bahia. Embora isso possa ser risível, é muito mais trágico do que cômico. Registramos o fato aqui como um grito de indignação de todos os brasileiros, que querem um Governo cumpridor de compromissos, e não um Governo que volta as suas costas às necessidades da população.

Vejam o que diz o professor Alvaro Comin, da USP, criticando o programa Primeiro Emprego. Segundo ele, “o programa Primeiro Emprego não é capaz de gerar novos postos, mas apenas substituir empregos”. Diz ele: “Você substitui o trabalhador convencional por um jovem que vai ganhar menos e a empresa ainda receberá dinheiro”.

Como alternativa, o professor Álvaro diz: “Países como a Itália e França estão revendo esses pro-

gramas, porque eles são caros e pouco eficientes". Portanto, o Governo brasileiro copia programas da Itália e da França, mas não sabe copiar. Que copie, agora, a revisão que se faz lá, para que não fiquemos, aqui, a ler manchetes com drama e comicidade, como esta manchete da **Folha de S. Paulo** no dia de hoje. Esse programa criou este emprego. Creio que não há a necessidade de dizer mais nada.

"A maior parte dos recursos gastos no primeiro bimestre de 2004 foi consumida em diárias de viagens e passagem, na administração do programa, que atraiu 0,3% das empresas convidadas." Portanto, é um programa fracassado. O apelo que nós fazemos é para que o Governo reveja esse programa, busque outras alternativas, não desperdice recursos públicos, aplique melhor o dinheiro do imposto pago com sacrifício pela população brasileira, especialmente quando diz respeito à geração de empregos no País.

O drama do desemprego é drama para qualquer povo, para qualquer trabalhador, em qualquer parte do mundo, em qualquer país do universo. Mas, sem dúvida, o desemprego na França, na Inglaterra, enfim, na Europa, nos países avançados que possuem legislação trabalhista que respeita a cidadania, é drama de determinada dimensão; mas desemprego num país como o nosso é drama de dimensão superior.

A nossa legislação não confere ao trabalhador desempregado direito ao exercício pleno da cidadania. Ele deixa de ser cidadão, pois, na verdade, não exercita a cidadania na sua plenitude, principalmente porque a parcela de trabalhadores desempregados, sem carteira de trabalho, é a parcela maior no nosso País. Estes sequer possuem direito ao seguro-desemprego. Estão à margem. São considerados cidadãos de segunda classe e estão proibidos de exercer a cidadania na sua plenitude.

Há um clamor nacional em favor de sensibilidade humana. A população acreditou num Governo sensível ao eleger o Presidente Lula. A decepção provoca enorme frustração, porque o que se vê é que o atual Governo se tornou coqueluche dos banqueiros, sobretudo os internacionais, do Fundo Monetário Internacional e do mercado. Do outro lado, a desesperança do povo trabalhador do Brasil.

Enquanto isso, há uma verdadeira "torre de babel" instalada no seio do Governo. Ministros se entrecocam, como se estivesse um a fazer oposição ao outro. Vejam o que ocorreu nos últimos dias, com declarações contundentes do Ministro da Agricultura contra o Ministro do Planejamento, Guido Mantega.

Eu não diria que foram críticas, mas xingamentos, inclusive de baixo calão, revelando a situação de instabilidade emocional do atual Governo. Com razão, o Ministro da Agricultura se rebelou por não ter

sido recebido pelo Ministro do Planejamento, já que o agronegócio é responsável por 34% do PIB, responsável por 37% dos empregos existentes no País, responsável por 42% das exportações nacionais. Não fosse o agronegócio, a crise econômica do Brasil seria ainda mais dramática.

O Brasil é líder em vendas para o exterior de produtos como café, suco de laranja, açúcar, tabaco, soja, carne bovina, frangos, que geram empregos. Mas nem por isso o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, entende que deve receber o Ministro da Agricultura para tratar de assuntos referentes à geração de empregos neste setor fundamental da economia do País.

Sr. Presidente, há críticas dos mais diversos setores da sociedade no que diz respeito à política econômica do atual Governo. O Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, afirmou em entrevista que duvida "que o povo esteja vencendo no Brasil", além de criticar o apego à receita do Fundo Monetário Internacional pela equipe do Governo Lula.

Dom Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias, reforçou as críticas de Dom Geraldo Majella Agnelo.

A 2ª Conferência Nacional de Segurança e Nutrição Alimentar terminou seus trabalhos com a "Carta de Olinda" fazendo críticas ao modelo de política macroeconômica vigente e o apontando como a principal causa da insegurança alimentar e nutricional e de exclusão social.

O "fogo amigo" queima todos os dias; e não poderia ser diferente neste final de semana, em um seminário do PT. "Queremos um outro Brasil", afirma o PT ao PT. Olhando para o espelho, o PT afirma: "Queremos um outro Brasil", pregando mudanças imediatas na política social e econômica e avisando que vai pressionar mais.

O Presidente da OAB, o catarinense Roberto Busato destacou o abismo entre as promessas de mudanças feitas por Lula na campanha eleitoral e a ortodoxia do modelo econômico em vigor.

Enquanto nós da Oposição clamamos pela retomada do crescimento, o Presidente da Febraban e do Bradesco, Márcio Cypriano, propõe também um pacto nacional para o crescimento. A voz dos bancos, o Governo escuta. Quem sabe?

E como reage o Governo, por meio do Duda Mendonça? Vem aí mais um espetáculo publicitário na mídia nacional. "Trabalho Sério" será o **slogan** de uma campanha publicitária do Governo, tentando abafar a crise. Abafar CPI o Governo sabe bem; abafar crise talvez não saiba com a mesma competência.

Essa campanha idealizada por Duda Mendonça vai centrar o seu conteúdo na palavra "sério". O PT mantém perfil ético. Sérios? Waldomiro Diniz vai tor-

nando-se símbolo de um Governo sério, porque, na medida em que o Governo abafa uma CPI, não dá esclarecimentos, não quer transparência e esconde o que há de sujo, elege como símbolo alguém como o Sr. Waldomiro Diniz.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A situação atual e os fatos apontados são os seguintes:

- Recorde de mais de 55 navios ao largo aguardando a atracação, com multas a serem pagas pelos produtores e que variam de U\$ 10 mil até U\$ 25 mil dólares por dia de espera para cada navio;
- Porto de Paranaguá 100% parado a 4 dias e sem perspectiva para a volta enquanto não houver a troca da diretoria atual;
- Fila de caminhões com mais de 110 Km, recorde histórico também;
- Absoluta falta de conhecimento e de capacidade administrativa da diretoria, principalmente no tocante a perda de cargas que o porto vem sofrendo e a lesiva redução dos turnos para 6 horas, que acabou com as horas extras, mais reduziu a capacidade do corredor em um navio grande a cada dois dias ;
- Total abandono dos controles existentes para o combate a roedores o que provocou uma infestação generalizada nos terminais do porto;
- Indícios de favorecimento à determinadas empresas privadas, sendo que o TC já cancelou 2 contratos, sendo um com a Rocha Top e outro com a Céu Azul, que pertence a um dos diretores do porto;
- Risco eminente de desabamento do berço 13 localizado no corredor, provocada pela fuga do solo que o sustenta, fato este, já comunicado ao porto inúmeras vezes sem que nenhuma ação tenha sido tomada;
- Falta de funcionários e estrutura para a amarração dos navios, o que vem provocando insistentes atrasos na atracação. Fato, também já denunciado ao porto e sem qualquer ação tomada pela administração;
- Píer de inflamáveis da APPA paralisado devido a um acidente ocorrido a quase um ano, e que segundo a Petrobrás, que já se prontificou a pagar o conserto, pode ser realizado num prazo de 60 a 90 dias e até o momento não foi reformado;
- Dragagem dos canais e do cais dos portos paralisadas a um ano o que vem reduzindo a capacidade de carregamento e elevando a apreensão dos armadores, havendo inclusive, uma denúncia por parte da empresa onde teria sido procurada para fazer um "acerto" para a sua continuação;
- Recorde histórico de prêmio negativo do porto de Paranaguá, que chegou a U\$ 1,3 por tonelada;
- Todas as categorias dos trabalhadores portuários estão descontentes pois nunca tiveram qualquer canal de conversação com a administração atual;
- Todos os terminais portuários reclamando da falta generalizada do retorno de todas as correspondências, requerimentos e solicitações de reuniões com a administração do porto, que desde o primeiro dia vem demonstrando arrogância, prepotência e total despreparo;
- Anúncio pela administração de um caixa fabuloso, enquanto, muitas obras corretivas e emergenciais não vem sendo realizadas;
- Durante a audiência com os diretores técnico e empresarial, ficou constatado que nos últimos 14 meses, não foi realizado nenhum investimento no porto tanto pela administração quanto pelos terminais instalados;

- Denúncias de terminais instalados no porto, como o **TERMINAL DE CONTEINER DE PARANAGUA – TCP**, que já possui píer recém construído mais que o porto não libera para a operação. Da SOCEPPAR que mesmo arcando com os custos da dragagem do berço que ocupa, não recebe autorização para tal, apesar das ocorrências de navios tocando no fundo do cais e que neste ano deverá embarcar menos 500 mil toneladas, exclusivamente por este problema e do terminal do Paraguai que a dois meses está impedido de embarcar no corredor;
- CPI já protocolada e audiência pública na Assembleia do Estado já agendada para o próximo dia 02/04.

Espero ter retransmitido o necessário, entretanto, estamos a disposição para qualquer informação que se faça necessário. Cordialmente, Ary Correa Jr.

Paula de Refrindicações do Movimento Pró Paranaguá

- 1 - Substituição do Superintendente e toda a diretoria da APPA;
- 2 - Cumprimento de promessa de campanha do Governador Roberto Requião para discussão com a comunidade portuária dos nomes que serão indicados para os cargos da Superintendência e diretorias da APPA;
- 3 - Restabelecer diálogo com toda a comunidade portuária;
- 4 - Suspensão da aplicabilidade da Ordem de Serviço 143/2.003, 144/2.003 e 020/2.004 e discussão dos pontos controversos da mesma com a comunidade portuária;
- 5 - Retornar a preferência dos berços para atracação dos navios de carga geral;
- 6 - Adotar procedimentos urgentes em consonância com os usuários do corredor de exportação e trabalhadores para escoamento da atual safra;
- 7 - Nomeação de assessor sindical indicado pelos TPA's;
- 8 - Reinício, emergencial, dos serviços de dragagem dos berços de atracação, canal da gaieta, e bacia de evolução;
- 9 - Cumprimento de cláusulas de Acordo Coletivo de Trabalho 2.002/2.004 com o Sintraport;
- 10 - Demarcação dos limites do Porto Organizado de Paranaguá e Antonina, conforme determinação de Lei federal de 12/2.002 e ofício enviado pelo Sindicato dos Estivadores;
- 11 - Pagamento das horas extras laboradas em maio e agosto de 2.003, junto aos associados do Sintraport;
- 12 - Revisão das equipes de trabalho dos amarradores;
- 13 - Realizar contrato com a cooperativa de amarradores para aumento da capacidade de atracar e desatracar os navios;
- 14 - Possibilitar correta troca de turnos de trabalho, evitando interrupção dos serviços;
- 15 - Reparo emergencial do berço 213;
- 16 - Realizar emergencial desratização na faixa portuária;
- 17 - Apresentar plano anual de investimentos na faixa portuária;
- 18 - Melhorar o transporte gratuito na faixa para locomoção dos TPA's entre os berços de atracação e os portões de acesso, objetivando atender os trabalhadores da faixa;
- 19 - Apresentar plano anual de aplicação dos fundos nas obras de infra-estrutura e melhoramentos do Porto de Paranaguá;
- 20 - Retorno da espera de carregamento dentro da faixa portuária;
- 21 - Funcionamento das quatro balanças da APPA para viabilizar a descarga de caminhões;
- 22 - Retorno do acompanhamento da coopadubo e sindiadubo no sistema de pesagem;
- 23 - Limitação no excesso de carga nos caminhões que transportam para fora da cidade, em obediência aos limites já existentes para o transporte feito por caminhões do sindicato dos condutores;
- 24 - Cumprimento do acordo firmado no Sindicato dos Arrumadores, pelo Superintendente, para pagamento das dívidas trabalhistas;
- 25 - Operação de depósito dos contêineres, oriundos do entreposto paraguaio, no pátio da APPA;
- 26 - Abertura dos portões de acesso à faixa do cais para todos os TPA's, que estão engajados para o trabalho;
- 27 - Contratação dos Trabalhadores do Bloco para os serviços de limpeza da APPA;
- 28 - Criação de estrutura para o serviço de controle das cargas e descargas;
- 29 - Atendimento de ofício do Sindicato dos Estivadores para cessão para os sindicatos de TPA's da área abandonada que existe ao lado do Porto de Chamada (armazém 5C) para pátio de estacionamento dos trabalhadores;
- 30 - Cumprimento do Decreto Estadual 7.447/90, que trata da ascensão funcional dos funcionários da APPA, no seu artigo 56 e seguintes;
- 31 - Desistência e arquivamento dos procedimentos administrativos, extra judiciais e judiciais iniciados contra os integrantes do movimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra, em nome da Liderança do PT, ao Senador Tião Viana.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concederei a palavra ao Senador Tião Viana. Antes, porém, ouço o Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Falará pela Liderança do PT, conforme designação da Líder, o nobre Senador Tião Viana. Em seguida, falará o Senador Duciomar Costa e, posteriormente, o Senador João Ribeiro, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo, pois, a palavra ao Senador Tião Viana, como Líder.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia de reflexão em todo o planeta pelo Dia Mundial da Água. Este assunto é da maior relevância e torna-se cada dia mais próximo das pessoas que têm responsabilidade e deveres na condução das políticas públicas e na concepção de infra-estrutura para as sociedades organizadas.

Há poucos minutos, eu conversava com o nobre Senador Gilberto Mestrinho sobre a problemática da água, que, sem dúvida alguma, preocupa a todos. Nós, da Amazônia, damos uma atenção especial à questão, porque estamos no centro de um debate que chama a atenção do planeta para uma região que atrai todos os interesses, até mesmo em função de suas potencialidades hídricas nos dias de hoje.

Penso que nenhum documento pode expressar melhor um alerta e uma reflexão responsável sobre a questão da água do que o tema da Campanha da Fraternidade apresentado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para o exercício de 2004.

A CNBB elaborou, de maneira clara e científica – é bom que se diga –, um documento que penso que deve chegar às mãos de todo jovem, todo universitá-

rio e todo homem público brasileiro. Intitulado “Água, fonte de vida”, ele expressa, de maneira muito clara, numa observação científica, que faz 500 milhões de anos que há, neste planeta, o chamado ciclo efetivo da água: evaporação, chuvas, infiltração, acomodação das águas nos lagos, reservatórios, rios e outros modos de preservação de um componente fundamental da vida.

A água é responsável por 90% da constituição do corpo de uma criança e quase 70% da composição do corpo de um adulto. De fato, somos um planeta que tem a água como seu componente essencial.

Se não olharmos as políticas públicas com a atenção devida, com a responsabilidade pública efetiva, com a visão científica clara, pagaremos um preço muito alto. Vários Parlamentares, na história do Senado Federal, têm feito esse alerta. Ao olhar para o setor de infra-estrutura de suporte ao desenvolvimento, observamos diretamente o problema energético brasileiro. Enquanto a média dos países utiliza a água como responsável por 25% de sua fonte de energia, o Brasil a tem como responsável por 97% de nossas fontes energéticas, com as hidrelétricas.

Esse assunto não é novo para nós, mas as investidas, as ações efetivas do Governo ainda têm sido tímidas quando se pensa no tamanho do problema. Temos o Código de Águas, que data de 1934. Desde a década de 30 já se apontava um primeiro olhar preocupado e objetivo em relação às águas. Após 500 milhões de anos da presença e da movimentação das águas no planeta, no século XX, o homem conseguiu contaminar reservatórios estratégicos e expõe a graves situações hoje as populações. Há 1,2 bilhão de cidadãos no planeta que padecem uma grave crise de água e 2,4 bilhões de cidadãos passando sérias apreensões em relação ao saneamento básico, que tem a água como solução definitiva de problemas, claro. E temos uma situação dramática, quando olhamos para os indicadores de vida e morte em relação à água. Dois milhões de cidadãos no planeta morrem todos os anos em virtude da crise da água, 20 milhões de pessoas morrem ao longo de uma década. Metade dos leitos hospitalares ocupados hoje no planeta têm como entrada o paciente vítima da crise da qualidade da água, do saneamento básico. Observamos que 20% das crianças que vivem em domicílios brasileiros não têm água e que 40% da água já servida para as populações pela chamada “distribuição comum” de suas adutoras é de péssima qualidade. Quando somamos isso aos outros componentes de uma visão sanitária, de saneamento básico, vamos registrar que em torno de 80%

dos esgotos sanitários no Brasil são depositados nos lagos e rios sem qualquer tipo de tratamento. A drenagem pluvial e a educação sanitária também não ocorrem de maneira efetiva. Então, quando se conceitua saneamento básico como algo fundamental na percepção da qualidade de vida, da sobrevivência das populações, tendo a água como componente mais importante, observamos a tragédia em que estamos colocados, no Brasil.

Sr. Presidente, fico muito esperançoso quando, ao obter documentos dos Ministérios do Governo do Presidente Lula, verifico que o Ministério das Cidades está, de maneira decidida, pronto para enviar ao Congresso Nacional o chamado projeto que definirá o marco regulatório para saneamento básico no nosso País.

As relações concernentes ao saneamento básico – envolvendo evidentemente a água – estão prontas para serem enviadas para um grande debate nacional. É responsabilidade política do Governo Lula tratar essa matéria de maneira elevada e imediata. E estamos trazendo um grande debate para a sociedade brasileira por meio do Congresso Nacional.

Esse marco regulatório é uma dívida enorme. Como falei, desde 1934, esse assunto passa na boca das autoridades, mas não há uma definição clara ou estratégica nem uma intervenção do Estado de maneira definitiva.

No último ano do Governo anterior, apontava-se um investimento da ordem de R\$1,8 bilhão para ajudar as populações na intervenção em relação à água e aos componentes do saneamento básico. Foram investidos cerca de R\$19 milhões. O nosso Governo tem como propósito pagar uma dívida elevada: a dívida da falta da água e do saneamento básico. Precisáramos, no mínimo, investir R\$5 bilhões todos os anos. É uma meta ousada, mas o nosso Governo tem o propósito de fazê-la. E espero sinceramente que possamos dar a resposta que a sociedade brasileira pede.

É preciso legislar sobre esse tema. É preciso fazer o Governo intervir efetivamente, pactuando com as pequenas, médias e grandes cidades sobre o assunto. E é preciso pensar em saneamento básico como um componente fundamental da responsabilidade pública, da responsabilidade política que devem ter os Governantes.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Ex^a inscrito logo após o Líder Duciomar Costa, que falará para uma comunicação de interesse partidário pela liderança do PTB.

Em seguida falará V. Ex^a, Senador Paulo Octávio, e o Senador João Ribeiro, regularmente inscrito.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado durante o período de restauração democrática do País, em 1946, é seguramente uma das mais tradicionais agremiações públicas brasileiras.

Nesses 58 anos em que o País atravessou sucessivas crises institucionais e fortes turbulências políticas e econômicas, o PTB sempre esteve na vanguarda dos movimentos populares, empunhando a bandeira da restauração dos valores democráticos, da moralidade pública, do progresso sustentável, da promoção da justiça social e do fim das desigualdades regionais.

Com o fim do truculento regime de exceção, o PTB, que foi uma das vítimas preferenciais da opressão dessa era, precisou estrategicamente recuar ante a violência perpetrada pelos algozes daquele regime, ressurgindo ativo sob a liderança da incansável e inesquecível Deputada Ivete Vargas, que inspirada pelo legado desenvolvimentista e trabalhista do Presidente Getúlio, expresso em sua carta-testamento, restaurou as bases de uma das mais sólidas e consistente legendas partidárias brasileiras.

Atualmente, com a democracia plenamente restaurada, decorridos quinze anos desde a promulgação da Constituição de 1988, o PTB continua com o mesmo espírito combativo, participando de todas as importantes decisões tomadas em prol da construção e da consolidação do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Aliado de primeira hora do Presidente Lula, o PTB entendeu que o País ansiava, como ainda anseia, por mudanças estruturais e profundas. Por essa razão continua acreditando e caminhando coeso, harmônico e com firmeza ao lado do Governo, como um de seus colaboradores mais efetivos na luta pela formação de um Brasil menos vulnerável às incertezas do futuro, mais igualitário, justo e solidário e menos propenso a crescer com concentração de renda.

Sr^{as} e Srs. Senadores, foi esse idealismo, essa força inquebrantável em direção à mudança, ao futuro, foi essa vocação iconoclasta do PTB contra os antigos vícios da política brasileira, essa busca permanente e indisfarçável de pôr abaixo as barreiras que separam de forma aviltante o Brasil em dois blocos distintos, foi essa luta do partido pela transformação do Brasil em um Estado que oportuniza desenvolvimento e progresso a todos os Estados, indistintamen-

te, sem qualquer predileção geográfica, que me fez ingressar nas fileiras do PTB.

Por isso, quero aqui declarar publicamente minha satisfação e meu incontido orgulho de pertencer a um Partido que guarda um passado glorioso e vive o presente com a consciência de ser um agente fundamental no processo de transformação do Brasil; que abriga em sua legenda 55 Parlamentares no Congresso Nacional. Antes sob o comando do saudoso José Carlos Martinez, e atualmente sob a presidência do combativo Deputado Roberto Jefferson.

Orgulho-me de pertencer a um Partido que deposita na coerência e nos ditames da honra e da ética sua única diretriz na conduta. Orgulho-me de pertencer a uma agremiação que, não obstante ser tão plural na composição, mantém-se coeso e destemidamente unido na defesa de suas convicções, ressonância dos mais elevados interesses do povo brasileiro. Orgulho-me de pertencer a um Partido que demonstrou cabalmente sua grandeza e vocação democrática, quando pinçou para liderá-lo nesta Casa, certamente, o mais humilde de seus integrantes.

A minha responsabilidade, o meu compromisso com o meu Partido e, especialmente, com o Brasil e o meu querido Estado do Pará aumentaram exponencialmente agora, na condição de líder do PTB no Senado Federal.

Ao Presidente Lula, que ao longo do seu primeiro ano de mandato tem-se mostrado sensível aos históricos dissabores sofridos pelos Estados do Norte e Nordeste do Brasil, quero mandar um recado: Sua Excelência terá no PTB um aliado fiel, firme e propositivo, mas que não abrirá mão de sua autonomia e independência quando for necessário criticá-lo, como jamais se desobrigará de sua pauta de lutas pelos mais lídimos anseios do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, para uma comunicação de interesse partidário, pelo Partido da Frente Liberal.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é dia 22 de março! Dia Mundial da Água!

Gostaria de aproveitar o momento para cumprir o Subsecretário de Serviço de Vigilância de Nascentes, Antonio Magno, que tomou posse hoje, assumindo essa importante função, designado pelo

Governador do Distrito Federal para cuidar das nascentes, do nosso patrimônio maior, que é justamente a água que o Brasil possui, felizmente em abundância, diferentemente de outros países!

O Dia Mundial da Água, instituído pela Organização das Nações Unidas, destina-se ao respeito do mais precioso líquido do nosso Planeta, podemos dizer o líquido da vida. Sem água definitivamente não há vida, como a conhecemos, como a concebemos.

A situação atual da disponibilidade e qualidade de água no mundo já alcança um quadro dramático. Países tais como Argélia, Bahrain, Barbados, Burundi, Cabo Verde, Camarões e Chipre estão com a disponibilidade **per capita** anual – metros cúbicos – variando de 162 a 1.667, considerado o ano de 1995, para um **alerta de escassez hídrica da ordem de 1.700 metros cúbicos por habitante por ano**, seca crônica 1.000 metros cúbicos e escassez hídrica absoluta 500. E as projeções para 2025, nestes países, apontam para **um decréscimo de 30% a 50% em relação à situação de 1995!**

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil já alcançamos em algumas Unidades da Federação disponibilidades **bem menores que a de 1.700 metros cúbicos por habitante por ano**: Rio Grande do Norte (1.533); Paraíba (1.327); Pernambuco (1.173); Alagoas (1.545); Sergipe (1.422); **e Distrito Federal (1.338)!**

Na condição de Senador da República pelo Distrito Federal, vou me permitir, neste Dia Mundial da Água, concentrar-me na nossa questão local.

Como é de meu estilo, vou levantar o problema e apontar a solução, dentro do espírito da Agenda Positiva, proposto pelo Governo Federal.

Vou discorrer sobre uma grave questão do Distrito Federal: o abastecimento de água e a coleta, tratamento e disposição de esgotos.

Enfim, quero falar da questão da qualidade de vida de dois milhões de pessoas que vivem e trabalham na Capital da República.

Brasília nasceu da filosofia do planejamento urbano e regional, do projeto original de Lúcio Costa, complementado pela arquitetura de Oscar Niemeyer.

A parte de saneamento, desde o início da cidade, em 1960, contou com as duas Estações de Tratamento de Esgotos, uma na Asa Norte e uma na Asa Sul, além da Estação de Tratamento de Lixo, nas cercanias da ETE/Asa Sul.

A estrutura institucional do saneamento no Distrito Federal iniciou-se com o Departamento de Água e Esgotos da Novacap, passado a Autarquia, em 1964, e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília –

Caesb, em 1969, hoje Companhia de Saneamento do Distrito Federal, mantida a mesma sigla Caesb.

Gostaria de ressaltar a mentalidade moderna com que foi criada a Caesb: nos seus estatutos, três anos antes da Conferência do Meio Ambiente Humano, de 1972, também conhecida como Conferência de Estocolmo, constava o controle da poluição das águas. A palavra “esgotos” na sigla significava a idéia de unificar a gestão das águas pluviais e as águas servidas, infelizmente não concretizada.

Seguindo a mentalidade de planejamento, a Caesb, em 1970, desenvolveu o Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle da Poluição, com a especial participação dos maiores sanitaristas brasileiros da época, o professor José Martiniano de Azevedo Netto e o Professor Max Lothar Hess.

Este Plano Diretor da Caesb foi seguido, em 1972, do Plano de Expansão da Região Geoeconômica de Brasília – Pergeb, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan, órgão do Governo do Distrito Federal, que previa o crescimento harmônico de quase uma centena de Municípios no Entorno do Distrito Federal.

Observem Sr^{as} e Srs. Senadores a visão dos administradores do Distrito Federal desde seu início!

A ocupação territorial do Distrito Federal seguiu o Plano Diretor da Caesb que previa a construção da Barragem do Santa Maria, da Barragem do Rio Descoberto e a Barragem do Rio São Bartolomeu, até fim dos anos 70.

Devido à mudança do Módulo Mínimo Rural do Incra, de 17 hectares para dois hectares, iniciou-se, no fim dos anos 70 e o início dos anos 80, o loteamento rural nas fazendas dentro do Distrito Federal, notadamente na região do rio São Bartolomeu.

A Barragem do rio Descoberto foi construída no período de 1971 a 1975, visando suprir o Distrito Federal de 5m³/s (cinco metros cúbicos por segundo), o que daria para uma população equivalente de 1.728.000 habitantes, a uma taxa média de 250 litros por habitante por dia. Não incluímos os consumos industrial, comercial e de serviços, tais como as companhias de ônibus. Esta barragem abastece cerca de 60% do Distrito Federal.

O Distrito Federal consome hoje 10m³/s, para uma disponibilidade de 11 m³/s. Portanto, estamos no limite.

Seguindo o correto procedimento de que manancial de água preservado é o ocupado, o Governador Joaquim Roriz, obedecendo a uma das definições do Plano Diretor da Caesb revisto nos anos 90, fez parceria para a construção da Barragem do rio Corumbá, que deverá garantir pelo menos mais 10m³/s para o Distrito Federal. E ainda contamos com as reservas dos mananciais do rio São Bartolomeu da or-

dem de 25m³/s, que com adequada tecnologia poderá ser utilizado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como um incansável estudioso e defensor dos interesses do Distrito Federal, apresentei o PL nº 013/2003, que se encontra na Comissão de Infra-estrutura, com parecer favorável do eminente Senador Teotônio Vilela Filho.

O PL nº 013/2003 permite que se constitua o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Descoberto, no âmbito da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Como sabemos, o processo de gerenciamento de recursos hídricos no Brasil iniciou-se em 1934 com o Código de Águas e culminou com a Lei nº 9.433/97, tendo como um dos seus grandes defensores o Senador Bernardo Cabral.

Que longo caminho! Quanto tempo de conscientização e de amadurecimento! Chegamos finalmente na hora da prática!

O que ninguém podia prever, e não estava no poder do Governo do Distrito Federal, era o surgimento da cidade de Águas Lindas de Goiás, praticamente às margens do Lago do rio Descoberto, pelo lado do Estado de Goiás, com 200 mil habitantes, ameaçando as condições sanitárias e a qualidade da água desse manancial.

Diante, pois, do longo processo legislativo do PLS nº 13/2003, estudei uma solução imediata, que só depende da nossa competente e criativa Ministra Marina Silva.

Solicito neste instante, e tenho a certeza de falar em nome de toda a Bancada do Distrito Federal, que seja criado o Comitê da Sub-Bacia do rio Corumbá, que contém o rio Descoberto, no âmbito do Comitê do rio Paranaíba, criado pelo Decreto de 16 de julho de 2002. O Comitê da Sub-Bacia do rio Corumbá não será exceção, posto que pelo Decreto de 03 de dezembro de 2003 foi criado o Comitê da Sub-Bacia do rio Verde Grande dentro do Comitê do rio São Francisco, região hidrográfica igualmente congestionada, com conflitos de uso e necessitando de investimentos para a adequação dos usos da água e sua conservação.

Apresento junto a este discurso o Decreto de 16 de julho de 2002, que formalizou o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba, e o Decreto de 03 de dezembro de 2003, que formalizou o Comitê da Sub-Bacia do rio Verde Grande no Comitê do rio São Francisco, para que constem nos Anais da Casa.

Ministra Marina Silva, a Capital do Brasil conta com a sua ajuda e a sua determinação, juntamente com o Estado de Goiás, tenho certeza!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, perdoem-me pela extensão do discurso, mas, apesar de aparentemente pontual, acredito que essa solução

DECRETO DE 16 DE JULHO DE 2002.

Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, localizada nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da *Constituição*, e tendo em vista o disposto nas Leis nos 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, órgão colegiado, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, no âmbito da respectiva bacia hidrográfica, vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Resolução CNRH no 5, de 10 de abril de 2000.

Parágrafo único. A área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, rio de domínio da União, localizada nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, é definida pelos limites geográficos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, delimitada pela área de drenagem com sua foz locada, em escala 1:1.000.000, nas coordenadas 51°00' longitude oeste e 20° 05' latitude sul.

Art. 2º O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba será composto por representantes:

I - da União;

II - dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação; e

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes, titulares e suplentes, de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua escolha e indicação, serão estabelecidos no regimento interno do Comitê, limitada a representação dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à metade do total de membros.

§ 2º O processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.

Art. 3º O funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba será definido por seu regimento interno, em conformidade com os preceitos da Lei no 9.403, de 3 de janeiro de 1997, e da Resolução CNRH no 5, de 2000.

Parágrafo único. O regimento interno do Comitê será aprovado por seus membros e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 4º As reuniões do Comitê serão públicas, sendo sua convocação amplamente divulgada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de julho de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Carlos Carvalho

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o nobre Senador João Ribeiro, que falará por permuta com a Senadora Lúcia Vânia.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, tivemos a presença de cerca de dois mil prefeitos na Capital Federal, que aqui se reuniram na chamada VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Inicialmente, abro aqui um parêntesis para registrar que nesse importante evento estive à frente dos Municípios do Tocantins a grande liderança política e meu particular amigo Prefeito Paulo Roberto, da cidade de Taguatinga, que capitaneou as reivindicações tocantinenses como acesso ao crédito para as administrações consideradas saudáveis.

Voltando ao tema, lembro que desde a sua primeira edição, a Marcha tem garantido melhorias nas relações entre os Executivos municipal, estadual e federal e tem registrado também significativos resultados na visão das prefeituras e dos municipalistas de um modo geral.

Em 2003, o evento tomou conta das agendas do Congresso Nacional e da Presidência da República, quando foram apresentadas propostas consideradas apenas em parte, como pequenas inserções no texto da inconclusa reforma tributária. Mesmo assim, o que foi feito permitiu avanços como a instituição do Imposto Territorial Rural (ITR) municipal; a Taxa de Iluminação Pública; a participação na divisão dos recursos da Cide, ainda em irrisórios 6,25% do total do chamado imposto

dos combustíveis; e o aumento de 1% na base do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No evento deste ano, a proposição central da marcha foi “O Federalismo e o Poder Local como Fator de Desenvolvimento”. Os debates revelaram interesses distintos entre grandes e pequenas cidades. Prefeitos de capitais apresentaram, obviamente, pleitos diferentes dos que administram pequenos municípios, mas todos buscaram o mesmo objetivo: a ampliação da destinação dos recursos para administração local.

Quanto a essa questão, é preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, compreender a grande necessidade de estabelecimento de regras mais flexíveis para obtenção de financiamento público, face à rigidez das regras relativas ao endividamento impostas aos governos municipais.

Por outro lado, também é necessário entender que o desejado fortalecimento da Federação é, na concepção dos participantes da VII Marcha, recurso fundamental para que o País possa promover o desenvolvimento social e econômico que todos desejamos. A elaboração e execução das políticas de desenvolvimento do País têm que ser compreendidas como responsabilidade partilhada entre as três esferas de Governo.

Neste ano, a presença de representantes dos entes federativos na VII Marcha, debatendo o aprofundamento do Pacto Federativo e a atuação articulada entre os três níveis de Governo – fato inédito –, mostra que chegamos ao momento de construir mecanismos absolutos de negociação federativa.

A Confederação Nacional dos Municípios registra, na carta originada pela VII Marcha, que já se alcançou consenso sobre:

- a revisão dos instrumentos de gestão metropolitana;
- a formulação de estratégias para o desenvolvimento regional;
- a construção de instrumentos de cooperação federativa, incluindo a regulamentação dos consórcios públicos;
- a regulamentação do art. 23 da Constituição Federal; e
- a finalização e regulamentação das reformas tributária e previdenciária.

Nesse mesmo documento, reivindicam, em nome dos municípios, o pleito de votação da chamada segunda fase da reforma tributária, com vistas a atender interesses dos municípios já negociados, e com consenso, no ano passado e acertados pelo Congresso Nacional, com os quais – aproveito para declarar publicamente – me associo inteiramente. Dentre eles, destaco:

- o acréscimo de 1% na participação do FPM sobre o Imposto de Renda e sobre o IPI;
- a cobrança e fiscalização do ITR pelos municípios que optarem ficar com 100% da arrecadação do tributo; e
- a criação de um fundo de R\$3 bilhões para o FPM, no período 2005/2006.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse fundo, esse seguro atenderia aos municípios no momento de crise de arrecadação. Com a queda da arrecadação nacional, os municípios passam a viver uma triste situação, como ocorreu no ano passado, quando um município do meu Estado, dentre aqueles com 0,6, Senador Ramez Tebet, chegou a receber a migalha de R\$8 mil como parcela do FPM. Como um município pode sobreviver dessa maneira? É lamentável. Portanto, esse seguro garantiria ao município o mínimo necessário num momento de muita dificuldade.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a, que tão bem representa o Estado de Tocantins, está sendo muito didático, o que é muito importante. Até o tom professoral com que V. Ex^a está defendendo os nossos municípios torna o assunto mais acessível a todos os que nos ouvem neste momento. V. Ex^a faz coro a uma justa reivindicação em favor dos mais de cinco mil Municípios bra-

sileiros e referência a um ponto importante para os municípios que, creio, podem ser atendidos pelo Governo Federal. O Fundo de Participação dos Municípios é sagrado, chega mensalmente aos municípios, mas seu valor oscila muito, pois depende da arrecadação dos tributos federais. Como V. Ex^a salientou, neste e no ano passado, em determinados meses, foi violenta a queda do FPM. Assim, sofrem os municípios e os prefeitos, que têm dificuldades de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ninguém ousa tentar uma alteração profunda na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas é preciso um pouco de tolerância. Nossos municípios precisam ter condições, ainda mais quando as verbas federais não chegam aos municípios para atender a importantes obras de infra-estrutura. Peço permissão a V. Ex^a para fazer outra consideração ao seu pronunciamento.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – À vontade, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador João Ribeiro, creio que a sociedade brasileira, no exercício da cidadania, tem melhorado consideravelmente. O Brasil não tomou conhecimento, porém mais de três mil prefeitos, sem contar os Vereadores, que aqui vieram em busca de maiores recursos para seus Municípios. Isso demonstra participação da sociedade, cidadania, desejo de que o princípio federativo do Brasil seja cumprido. E o princípio federativo somente pode ser cumprido à medida que os Municípios sejam responsáveis por quase tudo que diz respeito à vida das pessoas. E, para tanto, Senador, como V. Ex^a está salientando, é preciso haver uma legislação que atenda ao princípio federativo. Nós, aqui, fazemos tantas modificações e, às vezes, nos esquecemos dele. Não é o Senado, o Congresso, é porque a situação é difícil. Nós não temos contado com a compreensão, há muitos anos, do Executivo, que está atolado em dívidas também. Mas é preciso que votemos leis que obedeçam ao princípio federativo. E isso vai refletir-se no Município, no dia-a-dia do cidadão. De sorte que V. Ex^a receba o meu abraço sincero. O Estado de Tocantins está de parabéns por V. Ex^a pelo seu pronunciamento nesta tarde. E mais: V. Ex^a ressalta esse encontro, que contou até com a presença do Presidente da República. Por que Sua Excelência foi até lá? Porque percebeu que o Brasil estava lá, bem representado pelos Prefeitos. São cinco mil Municípios, e havia mais de três mil prefeitos. Então, o Brasil estava lá. Só que os Prefeitos saíram de mão abanando. Aí nós temos que lutar. Esse é o valor do pronunciamento de V. Ex^a. Parabéns.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senador Ramez Tebet, incorporo o aparte de V. Ex^a, que certamente enriquecerá muito o meu pronunciamento.

Chamo a atenção para um outro item que considero de fundamental importância: a limitação do pagamento de precatórios a 2% da receita corrente líquida dos Municípios.

Sabe-se que, depois que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi estabelecida, as coisas mudaram nos Municípios. Mas no nosso Estado do Tocantins, Senador Eduardo Siqueira Campos, aconteceu um fato interessante no Município de Ananás. V. Ex^a lembra quando suspenderam praticamente todas as receitas do Município para pagarem precatórios, usaram e grampearam todos os recursos do Município para que esses recursos fossem destinados ao pagamento de precatórios. Precisamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, limitar na lei em 2% o pagamento de precatórios, porque a responsabilidade é do chefe do Poder Executivo que contraiu aquela dívida, a qual, de qualquer forma, acarretará ônus sobre quem está administrando o Município. A dívida é do Município, não do cidadão. Por isso, faço aqui este destaque a respeito dos precatórios.

Reitero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que aqui no Legislativo precisamos nos empenhar para aprovarmos as propostas que trarão avanços reivindicados pelos Municípios e que permitirão que se cumpram importantes compromissos assumidos pela União com os Municípios, principalmente aqueles que constituem a razão de ser da PEC 228, de 2004, que garante repasse de verbas extras aos Municípios caso haja crise, como a de 2003, em função da queda da arrecadação nacional: queda do IPI e do Imposto de Renda, como acabei de citar.

Então, precisamos mobilizar o Senado, o Congresso Nacional, a fim de aprovarmos uma legislação mais rígida, que dê maiores garantias aos Municípios. Além dessa legislação, estão à espera da nossa aprovação o Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras, com modificações na sua redação, de forma a não caracterizar tal operação como endividamento. E a PEC 320 de 96 dispõe que o julgamento dos Prefeitos deverá ser procedido pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ.

O nosso trabalho, como representantes dos Estados junto à União, exige-nos a realização plena das tarefas de fortalecer os Municípios, para que o desenvolvimento socioeconômico sustentado torne-se realidade em todo o território nacional.

Sr. Presidente, já fui prefeito e muitos aqui também. Como o Senador Mão Santa, que costuma dizer sempre

que já foi “prefeito do interior”, eu também já fui Prefeito de Araguaína, a quarta ou quinta cidade do Estado de Goiás, na época em que foi criado o nosso Estado do Tocantins. Sei perfeitamente avaliar o quanto têm sofrido os Prefeitos. Existem muitos Prefeitos, Senador Jonas Pinheiro, que estão avaliando se serão candidatos à reeleição ou não, em função dos poucos recursos que os Municípios vêm recebendo, das dificuldades financeiras vividas pelos Municípios.

Por isso, chamo a atenção do Governo Federal. Senador Eduardo Siqueira Campos, precisamos fazer um novo pacto federativo. O seu pai, o ex-Governador Siqueira Campos, homem experiente, que, com muito esforço e apoiado pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, conseguiu criar o Estado do Tocantins na Constituição de 1988, ao conversar comigo, sempre diz que precisamos discutir o novo pacto federativo. Tenho ouvido sempre esse discurso. Sabemos que, nos Estados Unidos, por exemplo, quem fica com a maior parte dos recursos, Senador Jonas Pinheiro, é o Município, seguido pelo Estado, ficando a União com a menor parte.

Em alguns países da Europa ocorre o mesmo: 70% dos recursos destinam-se aos Municípios, pois é lá que o cidadão está. É o Prefeito, são os Municípios que precisam dos recursos emergenciais. O Prefeito não pode estar sempre de pires na mão.

Faço este pronunciamento exatamente para cobrar do Governo Federal, desta Casa, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, que discutam e aprove o novo pacto federativo, a fim de buscar fazer justiça com os Municípios brasileiros, sobretudo os do interior do Tocantins. Na maioria deles, o único recurso de que o Prefeito dispõe é o minguado FPM, de 0,6% que, às vezes, chega ao máximo de R\$70 mil por mês, para custear a folha de pagamento, cuidar da população, cuidar da limpeza urbana do Município, da saúde, da educação. Isso não é possível.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Ribeiro, o Senador Ramez Tebet descreveu muito bem a realidade, ao dizer da aflição dos Prefeitos do nosso Brasil. Senador, fui Prefeito de 1989 a 1992. Logo depois, fui candidato ao Governo do Estado. A minha Parnaíba, nas devidas proporções, é comparável a sua Araguaína. Consegui para o Governo do Estado, na cidade em que fui Prefeito, 93,84% dos votos – e éramos quatro candidatos a Governador. Quero dizer que, naquele tempo, era bem melhor. O Governo do PT tem que repensar a sua administração. Como Prefeito, convivi com o então Presidente da República José Sarney, que ficou marcado como um homem generoso e sensível. Lembro-me de que, no último ano do seu mandato, nenhum Prefeito brasileiro conseguia pagar o décimo terceiro salário, o

que é um trauma, e o Presidente criou um novo fundo, fazendo essa transição democrática, porque a estabilidade nasce na cidade, com os Prefeitos. Depois, convivi com o Presidente Fernando Collor de Mello, que, no início, passou uma imagem de austeridade e de autoridade. Depois, veio o Presidente Itamar Franco, que, sem dúvida nenhuma, se fizemos um teste de DNA, veremos que é o pai do combate à inflação. Quando fui Governador do Estado, o Presidente da República de então era Fernando Henrique Cardoso. Esses governantes, que foram Prefeitos e Governadores, tiveram uma larga experiência na administração do País e valorizavam o Prefeito. O que há agora, quer se queira ou não, é que o PT tem pouquíssimas Prefeituras, pouco mais de 100. E nessa ação do ano que foi um sacrifício para o Brasil, houve regresso na economia, na felicidade e em todos os aspectos. O Governo não as prestigiou porque o PT tem poucas Prefeituras; quis criar estruturas para compensar, aumentando excessiva e irresponsavelmente o número de Ministérios: de 15 ou 16 são agora 40, contrariando todos os princípios da administração moderna inscritos no livro de Ted Gaebler e David Osborne, **Reinventando o governo**. O Governo tem que ser cada vez menor, mais enxuto, pequeno, não grandioso como um transatlântico que pode afundar como o Titanic. Todos os programas do Governo Federal de hoje desprestigiam os Prefeitos, que, entendo, têm que ser mais valorizados porque são os únicos administradores que administram seu pai, sua mãe, sua esposa, seu filho, que moram na cidade.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Para encerrar, Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, já que meu tempo excedeu-se um pouco, digo o seguinte: entendo que o grande problema dos Municípios vem da Constituição de 1988, que, na verdade, deu-lhes muitas tarefas e poucos repasses. O problema está aí, não é do Governo Lula, vem de muito tempo; portanto, já vem de vários Governos essa situação e precisamos resolvê-la exatamente com o novo pacto federativo, porque é no Município que vive o cidadão, é no Município que o Prefeito precisa ter os recursos para atender às necessidades emergenciais de nossa população.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, por cessão da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Mato Grosso, meus nobres Pares, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado FM, da Rádio Senado em ondas curtas, quero, no mesmo sentido de outros pronunciamentos feitos nesta Casa hoje, dia 22 de março, comemorar o Dia Mundial da Água, estabelecido em 1992 pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Tal resolução baseou-se nos alertas contidos no Capítulo XVIII da Agenda 21, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Primeiramente, Sr^a Presidente, entendo que esta data foi escolhida para que as populações, os Estados, os responsáveis pelas administrações no mundo inteiro a adotassem como um ponto de reflexão.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizou-se uma grande campanha educativa no País quando o Brasil se viu mergulhado no apagão. A falta de energia, consequência da irregularidade, ou da falta de chuva, mas principalmente da falta de investimentos na geração de energia, fez uma verdadeira revolução nas relações de consumo de energia no País. Houve, seguramente, um decréscimo do consumo em cerca de 20%. O principal fator para essa racionalização do consumo, para essa reeducação da população brasileira com relação à falta de energia elétrica se deu principalmente em função das campanhas veiculadas pelos meios de comunicação, pela televisão e pelo rádio, principalmente em decorrência da falta de energia. É interessante destacar, Sr^a Presidente, que a campanha surtiu efeito, mas deixou de abordar o principal tema que era o consumo da água, desperdiçada em grandes volumes no Brasil e no mundo inteiro.

Gostaria de abordar aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, particularmente os do meu querido Tocantins, alguns números com relação à água, principalmente ao consumo. Quero destacar a importância da educação, da orientação e da informação da nossa população relativamente a esses números.

Do total de água existente no nosso planeta, que denominam Planeta Água, 97,5% é salgada, está nos oceanos, nos mares; enfim, não é apropriada para consumo. Vou repetir os dados, Sr^a Presidente: 97,5% das águas do planeta são salgadas. E dos 2,5% restantes, que são as águas doces, 2,4% estão nas profundezas, em aquíferos, em reservas de difícil extração. Ou seja, temos menos de 0,1%, que se encontra nos rios, nas bacias hidrográficas, para o consumo. E sabemos que o Brasil detém um grande percentual dessas águas. Mas o importante, Sr^{as} e Srs.

Senadores, tendo em vista que 97,5% são águas salgadas e que 2,4% não são de fácil extração, é pensarmos no 0,1% restante que temos disponível.

Eu diria que o principal tema da responsabilidade de todos os Governos, de todas as entidades, é a água, porque temos, por um lado, o crescimento da população – em números assustadores em algumas nações – e, por outro, o incremento das atividades humanas, e todas elas se baseiam no uso da água, seja para consumo, para irrigação ou para produção industrial. Tudo demanda água. Analisados esses aspectos, a preocupação demonstrada no Capítulo XVIII da Agenda 21, a própria responsabilidade do Governo do nosso País com a criação da Agência Nacional das Águas, tudo o que fizemos em termos da gravidade desses números está atrasado; tudo o que fizemos foi tardio. Temos um grande desafio pela frente, tendo em vista que estudos demonstram que doenças como malária, hepatite, diarreias, todas essas doenças estão relacionadas ou à falta de água, ou ao consumo inadequado, ou seja, de águas de má qualidade.

A análise conjunta desses dados aponta para uma situação de alto risco, uma situação grave. Pesquisando a causa da morte dos brasileiros, verificou-se que 90% – mais do que as decorrentes de conflitos, da violência – morrem por causa do consumo de água inadequada. Morrem ainda no início da vida, no pós-parto, na infância, em função de todas as doenças mencionadas.

A ONU também diz que haverá, possivelmente, uma guerra ou várias guerras em meados desse século em função da água. Ora, se o homem vem brigando, se assistimos a uma guerra por causa do petróleo, é lógico que haverá conflitos em função da água.

Isso nos remete a uma preocupação – nós, da Amazônia. No Brasil, a população concentra-se no sudeste litorâneo, mas 70% do manancial das bacias estão na Amazônia: a bacia do Amazonas, a bacia do Araguaia-Tocantins que contribui para a bacia da Amazônia, ou seja, 70% de nossas águas estão na Amazônia legal, na qual se inclui o meu Estado – Tocantins –, e 90% da população brasileira reside no sudeste litorâneo do Brasil – repito.

Sr.^a Presidente, a análise de todos esses dados nos levam a uma grande reflexão, a uma profunda preocupação com os destinos da população mundial, e mostra a responsabilidade que tem o Brasil em virtude do alto percentual que tem das águas utilizáveis para o consumo humano no mundo inteiro.

É nossa obrigação, Sr.^a Presidente, reproduzir os alertas e as preocupações apontadas pela Agenda 21, capítulo XVIII, adotada pela Conferência Nacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Os alertas são:

- formulação de planos de ação nacional e programas de investimentos relacionados com a oferta e utilização das águas:

- proteção e conservação de fontes potenciais de abastecimento de água doce;

- combate às enchentes e às secas;

- conscientização de consumidores, por meio de programas educacionais, e, eventualmente por meio de tarifas diferenciadas sobre o consumo abusivo;

- a realização de pesquisas científicas sobre os recursos de água doce, em especial as destinadas ao desenvolvimento de fontes novas e alternativas de abastecimento de água, tais como dessalinização da água do mar e reposição artificial de águas subterrâneas.

Programas educacionais, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores.

É exatamente isso o que proponho para o Governo Federal neste dia. Precisamos iniciar, de imediato, uma grande campanha de conscientização, mostrando à população brasileira que 97,5% das águas do nosso planeta não são apropriadas para o consumo. 2,4% dessas águas encontram-se em aquíferos subterrâneos. Achamos que dispomos de muita água, de vez em quando até chegamos a pensar, em função das chuvas, das enchentes, que a temos em excesso. Temos no Tocantins, e já disse isso desta tribuna, necessidade de construir mais de 2.000 pontes sobre pequenos afluentes do rio Araguaia e do Tocantins. Mas isso não é, nem de longe, um problema, Sr.^a Presidente; é uma benção. Existe uma grande preocupação com o rio Araguaia e o Tocantins. O rio Araguaia vem sofrendo com o assoreamento e o desbarrancamento. Precisamos construir muros de arrimo. Precisamos cuidar do rio Araguaia, tanto é que não têm sido aprovados, em virtude das preocupações ambientais, projetos de construção de usinas hidrelétricas e de hidrovias no rio Araguaia.

É diferente o caso do rio Tocantins. Para que se tenha idéia, o rio Tocantins é privilegiado. Já existem Tucuruí, Serra da Mesa, Canabrava, a usina Luís Eduardo Magalhães, e ainda vamos construir pelo menos cinco outras usinas nesse rio. E se espera, ao longo dos próximos trinta anos, apenas na utilização do potencial do rio Tocantins, a produção de 700 mil empregos e a movimentação de mais de nove bilhões com a construção de oito das quarenta e sete usinas hidrelétricas previstas.

Voltando ao Capítulo 18 da Agenda 21, que fala da conscientização dos consumidores por meio de programas educacionais, o Governo Federal deveria

iniciar algum programa, tendo em vista o exemplo da CNBB, que adotou o tema “Água” para a Campanha da Fraternidade E quanto não foi importante, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a CNBB ter adotado o tema “Água”! A grande maioria da população brasileira é formada por católicos, mas existem outras religiões. E respeitamos a diversidade da fé, o que é garantido na Constituição brasileira. Então, é papel do Estado, em primeiro lugar, comandar uma grande campanha educacional, incentivando a realização de pesquisas científicas. E nesse ponto, Senador Mão Santa, quero aqui prestar uma homenagem a um casal que está apresentando hoje o resultado, ainda que parcial, de uma grande pesquisa que estão desenvolvendo. Refiro-me à expedição para traçar o perfil da água brasileira. O casal Gérard Moss e Margi Moss, que são os responsáveis pela expedição Brasil das Águas, prosseguem com um hidroavião de fabricação nacional.

Ocorreu, Sr^a Presidente, logo nas primeiras expedições extraordinárias idealizadas por este casal, houve um acidente, exatamente no Estado de V. Ex^a, Mato Grosso, na Chapada dos Guimarães, com o avião por eles utilizados. Gérard Moss e Margi Moss escaparam com vida após um pouso forçado na mata, ou seja, o projeto Brasil das Águas foi paralisado por causa desse incidente e de ter sido danificado o equipamento. Mas a indústria nacional, de alta tecnologia no campo da aviação, já disponibilizou um anfíbio que vai substituir provisoriamente o que estava sendo utilizado, e o projeto terá continuidade.

O que estão fazendo esses extraordinários pesquisadores, Gérard Moss e Margi Moss? Eles estão percorrendo o Brasil inteiro, coletando água dos rios, lagos, lagoas, afluentes em todo o território nacional, analisando a qualidade dessa água e os aspectos inerentes à qualidade dela para o consumo. E vão apresentar à opinião pública nacional os resultados.

Por isso, neste pronunciamento, Sr^a Presidente, quero deixar o meu reconhecimento a Gérard Moss e Margi Moss por terem se colocado à disposição da opinião pública nacional, dos pesquisadores, do Governo, da população para esta pesquisa: Brasil das Águas. Também quero aqui comemorar o fato de eles terem saído com vida desse grave acidente, muito mais do que isso, de eles estarem anunciando hoje os resultados parciais da pesquisa e de anunciarem que darão continuidade a esse importante projeto.

Ainda no Capítulo 18 da Agenda 21, Sr^a Presidente, consta a realização de pesquisa científica sobre os recursos de água doce, em especial, as destinadas ao desenvolvimento das fontes novas e as alternativas de abastecimento de água, tais como, a dessalinização da água do mar e a reposição artificial das águas subterrâneas. Há, ainda o alerta de que a falta de água, ou sua

oferta com baixa qualidade, mata mais pessoas do que as guerras ou a Aids. Esse é um estudo feito pela Organização das Nações Unidas.

Lerei novamente, dando ênfase a esse último tópico:

A falta de água, ou a oferta de água com baixa qualidade, mata mais do que as guerras ou a Aids.

E não nos damos conta disso, ou, se nos damos, não estamos fazendo absolutamente nada para reverter esse quadro extremamente preocupante.

Como eu dizia, Sr^a Presidente, o Estado do Tocantins é realmente abençoado. O próprio nome do nosso Estado vem do nosso principal rio, que faz a nossa margem direita. A nossa margem esquerda, que divide com os Estados do Pará e Mato Grosso, é feita pelo rio Araguaia. A bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins é um dos grandes potenciais do nosso Estado. Há muitos anos, adotamos como política de Estado a preocupação com as nossas bacias hidrográficas e, também, com o uso múltiplo das águas.

Hoje, Sr^a Presidente, o homem utiliza 70% da água na irrigação e na produção de energia. Excluídas as outras modalidades de utilização da água, restam para o consumo humano menos de 10%. Ora, tendo em vista os números já dados aqui desta tribuna, diríamos que o homem ainda parece muito pouco preocupado com essa questão.

O Senador Jonas Pinheiro, presente neste plenário, é um dos grandes representantes deste segmento nacional, a agricultura. V. Ex^a se debruça sobre essas questões, é um pesquisador, tem origem na Emater e conhece profundamente essa situação. A ONU vem apontando para a questão da irrigação, sobretudo no que se refere à substituição dos modelos tradicionais da irrigação pelo gotejamento. Isso é possível para a fruticultura, mas não, por exemplo, para o plantio de soja, que tem no Estado de V. Ex^s, a Presidenta Serys Slhessarenko e o Senador Jonas Pinheiro, o maior produtor nacional. Devemos investir mais em estudo e em tecnologias alternativas a fim de que, se não se puder mudar para o gotejamento, não haja tanto desperdício. A maior parte do nosso potencial de águas doces está sendo utilizada para irrigação e ainda com grande desperdício. Talvez, muito mais do que a pesquisa dos transgênicos, da mutação, dos avanços que estamos produzindo com todos esses estudos, teríamos de pesquisar, por obrigação de sobrevivência, novas alternativas para a própria irrigação.

Sr^a Presidente, nesta data, venho falar sobre a construção da eclusa, das usinas hidrelétricas, do uso múltiplo das águas. Tivemos o cuidado de planejar a cidade de Palmas às margens do futuro lago,

que será construído em função da Usina do Lajeado, a Usina Luiz Eduardo Magalhães.

Ora, Palmas teve seu plano diretor e suas obras iniciadas no ano de 1989 – a cidade está completando 15 anos. Respeitamos as áreas do futuro lago e hoje, no grande lago de Palmas, temos uma fonte extraordinária para o abastecimento, a pesca, o turismo, a irrigação, desde que observados os seus princípios básicos e essa conscientização.

Antes de terminar, Sr^a Presidente, quero ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares, que, tenho certeza, dará uma grande contribuição a este pronunciamento.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Com seu brilho costumeiro, no Dia Internacional das Águas, V. Ex^a discorre sobre a importância deste patrimônio da humanidade – a água doce. V. Ex^a citou números que demonstraram, sem dúvida nenhuma, que o ser humano tem que preservar o que possui, pois há apenas 3% de água doce no mundo, um percentual bastante ínfimo – assim mesmo, uma parte considerável é subterrânea. A mensagem de V. Ex^a, recheada de dados que demonstraram, insofismavelmente, a importância da água para a humanidade, também traz a lume a questão da irrigação, fator preponderante para o desenvolvimento de qualquer região, principalmente da Região Nordeste. Nossa região possui o equivalente mais ou menos 29% da população do Brasil, mas detém os maiores índices de pobreza do País em termos de educação, saúde e saneamento básico. A irrigação é vista, em nossa região, como uma saída para reduzir substancialmente o sofrimento, a pobreza regional. Logicamente, a irrigação não pode ter um crescimento normal em nossa região porque prejudicaram substancialmente esse crescimento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – As hidrelétricas surgiram numa época, Sr^a Presidente, em que havia necessidade imperiosa de energia elétrica para o nosso desenvolvimento. Ao lado disso, temos ainda o problema da transposição. Desejamos que regiões sofridas do Nordeste, localizadas no Ceará, na Paraíba, em parte de Pernambuco e no Rio Grande do Norte, tenham a água doce do rio São Francisco. Mas para tanto é necessário que o Governo se debruce – e há um compromisso nesse sentido – sobre os trabalhos de revitalização do velho Chico. As suas margens estão prejudicadas, e o seu leito, com o assoreamento, não é aquele de outros tempos, o que tem acarretado prejuízos enormes à irrigação em nossa região. Então, quero parabenizá-lo por enfocar assuntos tão importantes no Dia Internacional das Águas e quero prestar, mais uma vez, a minha solidariedade a V. Ex^a, dizendo que várias vezes V. Ex^a já disse aqui que as águas do

Tocantins – porque na sua região estão os maiores lagos de água doce do mundo – estão à disposição do Nordeste. É preciso que o projeto de transposição de parte das águas do rio Tocantins seja tocado, para a melhoria da qualidade de vida do povo da nossa Região Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, e também a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

É uma pena que não estejamos comemorando este dia com o início de uma grande programação educacional de advertência sobre a questão das águas. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, por permuta com o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sras e Srs. Senadores, a agricultura brasileira já tem vários problemas para enfrentar. Enfrentamos problemas com a expansão de terras indígenas, com a invasão de propriedades produtivas, com a reserva legal em propriedade privada, com os transgênicos, e hoje estamos vendo desencadeada na televisão uma propaganda da OIT – Organização Internacional do Comércio; não tem nada a ver com o Governo brasileiro – contra os proprietários de terras no Brasil, dizendo que no meio rural há um número – não sei de onde saiu esse número – de trabalho escravo.

Esses são problemas que enfrentamos e que ainda estão sem solução de forma legislativa.

Vários dos problemas da área rural nós já os resolvemos, como por exemplo, o auto-endividamento da agricultura com o Proterra (Programa Especial de Apoio à Reforma Agrária), com o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), aqueles que foram securitizados, como o Pesa (Programa Especial para a Segurança Alimentar), além de já termos recuperados as cooperativas, o café e os fundos constitucionais.

Depois de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou o índice de inadimplência do produtor rural tomador de empréstimo antes do Plano Cruzado, que era de 1% e depois do Plano Cruzado, somados o Plano Bresser, o Plano Collor, o Plano Verão e até o Plano Real, subiu para 60%, pergunto: Será que o agricultor teve culpa disso? O resultado da CPMI foi pertinente: era preciso renegociar. Depois da renegociação, ficando a dívida, a partir de 1995, com juro fixo sem correção, esse nível de inadimplência voltou a 1%.

Esse foi um trabalho extraordinário realizado pelo Congresso Nacional e adotado pelo Poder Exe-

cutivo. Por isso, o Brasil hoje é o grande produtor de alimentos para o mundo.

Pois bem, como se não bastasse tudo isso, estamos agora enfrentando mais um problema. Srs. Senadores, quando o Presidente Lula ganhou a eleição, houve uma preocupação: quem vai tomar conta do agronegócio brasileiro após a saudável passagem pelo Ministério do Ministro Pratini de Moraes, que fez um trabalho extraordinário? Quem teria condições de substituir o Ministro Pratini de Moraes naquela oportunidade?

Eis que, inteligentemente, o Governo Lula, respeitando a importância do agronegócio para o Brasil, escolheu o eminente técnico Roberto Rodrigues, que após passagem pelos bancos escolares, virou agrônomo, fundou as cooperativas no Brasil, tornando-se Presidente da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Também foi Presidente da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness; projetou-se no mundo, tornando-se Presidente da ACI – Associação Cooperativista Internacional, com sede em Genebra.

Pois bem, o Sr. Roberto Rodrigues tranquilizou o agronegócio brasileiro, porque todos nós sabíamos da sua competência. Somou-se aí a escolha do não menos ilustre brasileiro, o Dr. Furlan, para a Secretaria de Indústria e Comércio Exterior. O Governo foi buscar no seio do PSDB a figura do Dr. Henrique Meirelles para o Banco Central e escolheu, na carreira diplomática, o Embaixador Celso Amorim.

O agronegócio, então, está vindo muito bem, com resultados espetaculares na nossa balança comercial, gerando emprego e renda, além de produtos alimentícios mais baratos para o povo brasileiro. Agora, porém, deparamo-nos com uma campanha violenta contra o Ministro Roberto Rodrigues. Creio que não é momento para isso. O Ministro Roberto Rodrigues não merece os comentários que fazem sobre S. Ex^a: o Governador do Paraná dizer que o Ministro está na folha de pagamento da Monsanto?! Meu Deus do Céu, que falta de cuidado com o que diz! Podia falar de tudo, como sempre fez, menos proceder dessa forma contra o Brasil.

Por isso, faço este registro, em nome dos produtores brasileiros, em nome do agronegócio brasileiro, em nome das conseqüências de uma possível renúncia de Roberto Rodrigues. Nós queremos dizer a Roberto Rodrigues que ameaça renunciar que isso causa preocupação a todos nós.

Portanto, nós, os homens de bom senso desta Casa, temos que fazer um trabalho para que o Presidente Lula, cujo ponto de vista coincide com o do Sr. Roberto Rodrigues e do Sr. Luiz Fernando Furlan, não deixe que isso aconteça com o Brasil, porque, em função de tudo aquilo que já falei, em função daqueles fatores iniciais, nós vivemos momentos instáveis

por aqueles fatores iniciais. Se acrescentarmos mais esta instabilidade política, o que será do Brasil? O potencial da capacidade produtora deste País é muito grande, mas qualquer instabilidade política nos poderá fazer regredir, quando nós precisamos é de avançar. O Brasil ainda dispõe de 90 bilhões de hectares de terra, mais do que o dobro do que produzimos hoje, mas é preciso criar tranquilidade no campo. Sem tranquilidade, Senador Ramez Tebet, não sabemos o que vai garantir o Brasil, este País que está dando certo, que é o Brasil de Roberto Rodrigues, de Furlan, de Meirelles, de Celso Amorim. Este Brasil está aumentando o bolo para, na sua divisão, apoiar as iniciativas da área social do Governo Lula.

Eu gostaria de ouvir o aparte do eminente Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Jonas Pinheiro, como é bom ouvi-lo dessa tribuna! V. Ex^a é um homem equilibrado e ponderado falando para o Brasil, interpretando os anseios e as preocupações da classe produtora rural deste País. Veja bem, o Ministro da Agricultura merece a confiança da classe produtora do País. V. Ex^a sabe isso melhor do que eu. Muito bem, não é possível que S. Ex^a, que está realizando um grande trabalho, fique sujeito a afirmações da natureza das que foram feitas contra S. Ex^a. Há um outro ponto que não sei se V. Ex^a abordará ou não no seu pronunciamento. Isso não fica bem para o País, que precisa progredir. Precisamos ter a segurança e estabilidade política da qual fala V. Ex^a. E estamos vendo o quê? Estamos vendo que o nosso Roberto, o nosso Ministro da Agricultura, também está brigando. Não estão combinando bem o Ministro do Planejamento e o Ministro da Agricultura. A questão é grave, porque, segundo consta, o Ministro do Planejamento não recebe o Ministro da Agricultura. Onde já se viu isso? Como poderemos pretender investimentos no Brasil? Para que o Ministro da Agricultura saísse do sério, Senador Jonas Pinheiro, a ser verdade o que o jornal divulgou, que S. Ex^a proferiu um palavrão contra o Ministro do Planejamento, é porque não agüenta mais. Não sei se S. Ex^a disse ou não o que os jornais divulgaram, mas não houve desmentido de nenhuma das partes: nem o Ministro do Planejamento disse que não recebe o seu colega, nem o Ministro da Agricultura desmentiu que teria verberado com palavras sua indignação. Se a imprensa publicou, naturalmente S. Ex^a deve ter dito. Isso é muito grave. Por isso eu disse que falta comando político. A equipe ministerial precisa falar uma só voz, que é a voz do Governo. O Governo precisa orientar seus Ministros. Não pode um falar de um lado, e o outro, de outro. Como o País vai andar desse jeito? Como o investidor vai confiar no Brasil, se há desavenças entre os próprios Ministros? Senador Jonas Pinheiro, lamento profundamente o fato. V. Ex^a fala de forma

equilibrada. Penso até que está dando um recado. Disseram até que o Ministro da Agricultura irá renunciar. Isso é ruim para nós e para a classe produtora, porque S. Ex^a é um homem competente, capaz, que entende de cooperativismo, de agricultura. Então, falar com a categoria com que V. Ex^a está falando, conhecendo como V. Ex^a conhece os problemas do campo, mostra que realmente esta é a casa do equilíbrio. V. Ex^a tem razão. V. Ex^a está fazendo um alerta. Oxalá ouçam V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, que, de forma equilibrada e muito competente, está tecendo essas considerações e defendendo o Ministro da Agricultura. Parabéns a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Concederei um aparte ao eminente Senador Heráclito Fortes, mas, antes, eu queria prosseguir um pouco mais no meu pronunciamento, em função do aparte. Estou falando sem ler, o que não é o meu costume, mas estou fazendo este pronunciamento com emoção.

Por que o Ministro Roberto Rodrigues chegou a esse ponto? Estamos diante de uma greve dos fiscais federais. Meu Deus do céu, fiscais federais não podem viver como estão, assim como várias categorias profissionais do Brasil! Os fiscais federais estavam na iminência de uma greve, e o Ministro da Agricultura correu o Brasil, foi a Cuiabá durante o Enipec, reuniu-se com os profissionais – engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas – e disse: “Tenho a palavra do Ministro Guido Mantega de que, durante esta semana, vamos resolver esse problema. Portanto, peço que não entrem em greve, porque, além de toda mazela que há a respeito do Porto de Paranaguá, vai acontecer isso no Brasil inteiro, que não vai poder mais manter o compromisso de exportação. O Brasil vai perder no momento de ganharmos muito mais. O problema sanitário no mundo é grave e esse problema o Brasil não tem ainda. O Ministro está zangado porque precisa de mais dinheiro para contratar mais profissionais para a área sanitária da agricultura e da pecuária. O Ministro está fazendo sua parte. E espero que o Governo Lula, por intermédio de seus Ministros, considere suas palavras. E é por isso que o Ministro talvez tenha se alterado; é por isso que ameaça renunciar. Talvez esse seu gesto de dar aquele murro na mesa fez com que fosse escutado. Hoje, por ordem do Presidente Lula, os Ministros da área política estão cortejando o Ministro Roberto Rodrigues, porque sabem quanto é importante a presença de um Ministro conhecedor, equilibrado, que tem amigos em todas as partes do mundo e que tem forte sustentação na área do agronegócio.

Ouçõ nosso colega Heráclito Fortes, com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Jonas Pinheiro, não é de estranhar o pronunciamento de V. Ex^a nesta tarde. É um pronunciamento apartidário e, acima de tudo, patriótico. V. Ex^a, que não pertence ao Partido do Ministro Mantega, à Base do Governo – que acolhe como Ministro da Agricultura o Sr. Roberto Rodrigues –, procura falar a voz do desesperado do campo por sentir na pele o que está a ocorrer neste setor. E fala com toda a propriedade e com toda a segurança. V. Ex^a tem absoluta razão em dizer que um dos poucos setores do atual Governo que não sofreu uma solução de continuidade é exatamente o da Agricultura. Saiu o Ministro Pratini de Moraes, e entrou o Ministro Roberto Rodrigues. Porém, começamos a notar que o Ministro não tem sido correspondido. O episódio de o Ministro do Planejamento passar seis meses sem receber o Ministro da Agricultura no Brasil deve ser encarado por todos com uma tristeza sem fim, afinal de contas, o Ministro da Agricultura, que depende de safras com períodos certos, não pode ficar batendo à porta de um Ministro que tem exatamente a função de planejar e de liberar recursos para os setores. E isso ocorreu de maneira displicente, debochada e arrogante. Tenho impressão de que o Ministro Mantega conseguiu derreter a paciência do nosso Roberto Rodrigues. Lamento que isso esteja a ocorrer. V. Ex^a sabe muito bem o motivo da pressa do Ministro. A safra de soja estoura sem ter para onde escoar, as estradas estão necessitando de reparos. O Ministro da Agricultura, embora as estradas não sejam da alçada do seu Ministério, desejava ter a oportunidade de alertar o Governo, por meio do Planejamento, para essas questões. Senador Jonas Pinheiro, o Piauí, no ano passado, colheu 700 mil toneladas de soja e a perspectiva é que, para este ano, chegue a 1 milhão. No entanto, o grande problema que por lá se enfrenta é justamente a falta de rodovias para o escoamento. O seu Estado tem dado um exemplo de pujança, por intermédio do Governador Blairo Maggi, em que se socorre, inclusive, da iniciativa privada, pois percebeu que a iniciativa governamental não acontecerá. O que se lê, o que se sabe e o que se noticia é que até os empresários ajudam na construção de rodovias para salvarem a produção espetacular que o Mato Grosso conseguiu. É lamentável que, em um momento como este, o Ministro do Planejamento – que se sente, naturalmente, o todo-poderoso, acima do bem e do mal – não receba o Ministro que está exatamente para mostrar todo um conhecimento adquirido ao longo de uma vida. Se é

questão ideológica, paciência... Creio que o Presidente Lula deveria chamar todos à mesa e pedir um basta em tudo isso. Aliás, cheguei nesta semana e acreditava em um período de paz e de produção. Contudo, Senadora Serys Slhessarenko, tudo se repetirá. Este Governo assemelha-se ao disco de 78 rotações de que V. Ex^a deve se lembrar. Esse disco era feito de cera de carnaúba lá da minha terra e da terra do Senador Mão Santa e era pesado demais. De um lado do disco, "Peba na Pimenta"; do outro, "O Avião". No segundo mês, não se agüentava mais ouvir, pois eram só as duas músicas que tocavam. Neste Governo é crise e viagem, viagem e crise. Parabenizo V. Ex^a pela oportunidade de seu pronunciamento. Espero que o Ministro Guido Mantega, em um rasgo de humildade, reconheça o erro cometido e socorra a agricultura brasileira. Muito obrigado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sou eu quem agradece, nobre Líder Heráclito Fortes.

Por ter expirado o meu tempo, Sr^a Presidente, concluo dizendo que, no ano passado, o Brasil decresceu 0,2%. Se não fosse o agronegócio, decresceria 10%. É esse o País que precisamos defender.

Por isso, Sr^a Presidente, apesar de sermos de Partidos diferentes, de eu pertencer a um Partido que não faz parte da base do Governo, venho aqui com essa preocupação. Não sou do time dos políticos para os quais quanto pior, melhor; este princípio não existe em mim.

Assim, com muita tristeza por não poder ouvir o nobre Senador Mão Santa no aparte que iria fazer, mais uma vez, conclamo a todos para nos unirmos e não deixarmos que o Brasil caminhe para trás, porque temos um potencial extraordinário.

Este Brasil tem que ser nosso!

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Valdir Raupp, por 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o agronegócio nacional tem se constituído em um dos segmentos mais dinâmicos da economia brasileira. No ano de 2003, conseguiu exportar mais de US\$ 30 bilhões, garantindo um superávit na balança comercial do País superior a US\$ 24 bilhões e participando com 42% do valor total das nossas exportações. Coincidentemente, o Senador Jonas Pinheiro falava, ainda há pouco, da pujança do agronegócio, da agricultura e da pecuária brasileiras.

Entre as várias razões para o sucesso do nosso pequeno, médio ou grande empresário ligado ao agronegócio, podemos destacar as políticas de apoio desencadeadas pelo Governo Federal, o aporte tecnológico às atividades do campo e o esforço permanente dos nossos agricultores. Todos, neste segmento, reconhecem o papel que a Embrapa vem desempenhando nos últimos 30 anos, apoiando a verdadeira revolução que se processa na agricultura e pecuária brasileiras.

A elevação constante da produtividade por meio do desenvolvimento de novas cultivares, o aperfeiçoamento de métodos de aplicação de insumos agrícolas, a opção pelo plantio direto em mais de 20 milhões de hectares e a conquista do cerrado, o surgimento da Amazônia como fronteira agrícola, levaram a agricultura brasileira a ser uma das mais competitivas do mundo.

Esse sucesso não se deu de forma isolada. Muito se deve à contribuição das instituições estaduais de pesquisa das universidades e de entidades do setor privado. Sem a dinâmica e o sinergismo de ações dos diversos segmentos, muito provavelmente, pouco teria sido realizado.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Embrapa, consciente de seu papel no desenvolvimento da agropecuária nacional, vem deixando claro que as atividades relacionadas ao agronegócio serão apoiadas em sua totalidade. Adiciona, contudo, aos seus esforços uma preocupação mais aguda quanto aos pequenos produtores, em especial àqueles que se concentram nas regiões Norte e Nordeste do País, aos assentados da reforma agrária e aos produtores que ainda não conseguiram experimentar o sucesso obtido pelos incorporados ao mercado e que carecem de apoio para conquistar uma vida digna e saudável, de forma que todos esses grupos também possam fazer parte do agronegócio brasileiro.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, através de sucessivas safras recordes, o agronegócio brasileiro participa com, aproximadamente, 33% do PIB e os agricultores brasileiros produzem mais de 130 milhões de toneladas de grãos. Esse é um exemplo claro da vitalidade do campo, da sua capacidade empreendedora, beneficiada por políticas públicas corretas adotadas pelo Governo Lula como um todo, especialmente pelas iniciativas tomadas pelos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

Os desafios para que possamos continuar tendo a nossa agricultura e pecuária apoiando o desenvolvimento nacional não são pequenos. Exemplos recentes ocorridos em outros países, como o mal da

vaca louca, na Europa e nos Estados Unidos, e da gripe do frango, iniciada na Ásia, deixam claro quão frágeis podem ser nossos esforços de produção se não pudermos, antecipadamente, planejar, agir, desenvolver e disseminar tecnologias de modo a evitar questões que podem se tornar verdadeiras catástrofes para a economia brasileira.

Nesse sentido, a Embrapa vem trabalhando na elaboração de propostas e projetos que vão ao encontro de ameaças como as citadas e outras, como a ferrugem da soja, que vem causando prejuízos significativos e pode levar ao desespero o segmento mais importante do agronegócio brasileiro: a cadeia produtiva da soja.

A Embrapa, atendendo aos reclamos da sociedade, porém, não pode esquecer que modernidade não se constitui apenas em apoiar a agricultura de exportação. Temos que estar atentos para os milhões de brasileiros que ainda têm como principal objeto de trabalho uma enxada. Para esses, ser moderno já é o uso de uma matraca durante o plantio do feijão, milho, arroz ou da mamona. Parece um paradoxo, mas esse é o Brasil que temos. Outros tantos milhões não conseguem chegar ao mercado com o pouco que excede de suas produções; e aí não há como se negar a trabalhar para desenvolver ou adaptar pequenas agroindústrias que permitam que esses produtos cheguem às feiras livres, às centrais de abastecimento e aos supermercados.

Tentando fazer com que esse grande conjunto de informações e tecnologias geradas chegue ao dia-a-dia das comunidades mais distantes para contribuir com a agregação de valor e verticalização da produção, foi colocado em prática um programa de difusão, utilizando-se mais de mil rádios do Norte e Nordeste brasileiro, visando a massificação dos conhecimentos em prol do pequeno, médio e grande produtor.

A preocupação com as áreas consideradas de ponta também é fundamental. Nesse caso, a biotecnologia tem sido constante na programação de pesquisa da Embrapa. As ferramentas técnicas que compõem este conjunto de ciências abrangem um espectro que vai do desenvolvimento de cultivares de soja resistentes às principais pragas e doenças à liberação de mandioca tolerante à podridão das raízes ou com uma melhor qualidade de amido. Com isto, atende-se ao empresariado, ao agronegócio e àqueles que têm que produzir suas poucas toneladas de mandioca e de grãos.

Há uma revolução em curso no campo brasileiro. Isso é patente para todos que se relacionam com o meio rural. Neste grande movimento, a Embrapa se

insere como um dos mais importantes contribuintes. Foram décadas de obstinação, competência, capacidade técnica e profissionalismo. Esta instituição está comprometida com o futuro do País, com uma Nação do século XXI, e não poderemos abdicar da pluralidade e de tentar levarmos a todos que vivem da produção e transformação de alimentos aquilo que existe de mais atual em termos tecnológicos, de modo que possamos mudar o perfil socioeconômico do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, relacionado ao projeto de biossegurança, que tramita nesta Casa, a CTNBio deve ser a última instância para decidir se um organismo geneticamente modificado é seguro para a pesquisa e sua possível comercialização. Quando houver alguma suspeita de que o OGM é potencialmente degradador do meio ambiente, a CTNBio deverá solicitar estudos ao Ibama. Adicionalmente, os Ministérios da Saúde e Meio Ambiente têm assento na Comissão, por esta razão não estarão de forma alguma alheios às suas decisões.

Nesse sentido, é crucial que o texto deixe claro que é da CTNBio a competência para decidir qual organismo geneticamente modificado é potencialmente poluidor do meio ambiente, numa avaliação caso a caso.

Isto não significa que a CTNBio deva ter poder absoluto para liberações comerciais. É absolutamente necessário que o Estado tenha um controle da comercialização de produtos transgênicos. A partir do parecer técnico da CTNBio, o Estado deve decidir por meio de um conselho de Ministros de Estado (Conselho Nacional de Biossegurança) o que vai ser comercializado, levando em consideração se é interessante para o País do ponto de vista socioeconômico a comercialização de cada OGM.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito o tempo que resta do meu pronunciamento para registrar que, na última semana, mais precisamente 5^a feira e 6^a feira, estive em meu Estado o Ministro da Agricultura e Pesca, José Fritsch. S. Ex^a, por dois dias, estive em três Municípios do meu Estado – Porto Velho, Ariquemes e Rolim de Moura –, reunindo-se com centenas de pescadores dos rios e piscicultores. Foram muito produtivas as reuniões conduzidas pelo Ministro, com sua equipe e os órgãos federais, como a Embrapa, a Federação da Agricultura, a Delegacia Federal da Agricultura e a Emater Rondônia.

Da mesma forma, registro encontros que tivemos no Estado de Rondônia na última semana em prol do combate à brucelose, doença que atinge os nossos rebanhos não só em Rondônia, mas também em todo o Brasil, trazendo grandes prejuízos principalmente aos produtores de gado de leite e de corte.

Parabenizo a iniciativa dos órgãos federais e estaduais que promoveram, no último final de semana, em Rondônia, reuniões tão importantes tanto para a piscicultura do meu Estado, quanto para o combate à erradicação da brucelose dos nossos rebanhos de gado de leite e de corte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer para o momento.

Durante o discurso do Sr. Valdir Rupp, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a nobre Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina.

V. Exª dispõe de até vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta tarde de segunda-feira, depois de várias turbulências, há alguns pronunciamentos que demonstram uma preocupação muito grande com o momento político e econômico que estamos vivenciando. Talvez essa tensão, essa eletricidade que está no ar, contagiando ações e reações, esteja impedindo as pessoas de enxergarem determinadas questões que se apresentam à conjuntura nacional e internacional.

Faço questão de trazer a esta tribuna relatos de situações que estão se desenhando, se concretizando e sobre os quais já tivemos a oportunidade de falar. Os jornais de grande circulação de nosso País dão conta de que o Mercosul – que novamente foi reerguido a partir do Governo Lula, pois estava em uma situação precária, de desagregação –, a partir da eleição dos Presidentes Lula e Néstor Kirchner, conseguiu retomar a dianteira em inúmeras negociações não só na América do Sul, mas nos demais blocos econômicos. Inclusive, mudou-se o patamar de negociações na Área de Livre Comércio das Américas e com outros países e blocos econômicos.

Faço questão de registrar que os jornais de circulação nacional noticiaram nesse final de semana que o Mercosul pode ficar com 30% do mercado agrícola da União Européia. Já tivemos oportunidade reiteradas vezes de mencionar aqui da tribuna que tudo está se desenhando para que tenhamos o acordo Mercosul-União Européia antes do fechamento do acordo com a Alca, cujo prazo a principio está fixado

para janeiro de 2005, a não ser que haja alterações por parte dos parceiros envolvidos nessa negociação. Mas o acordo Mercosul-União Européia vem andando a passos largos e existe toda uma perspectiva de que seja concretizado.

A União Européia decidiu apresentar ao Mercosul uma oferta de acesso ao seu mercado agrícola, desenhada nas últimas semanas em Bruxelas. A fórmula prevê que o Mercosul poderá garantir para si, antecipadamente, cerca de 30% da oferta para o setor agrícola. A União Européia encaminhará a proposta a todos os países na Organização Mundial do Comércio – OMC.

Em seguida o Mercosul disputará com os demais países interessados nesse mercado o seu naco dos 70% restantes. Ou seja, a União Européia está ofertando ao Mercosul uma reserva de 30% nas compras do setor agrícola, e os outros 70% poderíamos ainda disputar com os demais países. Para isso será necessária a aprovação dos 15 países-membros da União Européia, assunto a ser discutido na próxima rodada de negociações, a partir de 15 de abril, também em Bruxelas.

Portanto, trago essa notícia, que é profundamente alvissareira, porque, se pudermos ter a concretização dessa perspectiva que está sendo ofertada pela União Européia, se esse acordo puder efetivamente ser fechado nas negociações que se realizarão no próximo dia 15 de abril, o acordo Mercosul-União Européia tornar-se-á profundamente benéfico para os países que compõem o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) e obviamente benéfico para o Brasil, principal ator econômico nas negociações do Mercosul com os demais países, principalmente com a União Européia.

A outra questão que eu também gostaria de ressaltar na tribuna hoje, nessa linha de indicadores, indícios e resultados da política adotada pelo Governo Lula, é que o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) está apresentando o seu relatório na cidade de Lima, no Peru, em que menciona que as perspectivas econômicas para a América Latina estão bem melhores neste ano, incluindo a de que o crescimento da América Latina seja da ordem de 4%, em contraposição a 1,5% no ano passado.

Esses dados constantes no relatório que o BID apresenta nessa reunião em Lima, no Peru, fazem parte exatamente dessa análise, porque as exportações, que em 2003 cresceram 8%, aparecem como uma das forças da atividade econômica latino-americana, especialmente nos países que têm negócios com a China. Ou seja, toda essa perspectiva positiva

desenhada para o crescimento da América Latina está diretamente vinculada ao aumento das importações que a China vem realizando prioritariamente com os países da América Latina.

É muito importante registrar que, em 2003, a China se tornou o terceiro parceiro comercial do Brasil, sendo que anteriormente ficava muito atrás. Se continuar nesse passo, a China tem perspectivas muito concretas de disputar o primeiro lugar com os Estados Unidos nas relações comerciais com o Brasil. Hoje, cerca de 25% do comércio realizado com o Brasil se dá com os Estados Unidos, e a China vem celeremente galgando postos significativos, tendo se tornado, no ano passado, nosso terceiro maior parceiro comercial, consumindo mais de US\$5 bilhões em produtos brasileiros.

Esse dado sobre o crescimento da parceria Brasil-China, juntamente com os dados apresentados pelo BID em seu relatório, de que a América Latina tem uma perspectiva de 4% de crescimento, ao invés de 1,5% – e isso se dá exatamente pelo aumento das relações comerciais com a China –, delimitam toda essa política e se harmonizam muito bem com a próxima viagem do Presidente Lula, que será exatamente para a China, onde pretendemos ampliar e aperfeiçoar nossas relações, avançando ainda mais essas perspectivas.

No relatório do BID, o Presidente Enrique Iglesias diz que o gigante asiático está tendo um papel influente na América Latina e coloca exatamente essa perspectiva com relação à China, porque a demanda daquele país por matérias-primas contribuiu para o bom desempenho das exportações de **commodities** pelos países da América do Sul, em especial o Brasil. Ao mesmo tempo, isso afetou negativamente os exportadores de produtos industriais, como é o caso do México, que foi prejudicado nas suas importações. Várias indústrias mexicanas, inclusive, acabaram sendo fechadas e se instalando na China.

Com relação à América do Sul, a situação do Brasil é alentadora, conforme o relatório do BID. O Brasil elevou em 21% suas exportações e, segundo o Sr. Iglesias, puxou para cima a média da região. “O bom desempenho das exportações brasileiras foi a principal razão do crescimento de 19% que tiveram as exportações do Mercosul”, registra o relatório do BID. “A situação do Brasil” – continua o relatório – “é alentadora e desapareceram os temores que existiam um ano atrás de que o País cairia em uma crise”.

O relatório ainda frisa:

O País fez bem em consolidar a estabilidade macroeconômica para ter um crescimento são. O Banco Central do Brasil tem capacidade para proporcionar isso. A condução da política econômica tem sido sensata. O Governo está fazendo o que é necessário para o Brasil crescer. A política de contração é transitória. Haverá mais folga daqui por diante.

Na apresentação do relatório, Iglesias vai sugerir aos Governos latinos que aproveitem o momento para consolidar o novo ciclo de crescimento, que promete ser melhor que nos anos anteriores.

Portanto, o relatório do BID sinaliza para essa perspectiva que já conseguimos concretizar ao longo de 2003, com o crescimento significativo das exportações para a China, que passa a ser o nosso terceiro parceiro comercial, absorvendo mais de US\$5 bilhões de produtos brasileiros.

A outra questão que eu gostaria de registrar, nesta tarde, deve-se a esse tiroteio e a essa situação de crítica até interna do próprio Governo, que faz pairar uma espécie de nebulosidade com relação aos indicadores, tanto em nível internacional, nas perspectivas de acordos vantajosos, com a possibilidade de crescimento para toda a América Latina, como em nível nacional.

Neste final de semana, os grandes órgãos de comunicação do País publicaram indicadores segundo os quais a retomada do crescimento já se encontra com perspectivas bastante concretas, como demonstra o Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, que fez análise do resultado das campanhas salariais, no ano de 2003.

Conforme o relatório do Dieese, no terceiro trimestre de 2003, 77% das categorias não recuperaram a inflação do período, ou seja, mais de dois terços dos acordos coletivos de trabalho firmados no terceiro trimestre de 2003 (de julho a setembro) tiveram exatamente um resultado prejudicial aos trabalhadores, porque, naquele período, a inflação a ser reposta ainda tinha muito da inflação elevada do segundo semestre de 2002 e do início do ano de 2003. As categorias que tinham contratos coletivos a serem negociados no mês de junho de 2003, por exemplo, tinham uma inflação a recuperar da ordem de mais de 20%. Portanto, essas categorias não conseguiram, no terceiro trimestre de 2003, recuperar a inflação do período, porque ainda havia a inflação trazida da crise do final de 2002, e tivemos que tomar medidas muito du-

ras no primeiro semestre de 2003, exatamente para poder debelar aquela crescente inflação.

No quarto trimestre de 2003, o relatório do Dieese já aponta uma situação absolutamente diferente, inversa da registrada no terceiro trimestre de 2003, e registra 58% das categorias tendo reajuste igual ou maior do que a inflação.

Portanto, no terceiro trimestre de 2003, havia uma curva de perda para a inflação do período de mais de dois terços das categorias; no quarto trimestre, houve a inversão da curva, e mais da metade das categorias (58%) teve reajustes maiores ou iguais à inflação. A partir de setembro, houve a demonstração clara de recuperação da economia com a retomada da atividade industrial, tendo em vista que exatamente no quarto trimestre de 2003 ocorreu o dissídio de categorias de peso, como metalúrgicos e químicos, áreas vinculadas à exportação. Assim, verificamos o aumento da exportação brasileira ligado a essa recuperação da categoria, nos acordos coletivos, já no quarto trimestre.

Acerca das perspectivas do primeiro trimestre, ainda não temos os dados do Dieese sobre a análise das campanhas salariais que se encerrarão neste mês de março; mas todos os indicadores apontam para perspectivas de continuidade e de aumento e melhora das negociações salariais, porque a inflação está em queda maior que a registrada no quarto trimestre de 2003.

Além disso, dados do Ministério do Trabalho apontaram contratações com carteira assinada da ordem de 239 mil postos de trabalho, neste início de ano, o maior número de trabalhadores contratados com carteira assinada desde 1992. Portanto, trata-se do maior número de empregados com registro formal, ou seja, relações de trabalho, vínculo empregatício e contribuição com a Previdência, dos últimos 12 anos – um indicador bastante positivo.

A reportagem que traz esse dado divulga uma declaração do Sr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que afirmou claramente que qualquer empresário, quando há uma crise, uma situação econômica difícil, adota o seguinte procedimento: primeiro, a absorção dos estoques, a produção fica parada para que os estoques possam ser desovados; no segundo momento, aumenta a produção quando é retomado o crescimento, mas sem aumentar a contratação, seu corpo funcional passa a fazer horas extras. Seus funcionários trabalham mais horas para poder dar conta do aumento da produção. Somente em último caso, e no terceiro momento, começam as contratações.

Então, se o Ministério do Trabalho identifica um volume maior – o maior dos últimos 12 anos – de contratações com carteira assinada, já superamos o período da absorção dos estoques, o aumento da produção com horas extras e os empresários estão adotando a contratação. Isso é um sinal – nas próprias palavras do Sr. Armando Monteiro – de que há uma perspectiva real e concreta de crescimento. Ao contratar, os empresários estão sinalizando essa confiança.

Outro indicador bastante importante – que também está nos jornais –, de órgãos de comércio do Estado de São Paulo, aponta a ampliação do número de consultas e de vendas a prazo de janeiro à metade de março. Esse também é um outro indicador bastante claro da retomada do crescimento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou lhe conceder um aparte, Senador Heráclito Fortes.

Também quero dizer que a redução, embora quase simbólica, de 0,25% na taxa Selic, na semana passada – apesar de sabermos que o seu repique ainda não é o adequado para que tenhamos uma política de juros mais convincente e incentivadora da retomada do crescimento com mais fôlego –, foi saudada por todos aqueles que apostam neste País como um indicador claro de que a retomada do crescimento dar-se-á com o sinal dado pelo Banco Central de que o decréscimo da taxa de juros terá continuidade. A parada ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro se deve ao aumento da inflação e ao fato de que – é importante que se diga alto e bom som – alguns setores do empresariado nacional, que, aliás, têm monopólio ou oligopólio, tendo praticamente o controle do mercado, no final do ano passado, mesmo com a retomada do crescimento, tiveram a ousadia de repassar 11% para os preços. Isso causou, sim, uma certa preocupação. Portanto, a parada nos meses de janeiro e fevereiro ocorreu para que não tivéssemos nenhum risco de retomada do processo inflacionário, pois a estabilidade econômica é questão central para o Governo Lula, e também para sinalizar a determinados setores que o ditado “Farinha pouca, meu pirão primeiro” não vai fazer com que este País chegue a lugar nenhum.

Então, quando alguém se aproveita, num primeiro momento, da retomada do crescimento para poder se beneficiar em detrimento da sociedade, isso não pode passar despercebido.

Sr. Presidente, V. Ex^a me permite conceder um breve aparte ao Senador Heráclito Fortes? Não gostaria de ser indelicada com S. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O gesto do Presidente, generoso como sempre, já é de consentimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Simpático como sempre.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, passou por esta Casa um piauiense – de minha geração, o mais ilustre – com quem, penso eu, poucos nesta Casa conviveram – talvez o único seja o Senador Roberto Saturnino. Refiro-me ao ilustre piauiense Petrônio Portella, que usava uma frase perfeita: “Só não muda quem se demite do direito de pensar”. E é com muita alegria que escuto o pronunciamento conciliador, patriótico de V. Ex^a e, acima de tudo, um discurso que mostra que V. Ex^a também não se demitiu do direito de pensar. Acompanhei e fico feliz em constatar que V. Ex^a hoje defende a discussão que o Brasil deve manter com a Alca. Digo isso porque fui Presidente da primeira Comissão da Alca, instalada na Câmara dos Deputados. Naquela época, véspera de eleição, sofri uma campanha terrível, inclusive em meu Estado, como se eu estivesse entregando o Brasil aos norte-americanos, quando queríamos apenas mostrar o nosso posicionamento com relação a essa discussão. Mas essa evolução já é positiva. Se tivéssemos contado com o apoio do PT naquela ocasião, o ano de 2005 talvez fosse o marco da assinatura desse acordo. Entretanto, com as idas e vindas daquela época, foi bom para o Brasil e para todos os países que participam desse conjunto que isso não ocorresse, porque a questão da Alca, devido ao número de itens de aceitação incluídos na proposta, deve ser mais discutida. A atitude do Governo de voltar os olhos para o mundo, deixando de ser aquele Governo de tendência fechada, é altamente positiva. O discurso de otimismo de V. Ex^a me contaminou. Senadora Ideli Salvatti, ao ouvirmos o seu pronunciamento, nesta segunda-feira, narrando o avanço das nossas exportações para a China e para a União Européia, sairemos daqui com a sensação de que deixaremos de ser um País pobre e emergente e, em breve, discutiremos de igual para igual com os outros. V. Ex^a demonstra essa mudança e faz algo fantástico: embora não diga claramente, elogia o sacrifício e o esforço do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso nos oito anos que passou à frente do destino do Brasil. Foi exatamente essa negociação de longo prazo que proporcionou que os frutos começassem a ser colhidos. Como nem tudo é otimismo, Senadora Ideli Salvatti, e vivemos no Brasil das contradições, não será possível hoje, mas amanhã, na terça-feira, na próxima oportunidade, tranquilize-nos, a todos os

brasileiros, de que o Ministro Mantega receberá o Ministro Roberto Rodrigues...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, tenha certeza disso, até porque a questão das exportações é fundamental. Na semana passada, tivemos a oportunidade de dialogar com entidades sindicais e dos fiscais, que, patrioticamente, suspenderam a greve. As negociações, tenho certeza, vão avançar...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É fundamental... V. Ex^a não sabe como eu fico feliz em saber que o Ministro Mantega, em um gesto de humildade, receberá o seu colega e não derreterá a esperança que todos os brasileiros têm para que ocorra esse entendimento, que será muito útil para o Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza. Temos responsabilidade com este País. Tenho certeza, até pelos dados que apresentamos hoje, que trata da importância desse processo de negociação com diversos países, como a China, Índia, União Européia, África do Sul, Estados Unidos, em patamar absolutamente diferenciado do anterior, quando o Mercosul estava fragmentado. Estou certa de que seremos bem-sucedidos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Concluirei o meu aparte. Peço a V. Ex^a que, na próxima oportunidade, tranquilize a Nação de que não teremos mais nenhum aumento na carga tributária e que essa discussão em torno do Ministério da Previdência...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essa já foi eliminada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas o Brasil está meio inseguro com relação a isso, pois é um disse-que-disse.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quanto a isso, V. Ex^a pode ter certeza e nem precisa esperar meu próximo pronunciamento. Está absolutamente eliminada essa questão.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não agüentamos mais isso. Abre-se o jornal e se vê que, na criação da Petrobras, tinha-se...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a pode ter certeza que coisa boa poderemos repetir; agora, aumento de carga tributária de 26% do PIB para 36% do PIB, conforme Fernando Henrique Cardoso fez ao longo dos oito anos, creia, isso não faremos.

Agradeço, mas já passei seis minutos do meu tempo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Compreendo a recaída de V. Ex^a com relação ao Governo Fernando Henrique. Eu a compreendo. Os elogios feitos

por V. Ex^a tranquilizam a nós que acompanhamos aquele Governo e torcemos pelo Governo representado pelo Partido de V. Ex^a. Agora, pelo amor de Deus, que o programa Primeiro Emprego, em seu próximo discurso, não tenha apenas um beneficiado, mas milhões de brasileiros.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Trairei o relatório. Deixe-me terminar, senão o Presidente me cassa a palavra. Aproveito para agradecer o tempo extra que me foi concedido. Senador Heráclito Fortes, teremos a oportunidade de, ao longo desta semana, fazer um bom debate. Civilizado como o de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Certamente. Agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, pela ordem

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, vou falar por dois minutos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a solicita a palavra para uma comunicação...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Estou com um jornal aqui...Estou inscrito para falar por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – A matéria do jornal **O Globo** tem o seguinte título: “Promessas não cumpridas irritam aliados”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Ramez Tebet, para não interromper o seu pronunciamento, pergunto se V. Ex^a solicitou a palavra para uma comunicação inadiável. V. Ex^a será o segundo, já houve um primeiro. De imediato, uma vez que poderemos intercalar, V. Ex^a terá cinco minutos. Isso é apenas para formalizar algo que é praxe em sessão não deliberativa. Logo em seguida, a Senadora Serys Slhessarenko falará como oradora regularmente inscrita.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há coisas que precisamos acertar no Parlamento. Matéria publicada no jornal **O Globo**, que tem como título “Promessas não cumpridas irritam aliados”, nos faz refletir sobre o fato de que promessa, acordo no Parlamento tem que ser cumprido. Vou explicar aonde quero chegar: estamos vivendo um clima de paralisação, de greve no País, no qual estão envolvidos funcionários da Receita Federal, agentes da

Polícia Federal, portuários, justamente quando há caminhões à espera de embarcar mercadorias para o exterior. Agora se junta a essas mais uma crise. É preciso que esta Casa se lembre que votamos a Reforma da Previdência Social confiantes na chamada PEC paralela.

A PEC paralela foi um engenho, uma arte, uma criação daqueles que querem ajudar o Brasil e que acreditaram que a PEC paralela minoraria a situação do servidor público. O acordo foi fechado nesta Casa e, embora eu não seja líder de partido, participei das negociações, porque até o meu voto tinha um direcionamento, como o de outros Parlamentares, contrário ao que acabei dando. Vejo, agora, que houve convocação extraordinária motivada pela PEC paralela. Transcorreu o prazo da convocação extraordinária, e a PEC paralela não foi votada. Não adianta dizer que havia outras matérias, mas convocou-se extraordinariamente o Congresso para dar andamento à PEC paralela. O Congresso foi criticado por essa convocação!

A PEC paralela está na Câmara dos Deputados! Estamos terminando o mês de março, e está se aproximando a Semana Santa! E o que os jornais noticiam? Vou ler agora, com o seguinte título: “Promessas não cumpridas irritam aliados”. Aí, vem a palavra de governadores, e não é esse o meu objetivo. Quase no fim da reportagem, diz o seguinte: “Numa reunião de Governo, ficou acertado que o texto da chamada PEC paralela, aprovada no Senado, como condição da Reforma da Previdência na Casa...”

E realmente a Reforma da Previdência foi aprovada com a condição de que o Congresso, não só o Senado, mas a Câmara também, votaria a PEC Paralela, porque os Líderes prometeram aqui nesta Casa. E, se prometeram aqui no Senado da República, sabiam o que estavam fazendo. Creio que tenham conversado com o Presidente da República e com o Presidente da Câmara, que não queriam... Não falaram por si, porque, se assim o fizeram, enganaram-nos. E conheço o Senador Aloizio Mercadante. S. Ex^a não engana! Conheço os Líderes desta Casa.

Não é possível, agora, Sr^s e Srs. Senadores, que a PEC Paralela, aprovada aqui nesta Casa, que pode e vai melhorar a condição dos servidores públicos, seja jogada por terra e não tenhamos como mostrar àqueles que prometeram, que falaram em nome do Governo, que conversaram com seus colegas. Quanto a esses, não sei como vão encarar a opinião pública, Sr. Presidente e Sr^s e Srs. Senadores. Não sei como vão encarar os servidores públicos do País. Porque aqui está escrito que o Relator na Câmara dos Deputados, o Deputado João Pimentel, do PT do

Ceará, não está com boa vontade em relação à PEC paralela. Mas isso não depende de boa vontade de relator. Depende de fio de bigode dos que nesta Casa prometeram que a matéria teria uma tramitação rápida. Onde está a tramitação rápida? Já aprovamos a Reforma da Previdência. E houve convocação extraordinária somente em razão da PEC paralela. Se alguém disser que havia outros assuntos, outros assuntos foram colocados, mas o carro-chefe era a PEC paralela. Se alguém disser que a convocação extraordinária tinha outro motivo que não a reforma paralela, por certo não tem coragem de olhar olho no olho de seus colegas. Participei das negociações e das conversações. A PEC paralela foi o carro-chefe da convocação extraordinária, e está parada na Câmara dos Deputados.

Devemos trabalhar harmonicamente. Os Líderes no Senado Federal, todos nós Senadores, devemos cobrar uma ação por parte da Câmara dos Deputados. Não podemos assistir impassíveis ao fato. Devemos falar todo dia e toda hora. Devemos denunciar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia em que esta Casa – e já tem acontecido – não cumprir acordos formulados e fechados, positivamente, ela deixará de ter o nome de Parlamento, onde se parlamenta, onde se dialoga. E o que se fala, o que se acorda deve ser cumprido. Esse acordo foi feito no Senado e teve o aval da Câmara, sim. Houve aval do Governo, sim. E sabemos que, quando o Governo quer, ele aprova. Portanto, está na hora de cobrarmos e exigirmos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Vamos dar atenção à PEC paralela. O servidor público não esqueceu os discursos e debates travados nesta Casa. Eles foram transmitidos para todo o País. Os servidores públicos e a Nação esperam que este assunto seja prioritário na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Serys Slhessarenko.

Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, conforme autorização que chega à Mesa desta Casa assinada pelo Senador Rodolpho Tourinho, vice-Líder da Minoria, V. Ex^a terá o tempo da Liderança da Minoria para falar em seguida à nobre Senadora, dentro do critério de intercalação.

O Senador Geraldo Mesquita solicita à Mesa a terceira vaga para uma comunicação inadiável. A Mesa inscreve V. Ex^a, Senador, também dentro do critério de intercalar os oradores regularmente inscritos.

Com a palavra, portanto, a nobre Senadora Serys Slhessarenko, por vinte minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento quero hipotecar a minha total solidariedade ao pronunciamento do Senador Ramez Tebet, em especial com relação à PEC nº 77, da Previdência, a chamada PEC paralela. Realmente, trata-se de uma questão de vontade política, de determinação política porque essa PEC, quando discutida aqui no Senado, em três dias, foi aprovada. Em três dias! São passados praticamente três meses, desde meados de dezembro do ano passado, incluindo uma convocação extraordinária, ela se encontra em trâmite lento, quase parando. Temos que exigir sim, Senador Ramez Tebet! Conte conosco. Todos os Senadores e Senadoras devem adotar essa mesma atitude porque foi votada por unanimidade neste Senado. Por conseguinte, houve um compromisso político com a Câmara, com o Governo. Essa PEC tem que ser aprovada já, e não daqui a pouco.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão, como também o Senador Ramez Tebet. Não haveria número de jeito algum para aprovar a PEC nº 67 se não houvesse o compromisso com a aprovação da PEC nº 77. Foi um compromisso de todos os Líderes. Evidentemente, foi falado na Câmara dos Deputados. Temos que fazer votar até porque quando não se honram os compromissos de uma Casa na outra fica difícil um entendimento político, indispensável para o Parlamento. V. Ex^a tem absoluta razão. Aproveito a oportunidade para dizer também que a Câmara errou, ainda há pouco, em não cumprir uma decisão judicial. Foi um erro grave. Quando o Supremo fala, certo ou errado, tem que ser acatado. Em latim: **Roma locuta, causa finita**. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador. Aguardamos, esperamos e confiamos que a PEC nº 77 seja aprovada o mais rápido possível. Os trabalhadores deste País acompanharam o compromisso assumido; acompanharam, como disse o Senador Ramez Tebet há pouco, todas as discussões, todos os debates por ocasião da apreciação da PEC paralela; o Brasil inteiro, os trabalhadores do nosso País acompanharam essa discussão e sabem, têm muito claro que o Senado cumpriu o seu papel. Agora é hora de a Câmara cumprir a sua parte.

Sr. Presidente, hoje já foi bastante falado aqui, assim como na sexta-feira, sobre o 22 de março, dia em que se comemora o Dia Mundial da Água. Mas aproveito também para dizer que, no dia 21, ontem, comemorou-se o Dia Florestal Mundial. São dois temas de extrema relevância para serem considerados, debatidos, cuidados por nós porque nossas florestas e nossas águas são essenciais a nossa vida. Qual é o bem maior, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? É a vida. Para que a vida continue a existir no planeta, com qualidade e dignidade, seja a vida dos vegetais, dos animais irracionais ou do ser humano, precisamos dar bom trato à natureza, especialmente às nossas florestas e águas.

Já foi muito mencionado aqui hoje que, em relação à quantidade de água, o Brasil é riquíssimo. Precisamos preservar nossa água. Sabemos dos bilhões, Senadores Mão Santa e Geraldo Mesquita – não são milhões – bilhões de euros e de dólares investidos hoje em pesquisa pelo mundo afora, principalmente pelos chamados países “desenvolvidos” – desenvolvimento que, para mim, deve estar entre aspas no caso de muitos deles –, para transformar em água potável as águas dos mares, as águas das geleiras. Nós, que temos um potencial gigantesco de água potável, aparentemente não estamos preocupados, ou pelo menos não temos a devida preocupação com a preservação das nossas águas.

O meu discurso hoje não é sobre água; estou falando rapidamente a esse respeito. Quero tratar das nossas universidades públicas. Mas eu não poderia deixar de falar sobre as águas e um problema diretamente ligado à sua preservação, que é o lixo. O lixo é uma questão grave. Por exemplo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os copinhos de plástico que usamos a toda hora para tomar cafezinho, água, são descartados de forma indevida. Um simples copo plástico jogado na rua e arrastado pela água da chuva para um lago, um rio, leva 200 anos para ser reabsorvido pela natureza; uma garrafa plástica de refrigerante, 500 anos. Precisamos ter muita cautela. Precisamos fazer com que nas escolas as crianças recebam orientação para lutar pela conservação do meio-ambiente, pela seletividade do lixo. É mister que tenhamos usinas de reciclagem de lixo e que mudemos a mentalidade de nosso empresariado com relação à produção de resíduos. Todos produzem lixo. Para citar um exemplo, ao comprar 50g de presunto trazemos junto um pacote que se transformará em lixo. Cinqüenta gramas de presunto são praticamente nada se comparados à embalagem: uma bandeja de isopor, um plástico transparente cobrindo a bandeja e uma sa-

cola plástica. Ao desembulharmos quatro fatias transparentes de presunto, temos um pacote de lixo.

Será que não temos sensibilidade para ver o que está acontecendo e também o empresariado que produz sacolas de supermercado que trazemos em grande quantidade todo dia, quando vamos às compras, sacolas que vão para o lixo dentro de pouco tempo? Daqui a pouco como estará a natureza? Entulhada de lixo, lixo que muitas vezes também vai parar nos rios, deixando-os mortos ou semi-mortos. Assim, a água, além de não ser potável, poderá causar doenças, como foi muito bem dito pelos Senadores Valdir Raupp, Paulo Octávio e outros que falaram a respeito do assunto logo no início da sessão. Há um grande prejuízo para a saúde, porque nossas águas estão contaminadas, fortemente contaminadas, e a tendência é piorar cada vez mais.

Nós, como Senadores da República, como educadores – e eu como professora –, precisamos preparar as nossas crianças. Acredito que no dia em que um adulto jogar uma lata de refrigerante na rua e uma criança que estiver próxima recolher essa lata e colocá-la no lugar apropriado, a situação vai mudar: esse adulto não jogará mais lixo no chão.

Precisamos mudar a mentalidade das pessoas. Precisamos educar as crianças por meio da escola, inclusive utilizando cartilhas. Há uma cartilha, cujo conteúdo foi elaborado com a participação de nossas crianças, publicada em 2001, pela gráfica do Senado da República. Ela é fantástica para ensinar nossas crianças. Consegui republicá-la numa quantidade pequena. Cada Senador poderia fazer um esforço para publicá-la e levar alguns milhares para seu Estado, para serem distribuídos entre as crianças, nas escolas. É um trabalho fundamental e imprescindível. Precisamos de ações bem concretas para realmente mudar a situação do meio ambiente.

Como disse no início da minha fala, eu pretendia vir a esta tribuna para falar sobre uma questão que nos preocupa muito. Sou Senadora por Mato Grosso. Vejo aqui a figura ímpar, no meu entendimento, na educação brasileira, que é o Senador Cristovam Buarque. Durante 26 anos fui professora na Universidade Federal de Mato Grosso, meu Estado, fui coordenadora de centro, chefe de departamento de educação, sempre eleita. Todos os cargos que ocupei naquela universidade foram precedidos de eleição, exceto o de professora, em que fui admitida após concurso.

Tenho realmente necessidade muito grande de defender a universidade pública, não apenas a Universidade Federal de Mato Grosso, mas também to-

das as universidades públicas. Acredito que o desenvolvimento científico e tecnológico de nosso País – poderíamos fazer um longo discurso a respeito disso – tem suas bases nas universidades públicas.

Não temos nada contra a universidade privada. Que ela exista como instituição privada, tudo bem, mas temos certeza de que a pesquisa, a busca da construção do modelo de desenvolvimento científico e tecnológico para o nosso País não virá por meio de estudos de universidades particulares, até porque essas atenderão a interesses de grupos. Todos, ou a maioria deles, legítimos, mas serão interesses pontuais, de conformidade com determinados grupos. A universidade federal é a que tem realmente condição de defender o Brasil como um todo, como País. É nela que precisamos investir, é ela que temos de reforçar, são seus profissionais que precisamos, cada vez mais, qualificar, fazendo com que tenham um mínimo de dignidade salarial – porque hoje é indigno o salário de um professor universitário –, cuidando do preparo desse professor, da sua pós-graduação. Hoje estamos perdendo os nossos pós-graduados, nossos mestres e doutores. Atualmente, as condições de sustentabilidade de nossas universidades são parcas. Infelizmente os governantes que nos anteciparam sucatearam a universidade pública. Precisamos reconstruí-la, recuperá-la. Essa tem de ser a vontade e a determinação do nosso Governo – e acreditamos que o seja. A reforma universitária, que virá para cá em breve, terá de ser amplamente discutida. Precisamos salvaguardar o reforço à nossa universidade pública. Precisamos de uma universidade pública gratuita, realmente de qualidade, que tenha espaço para abrigar aqueles que desejam fazer um curso de boa qualidade.

Como eu já disse, não temos nada contra as universidades particulares, que elas existam como empresas, mas a função e a competência do Poder Público é a defesa da universidade pública gratuita e de boa qualidade.

Meu discurso é bastante amplo e escrito. Ainda não comecei a lê-lo, e o tempo urge, não é, Presidente? Por isso, peço que ele seja registrado nos Anais do Senado e que nós, Senadores e Senadoras, realmente nos preparemos para a discussão da reforma universitária, que terá condições, se realmente assegurar os interesses da nacionalidade brasileira, de promover o grande salto de qualidade do nosso País, especialmente na vida dos brasileiros e das brasileiras.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora e professora Serys Slhessarenko, eu estava lendo

um livro do escritor Carlos Lacerda: **O Poder das Idéias**. Eu queria fazer das palavras dele as nossas palavras. Quis Deus estivesse presente o Ministro Cristovam Buarque, grande educador. Carlos Lacerda diz: “Digam como vão as universidades de uma nação e diremos como irá a própria nação.” Ele fala sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Senador Antonio Carlos Magalhães deve ter participado da luta, em 1960, para aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Eu disse lei e não medida provisória. Mais adiante, diz o citado autor: “Procuramos que ela fosse ou viesse a ser o viveiro dos líderes, o centro de formação de dirigentes, não apenas na vida intelectual, mas no progresso técnico e profissional da comunidade. Entre as condições da universidade, inserimos a de sua autonomia financeira, administrativa, didática e pedagógica, porque a autonomia da universidade é a garantia da liberdade e fecundidade do trabalho intelectual, sem a qual ele se subalterniza e se adultera a ponto de fazer senhores escravos, em vez de homens livres.”

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, muito obrigada pelo aparte. As palavras que V. Ex^a acaba de citar estão inseridas no meu discurso, porque defendo a autonomia de nossa universidade, que precisa ter autonomia, sim. Mas isso não significa ser relegada ao abandono. A universidade precisa de autonomia para definir o seu projeto, mas também de condições para levar avante a proposta definida. Por isso, ela é pública.

Como o meu tempo não permite que conclua o pronunciamento, solicito ao Sr. Presidente que ele seja considerado como lido, pois trata da reforma universitária.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO:

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco – PT-MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este ano ainda, ganhará corpo nesta Casa parlamentar a discussão sobre o tema da Universidade Brasileira. É do conhecimento público que o Governo do Presidente Lula pretende apresentar até meados deste ano propostas visando à Reforma Universitária, um dos pontos centrais de sua agenda política.

Em que pesem as declarações um pouco precipitadas do Ministro José Dirceu, divulgadas pela imprensa no final do ano passado, esperamos que as propostas realmente permitam a recuperação da universidade pública em nosso País, revertendo o pro-

cesso de decadência a que essa instituição tem sido submetida há tempos.

Gostaria de contribuir nessa discussão, antecipando alguns temas que, a meu ver, necessitam receber especial atenção durante a elaboração do plano de reformas.

O diagnóstico dos problemas da universidade pública é relativamente conhecido de todos, embora, na maioria das vezes, se consiga descrever os sintomas, mas não identificar a doença. Como resultado, muitas das medidas propostas no passado acabaram tendo curto alcance, limitando-se a atacar apenas esses sintomas.

Existe um quadro geral de insatisfação resultante da penúria salarial advinda das restrições orçamentárias dos últimos 10 anos. É praticamente impossível encontrar professor ou funcionário que se considere atendido em suas necessidades salariais básicas, trabalhando exclusivamente numa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), por exemplo.

Da mesma forma, tem crescido a precariedade de funcionamento dessas instituições, após anos de adiamento de investimentos. Ainda em 2003, o próprio MEC calculou em pouco mais de 340 milhões de reais as necessidades de investimentos emergenciais nas Universidades Federais, apenas para os itens de manutenção de instalações e aquisição de equipamentos, recursos que o orçamento de 2004 infelizmente não vai aportar. As Universidades Federais acabam por ter de realizar um sobreesforço para captação de recursos, visando impedir o colapso de seu funcionamento regular.

As mudanças no sistema previdenciário, tanto no Governo passado quanto no atual, provocaram um indesejável êxodo de profissionais qualificados, precocemente aposentados. Por essa razão, a expansão do número de matrículas nas IFES acabou não sendo acompanhada pela expansão do corpo docente, e a reposição dos aposentados tem sido efetivada com a contratação de professores temporários. Isso acaba desperdiçando, adicionalmente, recursos destinados à capacitação de professores em pós-graduação **stricto sensu**, pela não-fixação definitiva dos profissionais recém-titulados, mestres e doutores. A indefinição sobre a PEC Paralela no Parlamento agrava esse quadro de descontentamento e falta de perspectivas profissionais.

Ao mesmo tempo, reclama-se da universidade pública a geração de saber voltado para a realidade da população brasileira. Cobra-se que ela reflita melhor, em sua composição discente, as camadas sociais que formam nosso povo, tanto do ponto de vista

étnico como de faixa de renda. Exige-se a expansão de oferta de vagas, uma vez que a universidade continua a representar uma das poucas possibilidades de ascensão social em um país ainda marcadamente injusto e profundamente desigual.

Respondendo a esse tipo de demanda, entidades públicas como a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) ainda conseguem expandir suas vagas – aproximadamente 14 mil matrículas em 2004 –, expandir seus cursos – 77 habilitações em 2002 –, melhorar sua proporção de alunos por docentes – 13,7 em 2002, menos favorável que a média nacional, de 11,6, e antecipando meta esperada apenas para 2005 – e buscar o aumento da capacitação de seus docentes, mesmo contando com orçamentos reconhecidamente limitados. Essa é a realidade da grande maioria das instituições públicas, independentemente de seu porte: buscar fazer cada vez mais, com cada vez menos recursos.

É possível salvar a universidade pública? O Estado brasileiro vai abandonar essas entidades à sua própria sorte, usando a desejada autonomia universitária para formalizar um descompromisso? É melhor investir na expansão do ensino superior público reforçando as instituições públicas, ou por meio do que o MEC está chamando de “estatização de vagas” da rede privada?

Responder a essa ordem de questionamentos não é uma tarefa trivial. Mas, sejam quais forem as soluções adotadas pelo Governo Federal, creio que alguns compromissos devem restar patentes.

O mais óbvio deles é a manutenção do acesso público à educação superior de boa qualidade. Isto significa dotar a universidade pública de meios que permitam a expansão de seu corpo discente e a melhoria constante da qualidade de seus serviços, sem prejuízo de seu caráter marcadamente gratuito.

Muito se fala, aliás, sobre o custo do aluno dessa universidade pública, simplisticamente dividindo seu orçamento pelo total de matrículas. Mas poucos notam que o custo marginal da vaga, ou seja, o quanto custa criar uma vaga nova nessa universidade, é comparativamente muito baixo, haja vista a subutilização de capacidade instalada em vários cursos públicos.

Outro compromisso é com o reforço dessas instituições enquanto **res publica**, coisa pública. Para isto é necessário estabelecer mecanismos mais eficazes de democratização do acesso, ampliar a participação da sociedade nas instituições e dar maior transparência à sua gestão administrativa, pedagógica e científica, sem interferir na liberdade de cátedra, que há séculos caracteriza o verdadeiro espírito universitário.

É necessário, ademais, dar um voto de confiança aos profissionais do ensino superior. Completar o processo de autonomia universitária permitirá a profissionais qualificados gerir, com excelência e compromisso social, os destinos de suas próprias instituições. O Governo manterá, entretanto, seu papel de acompanhar e controlar as instituições, de financiar seu funcionamento, ainda que em caráter não mais exclusivo, e de exigir determinados perfis profissionais e padrões de excelência, estabelecidos por necessidades estratégicas derivadas de metas sociais e econômicas democraticamente determinadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, a expansão da educação superior em nosso País se deu por meio de entidades privadas. Mas não podemos considerar o papel das universidades públicas como meramente supletivo. Ao contrário, encontraremos nestas o padrão de qualidade e de produção acadêmica que aquelas procuram alcançar. Além disso, os cursos de alta tecnologia, uma necessidade para o reposicionamento do Brasil no mercado internacional, têm sido desenvolvidos quase que exclusivamente em entidades públicas.

Em razão disto, o Governo deve meditar cuidadosamente sobre a conveniência da “estatização” de vagas privadas. Infelizmente, não vamos conseguir, com essa proposta, expandir áreas como saúde ou tecnologia em geral. Por outro lado, conhecendo a racionalidade econômica dos empresários de educação, não devem existir realmente vagas ociosas disponíveis na área privada. O cálculo que está sendo propalado, algo como 500 mil vagas ociosas, é baseado exclusivamente na oferta de vagas no vestibular. Se o empresário não preenche vagas, ele não contrata mais professores, nem expande equipamentos e instalações, e a vaga, a rigor, não existe.

Se vamos conseguir financiar com dinheiro público – seja via investimento ou renúncia fiscal – a expansão das vagas em entidades privadas, que passarão a atender as demandas do Governo Federal, por que não fazê-lo no setor público, pela simples recuperação das condições de trabalho nas universidades públicas já existentes?

Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo afirmando que a universidade pública, devidamente recuperada, remodelada do ponto de vista de sua gestão, com garantia de autonomia, reforçada em seu compromisso com demandas sociais, balizada pela realidade de mercado e, finalmente, enfatizada em seu caráter de coisa pública, é uma experiência que ainda pode render muitos dividendos para o Povo Brasileiro.

Convido os Colegas que compartilham dessa minha certeza para se prepararem para o debate da Reforma Universitária, que deve permitir não apenas sobrevida, mas um completo renascimento da educação pública de nível superior.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a será atendida.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que falará pela Liderança da Minoria, com autorização previamente enviada à Mesa pelo vice-Líder Senador Rodolpho Tourinho.

Senador Mão Santa, pelo critério do rodízio entre os oradores inscritos, como é o caso de V. Ex^a, e de comunicações inadiáveis, como é o caso do Senador Geraldo Mesquita Júnior, e o horário destinado às Lideranças, nós concederemos a palavra, por cinco minutos, a S. Ex^a, após as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, e V. Ex^a encerrará a sessão, dispondo do tempo necessário para fazer seu pronunciamento.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tudo farei para reduzir bastante o meu discurso, a fim de não prejudicar qualquer dos nossos Colegas aqui presentes.

Na Bahia, e em parte do Brasil, está havendo um problema sério no setor de saúde. Daí eu pedir ao Governo, em particular à Agência Nacional de Saúde, para entrar rapidamente neste caso que vou narrar da luta dos médicos baianos contra as seguradoras Sul América e Bradesco.

Na realidade, essas seguradoras pagam mal aos médicos, que não têm outro jeito senão aceitar esse estado de coisas. Agora, porém, entraram em greve e o que é pior: aceitam fazer o atendimento, se o cliente der sua parte para compensar o preço dos procedimentos médicos.

Em verdade, isso não é correto. Os médicos têm razão de reivindicar, mas as empresas de seguro, que, como vou mostrar aqui, ganham bastante, além dos lucros dos bancos aos quais estão ligadas, têm que chegar a uma negociação.

Agora, quem fará a negociação? Tem de ser a Agência Nacional de Saúde. No Ministério da Saúde, peço ao Sr. Ministro que autorize a Agência Nacional de Saúde, porque a população da Bahia está sofren-

do com isso. Ou se paga o excesso que os médicos desejam na consulta ou não há consulta.

A Justiça já se manifestou da obrigatoriedade da consulta. Acredito que a decisão judicial é até correta, mas também tem de se considerar a parte dos médicos, se não eles farão uma consulta que não adiantará nada para o paciente – com duração de cinco, sete, minutos –, e vai apenas enganar o doente, que talvez não seja bem atendido com os procedimentos médicos. Desse modo, a situação é grave.

A CBHPM, resultado de três anos de trabalho, adotou critérios cientificamente comprovados, respaldados pelas Sociedades de Especialidades, utilizando metodologia proposta pela Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. Essas diretrizes contemplam procedimentos médicos atualizados e avanços da Medicina da última década, que não estão sendo inseridos na tabela de 1990 e 1992, praticados pelos planos de saúde. Essa prática defasada vem prejudicando seriamente a qualidade do atendimento, colocando em risco a saúde da população.

Por outro lado, a implementação desses procedimentos visa também coibir a utilização de mecanismos de pressão que as seguradoras exercem junto aos médicos, para a redução do número de exames, com o objetivo único de auferir maiores lucros.

Durante oito anos, de 1994 a 2002, os honorários médicos não tiveram qualquer reajuste. Embora houvesse uma pequena melhoria em 2003, com um acréscimo de 17% no valor das consultas, os honorários médicos continuam profundamente defasados. Nesse mesmo período, no entanto, as seguradoras dos planos de saúde reajustaram as mensalidades dos usuários em quase 200% – dados do Dieese/Procon, de São Paulo. A necessidade de regulamentação de repasse automático desses aumentos aos médicos consta do relatório da CPI dos Planos de Saúde da Câmara dos Deputados. Vale destacar que cerca de 70% dos médicos atendem a usuários de planos de saúde e estão, há quase uma década, sem reajuste dos seus honorários.

As seguradoras venderam R\$3,75 bilhões, de janeiro deste ano até esta data, alta nominal de 24,8% em relação a janeiro de 2003.

O seguro-saúde acumulou prêmios de R\$602 milhões no primeiro mês deste ano, alta de 11,4%. A Sul América Saúde é líder deste segmento, com prêmios de até R\$260 milhões, evolução de 16,1%, seguida da Bradesco Saúde, com R\$243 milhões. A carteira dessas duas seguradoras, na Bahia, abrange – vejam só – 360 mil usuários.

A iniciativa de investimentos deve ser tratada de imediato pela Agência Nacional de Saúde, pois é importante para toda a população. E isso não está acontecendo apenas na Bahia, mas também no Maranhão, em Sergipe e em outros Estados.

Já há uma diferença no Nordeste e no Norte, pois os procedimentos são totalmente diferenciados em relação aos do Sul e do Sudeste, até pelas aparelhagens que o Sul e o Sudeste têm e que o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste não têm. Portanto, os custos são bem menores para as seguradoras.

O que peço, neste instante, é que não se atenda apenas aos médicos, mas à população, e que haja uma negociação da Agência Nacional de Saúde com os médicos de todo o Brasil, inclusive com os da Associação Brasileira de Medicina, para se encontrar um caminho correto, a fim de que a população de meu Estado não sofra como a dos demais Estados, porque essa greve vai se alastrar e prejudicará todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. Em seguida ouviremos as palavras do nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo rememorando os termos de meu primeiro pronunciamento nesta tribuna, quando afirmei que, antes mesmo de integrar esta Casa, “sempre tive, como cidadão, respeito, admiração e apreço por seu papel histórico, por suas tradições e por sua dedicação à causa da nacionalidade”. Por maior que seja a admiração por nós votada a esta Instituição, esse sentimento não nos dispensa do dever de exercermos a autocritica, especialmente quando destinada a aprimorar nossos métodos de trabalho e a zelar pelo prestígio, pelo decoro e pela dignidade do Poder a que pertencemos. Embora possa incidir em erro, não creio que isso possa ser feito ignorando nossas carências, ocultando nossas deficiências ou deixando de criticar nossas próprias omissões. Os resultados das pesquisas de opinião pública, as críticas contra as quais na maioria das vezes nos insurgimos e a revolta manifestada contra nossas atitudes por nossos próprios eleitores não nos permitem ignorar o quanto com frequência nos omitimos de alguns de nossos encargos, quantas vezes nos demitimos do exercício de nossas obrigações e de vários de nossos deveres.

A própria duração dos nossos mandatos pode, sem dúvida, contribuir para que nos acomodemos

com a rotina a que vamos nos habituando e com algumas das práticas salutares de que vamos nos afastando. Começo por lembrar um dos mais elementares deveres de todo e qualquer Parlamento democrático. A obrigação de decidir sobre as leis que nos cabe constitucionalmente elaborar, discutir, aprovar ou rejeitar não se esgota no dia em que as aprovamos, as rejeitamos ou as modificamos. É típico do processo legislativo em todo o mundo democrático que o Parlamento seja o árbitro de suas divergências com o Executivo, quando este exerce o seu direito de veto.

Está em todas as nossas Constituições, com exceção, é claro, da carta fascista outorgada com o advento do Estado Novo, em 1937, que suprimiu o Congresso. No entanto, salvo engano, e pelos dados que colhi na página do Senado na **Internet**, em agosto, quando provavelmente estaremos entrando no habitual recesso branco de cada dois anos, em decorrência das eleições, completaremos quatro anos sem apreciarmos um só dos inúmeros vetos presidenciais pendentes de nosso julgamento. São nada menos de 180 vetos que pairam no limbo de nossos esquecidos e adiados deveres. Não sei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qual a razão de nossa inércia. O meu receio é que sejamos acusados de incúria. Mas com que outro sinônimo poderemos qualificar essa injustificável omissão?

Entre esses vetos, encontram-se dispositivos legais que o próprio Supremo Tribunal Federal não pode julgar e dos quais pendem os direitos de milhares de brasileiros. Nas informações disponíveis na página da **Internet** do Senado, não há como informar com precisão qual deles é o mais antigo. Mas com a ressalva que já fiz quanto ao número – já que há algumas pequenas discrepâncias nas diferentes opções de pesquisa –, parece-me que o mais antigo veto ainda não decidido pelo Congresso data de 1994 e foi apostado pelo então Presidente Itamar Franco, eleito em 1989. Está em vias, portanto, de completar 10 anos, a ser procedente a informação a que qualquer cidadão pode ter acesso na página do Senado.

Ao registrar o fato, estou certo de que o Presidente José Sarney, que tanto brilho, eficiência e espírito público exerce pela segunda vez a Presidência desta Casa, encontrará meios de dar cumprimento ao que prescrevem os §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição, a saber:

§ 4º – O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.

§ 6º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

Com que autoridade poderemos cobrar o cumprimento do texto constitucional pelos demais Poderes, se persistirmos na prática de nos demitirmos de nossos próprios deveres constitucionais?

Quero aludir também a outra questão que diz respeito às atribuições privativas do Senado, a respeito das quais não logrei obter informações na página do Senado na **Internet**. Por essa razão, encaminho à Presidência um pedido de informações nos termos do art. 215, inciso II, alínea **b**, do nosso Regimento. Refiro-me, Sr. Presidente, aos casos pendentes de suspensão da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, segundo estipula o art. 52, inciso X, da Constituição Federal.

Se a Casa considera que a atribuição é irrelevante, nosso dever é o de tomarmos a iniciativa de emendar a Constituição para transferi-la ao próprio Pleno do Supremo Tribunal Federal. Caso contrário, não há por que deixarmos de cumprir, com zelo e urgência, essa obrigação.

Certamente, não será omitindo-nos que contribuiremos para o prestígio deste Poder, cuja credibilidade está em causa perante a opinião pública brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e aqueles que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, peço permissão para vir aqui – e quis Deus que aqui estivesse presente uma das melhores expressões do meu Partido – chamar a atenção do Presidente Lula, como algumas vezes já usei desta tribuna, advertir o Presidente da República, Senador Papaléo Paes, de que é passado quase um terço do seu mandato.

Fui “prefeitinho” da minha cidade, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Prefeito.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Prefeitaço.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – BA) – Lembro-me de que temos que estudar. Até para jogar futebol se estuda! Passei por um extraordinário Prefeito de Piri-piri, Dr. Luiz Menezes, que é próximo à minha cidade no Piauí. Tanto é verdade que ele é extraordinário que novamente é prefeito no interior. E aprendi muita coisa com ele, e fui aprendendo com os prefeitos. Depois fiz um curso de administração municipal no Recife – o Inad, e passei por um Prefeito, hoje do PFL, o Sr. César Melo. Senador Roberto Saturnino, atentai bem, Senador Cristovam Buarque: era naquele período de seis anos de mandato. E o Prefeito César Melo me disse: “Mão Santa, o negócio é ligeiro. Quando a gente vê, termina”. Era no período de seis anos. Foi um aprendizado, mas a coisa passa rápido. E já está acabando, Presidente Lula. Está acabando.

O PMDB fez uma convenção gloriosa, e já surgiram cinco candidatos! O Governador Rigotto, o Governador Roriz, o Governador Requião, o Garotinho e o Mão Santa, do Piauí.

Senador Papaléo Paes, o Presidente do nosso Partido, Deputado Michel Temer, garantiu as primárias, que serão por ordem alfabética. Iniciar-se-ão lá no Amapá. Mas eu gostaria de dizer que está aí: é um terço mesmo! Tudo indica! E reeleição é um negócio muito difícil! Já disputei reeleição. O Cristovam Buarque já disputou também.

E esse Partido que mostrou a foto, o PMDB, nós queremos é ser a luz. Essa é a dívida com o Brasil. Não é para ser base, não! Queremos ser o núcleo puro, mole, encefálico, inteligente! Está aí. Tem que aprender!

O Senador Antonio Carlos Magalhães se inspira e se ajoelha na Igreja do Senhor do Bonfim. Pois eu busco Deus! Deus, que não é brasileiro, todo o mundo já sabe! E Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto!” Senador Cristovam Buarque, essa é uma mensagem aos governantes. Trabalho! É o trabalho!

Olha, Senador Antonio Carlos Magalhães, Napoleão, o francês, disse: Eu conheci os limites dos meus braços, das minhas pernas, dos meus olhos, da minha visão, mas não conheci o limite do trabalho.

Senador Roberto Saturnino, o Governo passou a enfrentar dificuldades. Houve o risco do apagão, e criaram a Câmara de Gestão. Nós nos livramos do apagão, mas está na hora de o PT criar a “Câmara de Gestão para o Paradão”. O Brasil está parado. Não há progresso em relação a escolas, a estradas, a hospitais e a emprego.

Aqui há dois senadores evangélicos, os Senadores Marcelo Crivella e Magno Malta. O apóstolo Pa-

ulo disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. E La Fontaine dizia que o trabalho é um tesouro, professor Cristovam Buarque. A saída é o trabalho. Como médico: terapia ocupacional.

Mas, além de dizer que temos o compromisso de vencer as eleições primárias no Estado do Amapá, gostaria também de dizer, Senador Papaléo Paes, que gosto muito do povo. Como Ulysses Guimarães dizia, escute a voz rouca das ruas.

Senador Eduardo Siqueira Campos, não vou falar difícil, mas entendo que a música é extraordinária, tem uma revelação, professor Cristovam Buarque, maior do que sabedoria, maior do que a filosofia. Parece que a música é uma comunicação divina. Está aí, no livro de Deus, nos Cânticos, nos Salmos. Davi tocava.

Então, eu iria dizer ao Presidente da República e à Ideli – onde está a Líder? Onde está o povo do PT? Eu ia recordar uma música do Ceará, de Iracema, do cantor Fagner. É a música Menino Guerreiro. A música é essa revelação de sabedoria. Ele diz mais ou menos assim: o menino guerreiro tem um peito que dói e chora; quando castram seu sonho, seu sonho é seu trabalho; um homem sem trabalho perde a dignidade, perde a honra; sem o trabalho, ele mata, ele morre, comete crimes e não encontra a felicidade.

É isso. O Presidente da República tem que ver que somos humanos, Senador Jonas Pinheiro, de quem ouvimos há pouco a mais extraordinária aula sobre trabalho no campo, sobre produção. O trabalho por meio da educação traz o bem-estar social, a produção e a riqueza. E eles não entendem isso. O desemprego está aí. Vimos um exemplo no Senado. O desemprego está aí.

Nós, médicos, levamos nossa formação profissional para onde vamos. A minha é a de médico cirurgião. E às vezes dá certo, Presidente Lula. Mas a nossa limitação é humana.

Vejamos a história, professor Cristovam Buarque. Esta pátria é grande. Veio Dom Pedro I, a quem competia a independência; ele a realizou; depois veio Dom Pedro II, 49 anos, a quem competia a unidade deste Brasil grande. Em seguida, veio a idéia do governo do povo, pelo povo, para o povo, vieram os Deodoros, os Florianos, veio Washington Luís, governar é fazer estradas. Depois, Getúlio, com o trabalhismo, a Previdência; Juscelino, com o otimismo, o desenvolvimento, cravando a nossa Capital, como Deus cravou o coração, no meio do corpo do Brasil. Esta é a verdade: cada um com a sua missão histórica. Seguiu-se João Goulart, o pacificador, que caiu pela paz para não ter uma guerra interna, fratricida. Vieram os militares, os ditadores, que disseram combater o comunismo, cada um com sua missão histórica. Depois veio o Presidente José Sarney, que consolidou a democracia, deu generosidade a este País. Ao Presi-

dente Collor coube a abertura. E surgiu o grande o monstro, a inflação, que capava a cada instante, a cada dia, o salário de todos, principalmente dos trabalhadores. Aí, combateram a inflação: ou Itamar Franco, ou Fernando Henrique. Isso é problema de DNA, foram eles os pais.

Está feito o diagnóstico, Presidente Lula. Livre-se do núcleo duro, do núcleo burro; aproxime-se de um núcleo mole, flexível, de saber e de conhecimento e que espalhe, neste País, a confiança e busque o trabalho. Presidente Lula, a sua missão está aí. Antes de operar um doente, buscamos exames, não é isso, Senador Pápaléo Paes? Os exames nos permitem fazer o diagnóstico. E o diagnóstico está feito, Senador Cristovam. Qualquer pesquisa, em qualquer lugar, no meu Piauí, aqui em Brasília, no Brasil todo, a principal doença deste País é o desemprego. Lacerda, que há pouco, está ali o livro, dizia: “Governar é escolher”. É ter prioridade, é fazer que façam; vamos fazer um mutirão e libertar o povo brasileiro dessa doença que é o desemprego. Depois, vem a violência, que é uma consequência; problemas de saúde e educação.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Mão Santa, fico muito satisfeito quando ouço V. Ex^a falar em trabalho, trabalho, trabalho. E nem mesmo apenas emprego. Não vou fazer nenhum juízo sobre a necessidade de o Presidente se livrar do núcleo duro ou não, mas, acredito que precisamos livrar-nos de uma lógica que nos está aprisionando: a lógica de pensar que pôr as pessoas para trabalhar é um problema apenas de opção nas variáveis econômicas. Esse fim de semana mesmo, num debate feito pelo PT, pediu-se a baixa das taxas de juros, a mudança da política econômica, em vez de se pedir que se colocassem as pessoas para trabalhar, que é o que elas querem. Por exemplo, no programa Brasil Alfabetizado, ainda em andamento pelo Governo Federal, há 108 mil pessoas trabalhando. Não vou chamá-las de empregadas porque não têm carteira profissional nem o trabalho durará para sempre felizmente, porque, em breve, por todos estarem alfabetizados, esses alfabetizadores deixarão de ter o trabalho. Se empregássemos, neste País, as pessoas para colocarem água e esgoto nas casas dos que não os têm, ou as pessoas que querem trabalho, como V. Ex^a diz, para produzirem os livros de que as nossas crianças e adultos precisam, não há dúvida de que não haveria desemprego e teríamos o produto de que as pessoas necessitam. V. Ex^a traz no seu discurso uma lógica

ca diferente da lógica econômica, até como médico, como poeta que é: a necessidade do trabalho, independentemente de se mudar a política econômica, que, a meu ver, se mudada, trará um perigo muito grande, podendo desestabilizar pontos fundamentais. Parabenizo V. Ex^a, com quem estou de acordo: é preciso transformar aquilo que é visto como problema, pessoas sem emprego, naquilo que de fato elas são: uma energia nacional querendo ser mobilizada e que pode sê-lo facilmente, com algumas medidas e alguns recursos, mas nem tão caros quanto se pensa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu e o País todo agradecemos a participação do Senador Cristovam Buarque.

Se aqui no Brasil há 11% de desempregados, 20% nos centros urbanos, isso é muito mais grave do que nos outros países. Em outros países, há uma renda familiar para sustentar o desempregado e uma assistência social mais responsável.

Todos sabem que, se o PIB crescer 1%, serão gerados 300 mil empregos. Este País tem que crescer 5% ao ano para que sejam criados 1,5 milhão de empregos. Isso, só para os jovens. E ainda ficará déficit do que foi prometido, dos 10 milhões de empregos.

O PT não mudou a bandeira para vermelho, como todos tínhamos. No entanto, escreveu “Desordem e Regresso” na lista branca de nossa bandeira. O fato é que o País regrediu científica e matematicamente.

Todos os problemas do Brasil podem ser resolvidos com trabalho, visão e honestidade. Nossos sentimentos são de esperança, não de despeito, Senador Cristovam Buarque. Não conduzimos uma luta de frustrados, mas uma batalha de idealistas.

Daqui a pouco, ouviremos o Boris Casoy dizendo: “isso é uma vergonha”. O Programa Primeiro Emprego, lançado em 30 de junho de 2003, criou apenas um emprego. O beneficiado foi um baiano, acho que por obra de Nosso Senhor do Bonfim. Um único emprego!

O programa atraiu apenas 0,3% das empresas convidadas. Convidaram 160 mil empresas, mas apenas 2 mil se cadastraram. A verdade está aqui, na **Folha Online**, na seção **dinheiro**: “Só Renison, 21, ganhou ‘Primeiro Emprego’”.

O País tem jeito e o diagnóstico está aí. O Presidente tem que ver suas limitações e devemos fazer um mutirão para o trabalho, para o emprego. A história ensinada, Senador Cristovam Buarque. Todos se lembram de François Mitterrand, que foi derrotado nas eleições por duas vezes e saiu vencedor na terceira; o Presidente

Lula foi derrotado três vezes e venceu na quarta. Então não há razão para não acertar, porque Mitterrand foi para o debate com o estadista Giscard d'Estaing. Mitterrand ganhou no primeiro turno, mas não estava rodeado por um núcleo-duro burro, e, com muita inteligência, fez um cálculo matemático e apostou na criação de empregos. Virou a eleição.

A caridade começa em casa, com o Governo. Das oito horas, o funcionário público vai trabalhar cinco e as três restantes serão trabalhadas pelos desempregados.

Mitterrand venceu com a inteligência, com o cérebro, que é mole. Nada de ameaça de duro com duro. Ninguém tem medo dessas bravatas. Nós queremos a bondade, a generosidade. "O bem não faz barulho e o barulho não faz bem". Francisco de Assis, o santo.

É isto que queremos: emprego. Não para amanhã, mas para logo. À noite se trabalha. Precisamos convocar todos esses Ministros e fazer um mutirão, fazer a câmara de gestão do "paradão" que está o Brasil. E vamos. Isso é violência para o baiano, isso é violência para o Piauí.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, a saída é chamar os Prefeitos, que estiveram aí. Prefeito é gente boa. Essa mágoa do PT é por ter eleito poucos prefeitos, e elegerão menos nas próximas eleições. Mas eles têm que ser chamados. O grande erro do Fome Zero foi não ter aproveitado os Prefeitos e criar uma estrutura imaginária, que não existe. O povo deu nota zero e o Governo ficou conhecido como Governo zero, porque criou o Fome Zero, comprou um carro zero, um avião zero. E agora é isso.

Votamos no Presidente Lula com o compromisso de se criarem empregos. Já sabíamos que a maior doença deste País era o desemprego.

Senador Antonio Carlos Magalhães, eu estava na minha praia e disse que o PT iria ganhar até no Piauí. Não acreditaram. Eu disse: vai ganhar porque o grande drama é o desemprego. Eu estava lá na minha praia, no litoral do Piauí. Senador Eduardo Siqueira Campos, havia 20 jovens e eu, candidato a Senador, profetizava que o PT ganharia lá. Perguntei para os 20 jogadores de futebol que tomavam cerveja quantos estavam desempregados. Senador Cristovam Buarque, tomei um susto. Todos disseram, em coro, que estavam desempregados. Este é o nosso Brasil: a juventude, cheia de ideal, de bondade, encontra um amor, casa, tem um filho e entra no desespero. É como na música de Fagner: sem emprego, um homem não tem honra, não tem dignidade, mata, morre. Essa é a situação.

Então, termino dizendo que nossos sentimentos são de esperança, não de despeito. Não conduzimos uma luta de frustrados, mas uma batalha de idealistas. Rui Barbosa disse, na sua época: a única saída, a salvação é a lei dentro da lei. Só com a justiça há salvação. Parodiando Rui Barbosa, eu digo que a única salvação para este País é o emprego e o trabalho para os que necessitam.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que sejam transcritos ofícios que estou encaminhando tanto ao Ministro Márcio Thomaz Bastos quanto ao Ministro-Chefe das Atividades da Abin, General Jorge Armando Félix, convidando ambos a comparecerem à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional, que atualmente presido, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de que possam, quando avaliarem adequado, prestar esclarecimentos acerca das declarações do Sr. Carlos Alberto Costa, ex-Chefe do Escritório do **Federal Bureau of Investigation** – FBI, no Brasil, publicadas na revista **Carta Capital**, de 24 de março último.

Conversei, há pouco, com o General Félix a respeito do assunto e vou conversar com o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Inclusive, avalio que será importante que S. Ex^a possa se fazer acompanhar do Dr. Paulo Lacerda, Diretor da Polícia Federal, uma vez que esse Sr. Carlos Alberto Costa fez revelações de séria transcendência, até a respeito das relações entre o FBI e a Polícia Federal. Houve ali o entendimento, segundo disse à revista **Carta Capital**, de que haveria o FBI realizado até escutas no Palácio do Governo. Trata-se de algo de extrema seriedade.

Então, como o assunto é da natureza da Comissão, poderá ser feita uma reunião em caráter reservado, mas se trata de uma responsabilidade do Congresso Nacional acompanhar as atividades dessa natureza. Por essa razão, estamos tomando essa iniciativa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

OF. CCAI Nº 005/2004

Brasília, 22 de março de 2004

Senhor Ministro,

Confirmando entendimentos verbais mantidos com V. Ex^a, convido-o a participar de reunião, de caráter reservado, a ser promovida pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, em data e local a serem oportunamente designados, para prestar esclarecimentos acerca das declarações do Sr. CARLOS ALBERTO COSTA, Ex-Chefe do Escritório do Federal Bureau of Intelligence – FBI – no Brasil, publicadas na Revista Carta Capital de 24 de março último.

Na oportunidade, reitero a V. Ex^a protestos de estima e consideração.



Senador EDUARDO SUPLICY
Presidente

Exm^o Sr.**JORGE ARMANDO FÉLIX**Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

OF. CCAI Nº 006/2004

Brasília, 22 de março de 2004

Senhor Ministro,

Confirmando entendimentos verbais mantidos com V. Ex^a, convido-o a participar de reunião, de caráter reservado, a ser promovida pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, em data e local a serem oportunamente designados, para prestar esclarecimentos acerca das declarações do Sr. CARLOS ALBERTO COSTA, Ex-Chefe Federal Bureau of Intelligence – FBI – no Brasil, publicadas na Revista Carta Capital de 24 de março último.

Na Oportunidade, solicito que V. Ex^a se faça acompanhar do Dr. PAULO LACERDA, Diretor do Departamento de Polícia Federal.

Ao ensejo, reitero a V. Ex^a protestos de estima e consideração.


Senador **EDUARDO SUPLICY**
Presidente

Exm^o Sr.
MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro da Justiça

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a Mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Of. 054/2004-GLGOV

Brasília, 22 de março de 2004

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, indico o Senador Romero Jucá como vice-líder do Governo.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço.

Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo.

Ofício nº 106/04 – GLDBAG

Brasília, 22 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providenciar a exclusão do Senador Geraldo Mesquita Júnior como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 928, de 2003, destinada a apurar responsabilidades relativas ao contrabando de sementes transgênicas de soja, bem como seu plantio ilegal realizado em todo o território nacional.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 107/04 – GLDBAG

Brasília, 22 de março de 2004

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providenciar a exclusão do Senador Cristovam Buarque como membro titular da Comissão de Assuntos Sociais e sua inclusão como membro suplente em vaga pertencente ao Bloco.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 111/04– GLDBAG

Brasília, 22 de março de 2004

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providenciar minha inclusão como membro titular da Comissão de Assuntos Sociais, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, conforme Ofício nº 107/04-GLDBAG, de 22 de março de 2004.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF/GAB/I/Nº 168

Brasília, 22 de março de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado João Magalhães passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre Evasão de Divisas do Brasil, no período de 1996 a 2002 (BANESTADO), em minha substituição.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 339, DE 2004

Requeiro nos termos do art. 43 inciso I do Regimento Interno, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 dias, a contar do dia 23 do corrente, a fim de proceder à cirurgia conforme laudo médico anexo.

Sala das Sessões, 22 de março de 2004. – **Teotônio Vilela Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Alvaro Dias, João Tenório, Arthur Virgílio, Reginaldo Duarte, Romero Jucá, Delcídio Amaral e Papaléo Paes envia-

ram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é do conhecimento de todos a extraordinária dívida social que nosso País possui com os irmãos brasileiros que sequer conseguem alimentar-se minimamente. Ações meramente clientelistas e desvios de outrora nem ao menos mitigaram essa chaga de nossa sociedade. Sabedor do ciclo pernicioso que alimenta a miséria em Nossa Nação, o Governo Federal, de forma inédita, arregaça as mangas para efetivar a trajetória do Fome Zero e ampliar o Bolsa-Família, um programa que coordena e dinamiza o nosso sistema de proteção social.

O Bolsa-Família surge e se fortalece em nossa agenda social com o fulcro de enfrentar o grande desafio da sociedade brasileira: combater a fome e a pobreza, promovendo, ao mesmo tempo, a emancipação das famílias em estado de miséria. Trata-se, em verdade, de um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação precária, com renda **per capita** de até 100 reais mensais, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social.

Fruto da unificação dos diversos programas de transferência de renda do Governo, sua gênese permitiu uma gestão coordenada e integrada dos recursos disponíveis, melhorando a qualidade dos gastos e aumentando, em muitos casos, a ajuda financeira às famílias. É só lembrar que seu valor médio chega a ser o triplo do oferecido isoladamente pelo Bolsa-Escola.

Uma família com renda **per capita** de até 50 reais por mês, com três filhos, um ainda de colo e dois em idade escolar, que só recebia do governo 30 reais pelo Bolsa Escola, passa a receber 95 reais com o Bolsa-Família – um aumento de mais de 200%.

Configurou-se, assim, um único programa de transferência de renda, que não é mais do ministério A ou B, mas de todo o Governo. Tal unificação, certamente, conduzirá a uma maior racionalidade e reduzirá significativamente os sistemas administrativos e a máquina burocrática dos atuais programas.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos reconhecer que o Bolsa-Família é uma clara evolução dos programas de complementação de renda em nosso País. Por possuir uma visão global das necessidades da família, e não somente em seus aspectos isolados, tal programa possibilitará uma substancial expansão do atendimento e no valor do investimento disponibilizado.

Calçado também em condicionalidades, o Bolsa-Família, junto com os recursos financeiros para a complementação da renda, estimula as famílias beneficiadas a freqüentarem e utilizarem os serviços da rede pública de saúde, de educação e de assistência social, oferecendo apoio e oportunidades para todos os seus membros.

Sr. Presidente, os números do Bolsa-Família já se mostram bastante alvissareiros. No final do ano passado, o programa já atingia 3,6 milhões de famílias beneficiadas, estimando-se em 13 milhões o número de pessoas já contempladas. Neste início do ano, anuncia-se um aumento de 600 mil famílias, totalizando 1,5 milhão de incremento até o final deste ano. A meta do Programa, cabe salientar, é alcançar nada menos que 12 milhões de famílias até o final de 2006, açambarcando algo em torno de 40 milhões de brasileiros.

Ampliar o Bolsa-Família, portanto, significa seguir em busca de um novo arranjo social em nossa Nação. Equivocam-se aqueles que imaginam suficiente o crescimento econômico, para que nossos cidadãos, notadamente os mais necessitados, usufruam das benesses do espetáculo financeiro. Não queiramos, novamente, deixar o bolo crescer para posteriormente pensar em distribuí-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, finalizo citando o poeta Olavo Bilac, principal figura parnasiana brasileira, em célebre discurso aos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo: “O Brasil não padece apenas da falta de dinheiro: padece e sofre da falta de crença e de esperança. O agonizante não quer morrer: quer viver, salvar-se, reverdecer, reflorescer, rebentar em nova e fecunda frutificação. Dai-lhe os vossos braços, dai-lhe as vossas almas, dai-lhe a vossa generosidade e o vosso sacrifício!”

É o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

CASO WALDOMIRO, BINGOS, ADIAMENTO DE CPI E DENÚNCIA SEM PROVAS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acrescento hoje novos itens sobre o escândalo Waldomiro Diniz. O episódio continua rendendo páginas e páginas em importantes jornais do Brasil. Em consequência, gostaria de consignar os fatos que se seguem:

1. Waldomiro informou aos bingos que seria assessor político de José Dirceu 42 dias antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
2. Enquanto no Senado Federal, a bancada do PT tenta uma saída honrosa para os sete senadores do partido que assinaram o pedido de criação da

- CPI dos Bingos; na Assembléia Legislativa fluminense, o PT deverá recorrer à Justiça para dividir em duas a CPI sobre a Loterj e a Rioprevidência. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores tenta, de toda forma, criar empecilhos contra a criação de CPIs;
3. A TV Senado transmitiu, por cerca de duas horas, bons momentos da vida política brasileira, quando o senador Almeida Lima disse que o ministro José Dirceu pediu a Garotinho para abafar investigação. O senador Almeida Lima se baseou em representação de delegado de Polícia Federal enviada à Justiça Federal solicitando a quebra de sigilo bancário e fiscal de Waldomiro Diniz;
4. O Senador Jefferson Peres, líder do PDT no Senado, utilizando-se de artigo escrito em 2000 pelo então presidente do PT, José Dirceu, hoje ministro da Casa Civil, afirmou que o PT, hoje no governo, age e fala exatamente o contrário de quatro anos atrás, quando tenta impedir a instalação de uma CPI do caso Waldomiro Diniz. O governo não cede mesmo tendo sido detectadas

várias irregularidades praticadas pelo ex-assessor de assuntos parlamentares da Presidência Waldomiro Diniz, quando na presidência da Loterj. Waldomiro que já depôs e foi indiciado por prevaricação, por ter facilitado a sonegação de impostos quando era presidente da Loterj.

Entendo que o historiador de amanhã deve dispor de meios para levantar o que foi o Governo petista do Presidente Lula. Dessa forma, solicito que as matérias em anexo integrem este pronunciamento e, assim, passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Os anexos referem-se às matérias publicadas pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, todas do dia 03 de março de 2004.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Bingos souberam antes do convite a Waldomiro

Comunicado de ex-assessor foi feito em novembro de 2002, antes da posse de Lula

ROBSON PEREIRA

Waldomiro Diniz informou ao universo dos bingos que seria assessor político de José Dirceu 42 dias antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E a informação foi veiculada com destaque em 19 de novembro de 2002, apenas 23 dias depois da eleição de Lula, por uma newsletter distribuída por assinatura a donos de bingos e casas lotéricas, além de fabricantes de equipamentos para máquinas de jogos eletrônicos.

"Estou indo trabalhar em Brasília como assessor político do presidente do PT, José Dirceu", disse ele, em declaração reproduzida com destaque pela newsletter. Aquela altura, em plena euforia pós-eleitoral e antes da confirmação oficial de qualquer integrante da nova equipe de governo, o então presidente da Loterj Waldomiro Diniz não escondia de ninguém o convite para ocupar importante cargo na Casa Civil.

No dia seguinte, a notícia foi reproduzida com destaque no site da Latin America Gaming (www.lagconsultants.com), uma empresa de lobby que atua no bilionário segmento de jogos a partir de escritórios em Miami e São Paulo.

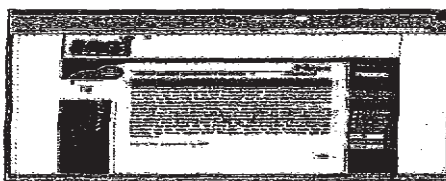
No mesmo dia em que anunciou sua ida para o governo, Waldomiro licenciou-se do cargo de presidente da Loterj. Voltou 30 dias depois, mas nos pri-

meiros dias de janeiro já estava em Brasília, despachando em um gabinete do quarto andar do Palácio do Planalto, como assessor do já ministro da Casa Civil José Dirceu.

Waldomiro já aparecia na internet antes da divulgação da fita de vídeo em que aparece pedindo propina ao bicheiro Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Entre 2000 e 2001, o seu nome podia ser facilmente localizado em dezenas de sites de empresas de consultorias, fornecedores e administradores de bingos e cassinos.

Empresa coreana – Num desses sites, Waldomiro se deixou fotografar sorridente ao lado de executivos da Ficosoft Company, empresa coreana que participa da administração de jogos online em vários países.

Um dos últimos atos dele à frente da Loterj, por sinal, foi a assinatura de uma carta de intenções que dava à Ficosoft o direito de substituir a argentina Boldt no



Notícia na internet: 'Vou para Brasília'

Consórcio Combralog (Companhia Brasileira de Loterias Governamentais).

O consórcio venceu uma licitação da Loterj na gestão de Waldomiro para a implantação da loteria online. O contrato está agora sendo investigado pelo Ministério Público no Rio.

O principal controlador da Combralog é a Capital Construtora e Limpeza, de Anápolis, chefiada por Sebastião Almeida Ramos, irmão de Cachoeira.

Em 2001 a empresa venceu a licitação para implantar a loteria online gaúcha, na gestão do então governador Olívio Dutra (PT). O sócio dos irmãos Ramos foi a coreana Bet Company.

PT tenta adiar o pedido de CPI

ROSA COSTA

BRASÍLIA – A bancada do PT no Senado tenta uma saída honrosa para os sete senadores do partido que assinaram o pedido de criação da CPI dos Bingos e, ao mesmo tempo, uma solução que livre o partido do governo da pecha de exterminador de CPI. A idéia, aprovada em reunião da bancada na noite de segunda-feira, é convencer o autor do pedido da CPI dos Bingos, o líder do PL, Magno Malta (ES), a atrasar a entrega do requerimento, deixando a proposta de investigação parlamentar suspensa até que seja aprovada pela Câmara a Medida Provisória 168, que proibiu os bingos no País.

Malta só chegou a Brasília ontem à noite para ouvir dos petistas a proposta, mas, por telefone, antecipou mais cedo que não estava disposto a assumir o ônus de enterrar a CPI. “Eles não podem botar isso nos meus ombros”, reagiu, ao ser informado da sugestão dos petistas. A dúvida sobre a atitude do lí-

der do PL de criar mesmo a CPI decorre do fato de ele ainda não ter encaminhado o requerimento à Mesa do Senado, embora tenha obtido as assinaturas necessárias para abrir a CPI há 15 dias.

Para os líderes Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC), se Magno aceitar a sugestão, a CPI ficará condicionada ao futuro da MP que proíbe os bingos. “Se o jogo continuar proibido fica sem sentido examinar algo que deixou de existir”, alega Salvatti. Já se o projeto de conversão desfigurar a proposta do governo a ponto de os bingos continuarem funcionando aí, sim, entende Mercadante, haveria motivo para CPI.

Um dos idealizadores da estratégia foi o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que minutos antes do encontro declarou não acreditar que os líderes lhe pedi-

riam para retirar sua assinatura de apoio à CPI. No mesmo dia, mais cedo, o presidente do Senado, José Sarney avisou aos petistas que era necessário a retirada das assinaturas dos senadores do PT, pois ele não estava disposto a assumir sozinho o custo de impedir a CPI.

Suplicy dava como certo que

Malta aceitaria a proposta. Não disse porque, mas insinuou que caberia ao vice-presidente José Alencar convencer seu colega de partido. O senador disse ter conversado ontem com o vice,

que se recuperava em São Paulo de problemas de saúde, durante uma hora e quarenta minutos. Malta disse que não foi procurado por Alencar. Se Malta não concordar, os sete petistas que apoiaram a CPI vão mesmo ter de retirar as assinaturas se não quiserem se chocar com o governo.

MALTA DIZ
QUE NÃO
QUER ASSUMIR
ÔNUS

No Rio, petistas querem dividir comissão

WILSON TOSTA

RIO – O PT deverá recorrer à Justiça para obrigar a Assembleia Legislativa fluminense a dividir em duas a CPI sobre a Loterj e a Rioprevidência. A deputada estadual Heloneida Studart (PT) disse que pretende solicitar ainda hoje a divisão, mesmo sem apoio da bancada. A votação da criação da comissão foi adiada de ontem para hoje, porque o PT entrou com emendas pela separação.

“Vou tentar convencer a bancada (a entrar na Justiça) hoje

(ontem)”, contou. “Se não conseguir, entro na Justiça amanhã (hoje)”, afirmou a deputada. O presidente do PT, deputado Gilberto Palmares, disse que o partido ainda não discutiu o assunto. A CPI com dois objetos foi uma resposta da maioria governista da Casa à aceitação pelo PT da proposta de CPI da Loterj, autarquia presidida por Waldomiro Diniz em 2001 e 2002 – a maior parte no governo Garotinho. A inclusão do Rioprevidência visa a atingir a ex-governadora petista Benedita da Silva.

Palmares apresentou pareceres dos juristas Ives Gandra e Saulo Ramos, que dizem ser inconstitucional a existência de mais de um objeto para a mesma CPI. Segundo ele, a mistura de assuntos diferentes é de interesse “de quem quer obscurecer a apuração da Loterj.”

O deputado tucano Luiz Paulo Corrêa da Rocha, porém, afirmou não haver sentido em separar as investigações sobre Loterj e Rioprevidência. “O objeto da CPI é a corrupção, que ocorre em dois órgãos”, discursou o parlamentar.

Senador acusa sem provas e acalma governo

Almeida Lima diz que ministro pediu a Garotinho para abafar investigação, mas acaba desmentido

CIDA FONTES
e JAMES ALLEN

BRASÍLIA – Anunciado na véspera como uma bomba a explodir no colo do ministro da Casa Civil, José Dirceu, o discurso feito ontem pelo senador Almeida Lima (PDT-SE) limitou-se a uma denúncia sem provas de que Dirceu teria pedido ao secretário de Segurança do Rio, Anthony Garotinho, em agosto, que não levasse adiante uma investigação em curso contra seu então assessor, Waldomiro Diniz. Logo depois do discurso, Garotinho desmentiu a versão do pedetista, num telefonema ao líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL).

Como todo o resto do discurso se baseava em relatório preliminar da Polícia Federal sobre corrupção na empresa de loterias do Rio, a Loterj, na época em que Waldomiro foi seu presidente, Almeida Lima acabou dando aos governistas o fôlego que vinha faltando em defesa de Dirceu. E à oposição, o primeiro revés na campanha pela saída do ministro.

A base aliada começou a reação a Almeida Lima ao ver que o relatório se baseava em nota divulgada, na época, no portal na internet do jornal carioca *O Dia*. Renan acusou o pedetista de ser leviano e irresponsável e transformar o plenário em delegacia de polícia. Ele classificou de brincadeira o discurso, com riscos para a estabilidade econômica, e transmitiu na sessão o desmentido de Garotinho.

Foi sucedido pelos líderes do PT, Ideli Salvatti (SC), e do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que fizeram ataques duríssimos. A oposição e a ex-petista Heloísa Helena (sem partido-AL) defenderam Lima, cobrando do governo resposta para o fato de Waldomiro ter sido nomeado por Dirceu mesmo sob investigação da PF.

Lima baseou-se no relatório da PF para acusar o ministro de omissão ao manter Waldomiro. “O governo tinha conhecimento disso e não tomou nenhuma providência. E não tomaria se não fosse a revista *Época*.” Antes de terminar, o plenário já começara a esvaziar. Irritado com as críticas, voltou à tribuna para insistir: “O ministro comandou a operação abafa. Isso se chama prevaricação.”

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a falta de consistência nas denúncias “deu ânimo à situação, que estava de cabeça baixa”. Mercadante acusou Lima de prejudicar o País, provocando instabilidade no mercado, e basear-se em notícias de jornal para tentar atfingir Dirceu. “Baseou-se num relatório parcial que ainda não indiciou ninguém”, reclamou o líder, que admitiu que Dirceu pode processar o pedetista. “Até a irresponsabilidade tem limite”, completou Ideli Salvatti. ACM chamou Lima de leviano e disse que sua estratégia acabaria servindo de defesa para Dirceu, por absoluta falta de provas.

Oposição – O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), e Demóstenes Torres (PFL-GO) admitiram que Lima não correspondeu à expectativa. Mas os dois insistiram em que houve negligência de Dirceu, ao não demitir Waldomiro no ano passado. O líder do PFL, José Agripino (RN), avaliou que a instabilidade provocada ontem pela promessa de Lima mostra “que o governo está inseguro e o mercado não confia no governo”.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que depois converteu a sós com Mercadante, chegou a propor a instalação da CPI do caso Waldomiro em troca do compromisso da oposição de votar os temas da chamada agenda positiva do governo. “Temos que trabalhar pela economia, sim. Mas pegar ladrão pela gola também”, afirmou.

TV Senado é arma poderosa nas mãos da oposição

Ontem, rede mostrou ao vivo duas horas de ataques e respostas sobre o caso Waldomiro

ROSA COSTA

BRASÍLIA – Por cerca de duas horas, na tarde de ontem, a TV Senado exibiu bons momentos da vida política brasileira. A partir do alardeado discurso do senador Almeida Lima (PDT-SE), que prometia revelações sobre as ligações do ministro José Dirceu com o chamado caso Waldomiro, o canal exibiu uma sucessão de respostas e comentários – de Ideli Salvatti (PT-SP), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Heloísa Helena (sem partido-AL) – que culminaram com uma irônica leitura, pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), do indinado protesto feito por Dirceu, em 2002, contra as manobras do governo Fernando Henrique para impedir a instalação de uma CPI.

Foi a repetição de um fato que já se tornou hábito: a TV Senado se transformou numa arma poderosa da oposição. Diante do fraco desempenho dos senadores da base governista, um telespectador desavisado que sintonizar o canal no horário das sessões poderá achar que está diante da TV da Oposição.

Há quem acredite que, apesar da audiência modesta, esses discursos poderão ter um peso maior que em outros anos nas eleições municipais de outubro. Talvez seja por isso que a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), tenha se transformado num alvo predileto dos opositoristas. Como ela não conseguiu se aproximar do PMDB, sua defesa fica restrita a eventuais declarações do ex-marido, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Politizados – A audiência do canal, segundo o presidente do Instituto de Estudos da Televisão (IESTevê), jornalista Nelson Hoineff, é constituída por pessoas politizadas e formadoras de opinião. Um ponto favorável ao político que aparece no canal, diz Hoineff, é que a emissora “é bem feita, bem programada e foge do estereótipo das demais tevês públicas”.

Se, no segundo semestre, o canal também ficar disponível pela tevê aberta, como está planejado, alcançará um público bem maior. “A TV Senado é hoje o nosso melhor palanque”, assegura o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). “Quando estou no interior e as pessoas dizem que me viram discursando, sei logo que foi pela TV Senado”, complementa o senador Demóstenes Torres (PFL-GO). A diretora do canal, Marilena Chiarelli, lembra que a TV é sintonizada em 76 cidades via cabo, segundo dados da Associação Brasileira de Tévês por Assinatura.

Denúncia se baseou em texto já publicado

LUCIANA NUNES LEAL

RIO – O relatório que serviu de base para o discurso do senador Almeida Lima (PDT-SE) começou a ser redigido em 10 de junho do ano passado e foi atualizado no mês seguinte pelo delegado da Polícia Federal Hebert Reis Mesquita. O documento era uma representação enviada à Justiça Federal solicitando a quebra de sigilo bancário e fiscal de Waldomiro Diniz e de outro ex-presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro, Daniel Homem de Carvalho. Pedia ainda a autorização para apreensão de documentos na sede da Loterj. O Estado revelou o conteúdo do relatório no último dia 27.

O delegado informa que Waldomiro “tem seu nome ligado a denúncias de envolvimento com a máfia da jogatina e participação em esque-

mas de desvio de recursos de verbas publicitárias da Loterj, como descrevem reportagens ora transcritas”. As reportagens, do jornal *O Dia* e da revista *IstoÉ*, falam de uma suposta “operação abafa” em que o ministro José Dirceu teria pedido ao ex-governador do Rio Anthony Garotinho para não investigar denúncias contra Waldomiro na Loterj, de seu envolvimento com pessoas ligadas à máfia italiana e seu lobby em favor da Gtech.

Mesquita resume tudo o que foi investigado sobre irregularidades em bingos fluminenses. Diz estar apurando “prevaricação, concussão e/ou corrupção de diretores e servidores da Loterj”, e alega que a Loterj não cumpre seu papel de fiscalização dos bingos. Ele cita “sólidos indícios apontadores de improbidades administrativas e, até mesmo, da existência de ilícitos penais”.

Péres faz Dirceu provar do próprio veneno

Senador leva à tribuna artigo de Dirceu, de 2002, no qual ele faz defesa veemente de CPI

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA – O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), utilizou ontem um artigo escrito em 2000 pelo então presidente do PT, José Dirceu, hoje ministro da Casa Civil, para dizer que o partido hoje no governo age e fala exatamente o contrário de quatro anos atrás, quando tenta impedir a instalação de uma CPI do caso Waldomiro Diniz.

Ao defender a instalação de uma CPI que investigaria as relações do então secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, que trocara telefonemas com o juiz Nicolau dos Santos Neto (preso pelo desvio de verbas do TRT paulista), Dirceu opinou que “até as pedras sabem que a crise da economia nada tem a

ver com a instalação da CPI, mas com a política econômica do governo”. Péres lembrou que a mesma política é a praticada pelo governo do PT, provocando risos no plenário.

Virando-se para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Péres disse que em 2000 Dirceu tentara demonizar o parlamentar baiano porque ele ajudava o governo da época a sepultar CPIs. Hoje ACM é aliado do Planalto contra a instalação da CPI. “Vejam como é engraçada a vida pública brasileira! Que belo teatro é esse! Mas às vezes teatro mambembe, de atores canastrões.”

Prosseguiu: “O País vive uma crise. Uma pessoa situada na ante-sala presidencial foi flagrada cometendo atos de corrupção e a Nação quer saber, a sociedade brasileira toda quer saber, creio eu, o que há por trás disso: o que mais aquele cidadão fez, em nome de quem, envolvendo quem. Ou não quer? É obrigação nossa dar es-

sa resposta à Nação. Mas vou deixar a tribuna”, disse Péres. “Vou passar a palavra ao ministro José Dirceu, que era então presidente do PT e escreveu este artigo, intitulado ‘A CPI’.”

Péres perguntou: “Sabem qual era a principal acusação ao Eduardo Jorge? Que ele teria conversado pelo telefone com o juiz Nicolau, sobre o qual à época não pesava nenhuma acusação. Mas se achava estranho que o Chefe da Casa Civil conversasse com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e se pedia a CPI.” A seguir, Péres passou a ler partes do artigo de Dirceu, como esta: “Mais uma vez o governo FHC faz de tudo para im-

pedir a instalação de uma CPI (...) Agora tudo se agravou para o governo e para a aliança política que o sustenta, formada pelos partidos PSDB, PMDB, PFL, sempre com apoio do PPB e do PTB”. Péres fez uma

pausa para comentar que tirando-se PFL e PSDB, os partidos citados por Dirceu estão no governo.

Voltou ao artigo: “O próprio governo, que não tem conseguido deter o volume de denúncias (...), reconhe-

ceu a existência de corrupção e passou a investigar. Salta à vista o absurdo da lógica palaciana. O Executivo pode investigar, o Judiciário e o Ministério Público também podem, mas o Legislativo, não. A verdade nua e crua é simples: a CPI tem poderes que desvendam a corrupção, prova e aponta os responsáveis. Daí o temor e o medo do governo e do Presidente da República desta CPI.”

“Os outros argumentos governistas são risíveis. Dá dó”, leu Péres. “E quais eram os argumentos?”, questionou ele, voltando ao artigo de Dirceu: “Trata-se de manobra da oposição com objetivos eleitorais, de que a CPI desestabilizará a economia.” Para Péres, o artigo é hoje uma peça humorística, principalmente por suas argumentações sobre a ação do Planalto: “A pobreza dos argumentos do governo é tanta que até o risco de uma crise institucional veio à tona.”

“Vejam como é engraçada a vida pública brasileira! Que belo teatro é esse! Mas, às vezes, de atores canastrões”

Jefferson Péres

anu. e ur isso, cautela ajuda e sanimos omeu o mercado, 0,88% em janeiro. Pág. B3

Relatório de 2003 da PF sobre Loterj revela irregularidades de Waldomiro

Investigação da PF no Rio foi enviada à Justiça Federal

Investigação da Polícia Federal em 21 bingos do Rio, iniciada em 2001, revela que, na gestão do ex-assessor de assuntos parlamentares da Presidência Waldomiro Diniz à

frente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), foram cometidas diversas irregularidades, entre as quais “prevaricação e corrupção de diretores e servidores da Loterj”.

A avaliação está em relatório preparado pela PF e enviado à Justiça Federal em 10 de junho de 2003. Ontem houve várias manifestações contra o fechamento dos bingos. Pág. A4

Destaque para a matéria sobre o relatório na primeira página do Estado, na sexta-feira, dia 27

Waldomiro depõe e é indiciado por prevaricação

Ele foi acusado de ter facilitado a sonegação de impostos de bingos quando era presidente da Loterj

EDSON LUIZ

BRASÍLIA – O ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz reapareceu ontem, depois de quase 20 dias de sumiço, para prestar depoimentos na Polícia Federal. Ao final de mais de três horas de interrogatório, o ex-assessor palaciano foi indiciado por prevaricação, sob a acusação de ter facilitado a sonegação de impostos de casas de bingos quando era presidente da Loterj, entre 2001 e 2002.

Pela primeira vez desde que estourou o escândalo em que ele é acusado de envolvimento com o bicheiro Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o ex-assessor da Casa Civil falou, em rápida entrevista, à saída da Polícia Federal, ontem à noite: “Neste momento, sou o maior interessado em buscar a verdade. Estou confiante na Justiça brasileira e nas investigações que

estão sendo desenvolvidas.”

Tenso e em silêncio ele permaneceu durante as mais de três horas em que passou no prédio da superintendência da Polícia Federal. Alegando que só daria suas respostas em juízo, ele não respondeu a nenhuma das 50 perguntas feitas pelo delegado Antonio Cesar Nunes, responsável pelo inquérito que apura se ele recebeu ou não propina do bicheiro Cachoeira. Em uma hora e meia de interrogatório, Waldomiro só demonstrou descontração por alguns segundos, quando o delegado lhe perguntou qual era sua profissão. “Sou funcionário público”, disse, com um leve sorriso no rosto.

Neste inquérito, a Polícia Federal pode, tecnicamente, indiciar Waldomiro Diniz por improbidade administrativa ou por crime eleitoral, já que as fitas divulgadas pelo bicheiro Carlinhos Cachoeira – onde ele aparece pedindo doação de campanha e supostamente cobrando propina – já foram periciadas e sua veracidade comprovada. Mas a PF não deverá fazer o indiciamento, pois Waldomiro, ape-

sar da opção pelo silêncio, não tem se negado a comparecer aos depoimentos.

AGU – No segundo depoimento do dia, também na Polícia Federal, o ex-assessor palaciano manteve a estratégia definida por seu advogado Luiz Guilherme Vieira. Waldomiro foi ouvido pelo delegado Herbert dos Reis Mesquita, da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Federal do Rio de Janeiro, sobre supostas irregularidades que teria cometido na presidência da Loterj, entre 2001 e 2002. Neste inquérito ele foi indiciado por prevaricação.

Hoje, o ex-assessor do ministro da Casa Civil, José Dirceu, deverá depor no Ministério Público Federal. Ontem, enquanto estava na PF, Waldomiro recebeu de um

advogada da Advocacia-Geral da União (AGU) uma intimação para depor dia 12 na Comissão de Sindicância da Palácio do Planalto. Também no dia 16 está previsto outro depoimento: ao delegado Alfredo Junqueira, da PF, responsável por um inquérito

pedido pelo próprio Waldomiro, em julho do ano passado, no qual ele acusa a revista *IstoÉ* de crime contra sua honra. Na ocasião, a revista publicou as primeiras denúncias de irregularidades praticadas por Waldomiro Diniz.

Acompanhado do advogado

Luiz Guilherme, o ex-assessor palaciano chegou de táxi ao prédio da Polícia Federal. O assédio dos jornalistas não o perturbou. Waldomiro estava tenso mas manteve a calma e o equilíbrio, não se irritando com o o número de pessoas que queriam ouvi-lo.

**ELE NÃO
RESPONDEU
A NENHUMA
DAS 50
PERGUNTAS
FEITAS
PELA PF**

Aliados querem manter texto da MP dos Bingos

DENISE MADUEÑO
e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – O governo e os líderes aliados na Câmara decidiram manter o texto original da Medida Provisória 168, que proibiu as casas de bingo e a exploração de caça-níqueis em território nacional. “É a posição do governo, que as lideranças por unanimidade apoiaram”, afirmou o líder do PSB, Renato Casagrande (ES), depois de uma reunião com o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, no Palácio do Planalto. A orientação do Planalto é votar a MP ainda em março.

A Câmara tem até 5 de abril para aprovar ou rejeitar a medida provisória. Depois dessa data, a MP passará a trancar a

pauta de votações na casa.

De acordo com os líderes que participaram do encontro, se houver qualquer alteração na MP, ela só será permitida para tornar a proibição ainda mais abrangente e severa. Mesmo que surjam resistências à proibição, “esta questão precisa ser levada ao rigor da lei”, afirmou o líder do PMDB, José Borba (PR).

No encontro com o ministro Rebelo, ficou esclarecido também que o governo não pretende enviar ao Congresso uma nova medida provisória, com o objetivo de incluir novas modalidades de jogos na proibição.

**CÂMARA
TEM ATÉ
5 DE ABRIL
PARA VOTAR**

“É total prioridade aprovar a MP dos Bingos e mudá-la só se for para torná-la mais rígida, mas isso seria feito no relatório, sem necessidade de envio de outro texto pelo governo”, afirmou Renato Casagrande. De acordo com o deputado Vicente Cascione (SP), vice-líder do PTB, a relatoria deverá ficar com o seu partido ou com o PT. Na sua avaliação, a MP deve mesmo

ser votada em 20 dias. O governo e os aliados prometem ainda não se sensibilizar com o argumento, usado por empresários de jogo e por sindicalistas, de que o fecha-

mento dos bingos vai acabar com milhares de empregos.

Hoje, por exemplo, a Força Sindical promete realizar uma grande manifestação em frente ao Congresso para pedir a rejeição da MP e a abertura das casas de bingo o mais rápido possível. São esperadas cerca de 10 mil manifestantes no protesto.

Lavagem – “Não vamos defender empregos precários. Emprego, para nós, é aquele com carteira assinada, que respeita os direitos dos trabalhadores. Queremos ver que empregos são esses. Casa de jogo e máquina caça-níquel só servem para lavagem de dinheiro”, disse o vice-líder do governo, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS). “A ordem do governo é proibir o jogo e encerrar esta discussão.”

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) –

VICE DE LULA A FAVOR DA CPI

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado em matéria publicada no jornal **O Globo**, de 12 de março do corrente.

A matéria, intitulada “*Alencar: ‘Se fosse senador, eu seria a favor da CPI, como sempre fui’*”, mostra novamente as discordâncias que existem dentro do próprio governo com relação ao escândalo Waldomiro Diniz. Na última semana, foi a vez do Vice-Presidente da República, José Alencar, que disse considerar legítima a pressão da oposição para investigar o caso do ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República.

Além disso, a política econômica foi, mais uma vez, alvo de críticas do Vice-Presidente.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O GLOBO

12-3-2004

FOGO AMIGO: VICE VOLTA A CRITICAR A POLÍTICA DE JUROS ALTOS E O BANCO CENTRAL

Alencar: ‘Se fosse senador, eu seria a favor da CPI, como sempre fui’

Vice de Lula lembra, porém, que seu partido é aliado do PT no Congresso

Belo Horizonte. Em novo sinal de discordância com a cúpula do governo, o vice-presidente José Alencar voltou a afirmar ontem que, se fosse senador, votaria a favor da CPI para investigar as denúncias contra Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil. Em sua residência, onde se recupera de uma cirurgia, Alencar disse considerar legítima a pressão da oposição para investigar o caso do ex-assessor, acusado de cobrar propina de bicheiros.

– Se fosse senador, eu seria a favor da CPI, como sempre fui. Mas sou aliado. O meu partido é aliado do PT. Sou aliado do Lula.

Além disso, fiquei 20 dias de licença e não posso opinar muito sobre o assunto – afirmou Alencar, que recebeu a visita do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT).

Vice volta a defender queda da taxa de juros

A política econômica foi mais uma vez alvo das críticas de Alencar, que centrou seus ataques no Banco Central. O vice-presidente defendeu mais uma vez a redução das taxas de juros. Ele considerou legítima a cobrança feita pelo PT de mudança na política econômica, o que segundo ele é a posição natural do partido.

– Fiz campanha com o PT com esta proposta. Essa posição é natural do partido, foi pregada nos palanques na campanha eleitoral. Não é uma novidade para o Brasil. O Brasil conhece a marca do PT. Fiz aliança com o PT e o Lula embasado nesse discurso. Fizemos isto durante a vida toda – afirmou.

Alencar poupou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci:

– É um grande brasileiro, inteligente e capaz. O que combatemos é uma política monetária que leva 27% da receita tributária bruta do país de juros, ao lado de uma política fiscal correta. O Palocci é defensor de uma política fiscal austera e responsável. O Banco Central é quem administra a política monetária. Mas o objetivo não pode ser apenas a inflação. Tem de ser o crescimento da economia.

Alencar disse ainda que o fato de Minas Gerais ficar sem o representante do Ministério dos Transportes não foi decisão sua, mas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Semana que vem, o ministro Anderson Adauto, indicação de Alencar, será substituído pelo prefeito de Manaus, Alfredo Nascimento. Alencar defendeu para Minas Gerais a direção geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura em Transportes Terrestres (Dnit), por ser o estado com a maior malha rodoviária do país.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PERDAS E GANHOS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitula-

do "Perdas e Ganhos", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, publicado no **Jornal do Brasil**, de 8 de março do corrente.

O artigo, publicado na data em que se comemora o dia internacional da mulher, destaca as conquistas femininas das últimas décadas e a importância crescente da participação das mulheres na vida pública.

Ao cumprimentar as mulheres do País, em nome de todos os Senadores do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, requeiro, Sr. Presi-

dente, que o artigo publicado no **Jornal do Brasil**, de 8 de março do corrente, seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Perdas e ganhos

LÚCIA VÂNIA
SENADORA (PSDB-GO)

A escritora gaúcha Lya Luft, mestra na arte de manusear as palavras, encontrou a definição perfeita para titular seu *best-seller* sobre a atual condição humana. Quando se desperdiçam adjetivos para exaltar a condição feminina, é preciso recorrer à razão para refletir sobre nossas "perdas e ganhos".

É um desafio desmistificar as armadilhas que criamos e que nos impedem de destruir plenamente as conquistas femininas das últimas décadas. Para ocupar espaços negados por séculos, as mulheres pregaram uma igualdade entre os gêneros que, hoje, admitimos, precisa ser revista.

Fruto da emancipação feminina, mas também da necessidade econômica, as famílias dependem cada vez mais das chefias femininas. Hoje, 35% dos lares são comandados por mulheres e somos mais de 40% da força de trabalho. Situação jamais sonhada por nossas avós que precisavam de autorização do marido para viajar ou sair à rua.

Mas, nem tudo são ganhos. Ainda pleiteamos remuneração igual e as mesmas oportunidades

conquistadas pelos homens. E, na vida privada, a mulher assume sozinha a dupla jornada e a responsabilidade pelo planejamento familiar.

É um ponto que merece reflexão: o mercado de trabalho nos impôs a dupla jornada? Ou foi a sociedade que negou o suporte necessário ao desempenho dos papéis de mãe e de profissional? Esse é um problema que aflige a maioria das trabalhadoras. No entanto, com quem deixar os filhos é tratado como assunto individual e não uma questão de política pública. Cabe a nós o trabalho político de manter essa coabitação permanente.

Na conta dos ganhos, avançamos na questão do combate à violência contra a mulher, que ganhou maior visibilidade e passou a integrar a agenda nacional. Computamos, também, o maior acesso à universidade e a presença expressiva nos terrenos profissionais estritamente masculinos, além dos avanços do novo Código Civil e nas leis trabalhistas.

Em contrapartida, na lista de perdas, entra o desgaste da saúde provocado pela pressão do cotidiano. Doenças que antes eram tipicamente masculinas atingem hoje maior número de mulheres. Na

década de 70, por exemplo, de cada 10 pessoas que sofriam enfarte, nove eram homens. Em 2000, a proporção quase se igualou: menos de 3 homens para cada enfarte feminino.

No afã de conquistar espaço, abrimos mão de nossa condição singular e agora pagamos um alto preço por isso. Portanto, é a nós que compete defender maiores investimentos em políticas de saúde adequadas e melhores condições de trabalho.

As trabalhadoras compõem a maior parcela da população diretamente afetada pelos desalentadores indicadores econômicos. Do total de 2,4 milhões de pessoas procurando trabalho em seis regiões metropolitanas analisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas em janeiro, 54,4% eram mulheres.

A situação preocupante da economia oferece hoje às mulheres a oportunidade de retomar bandeiras erguidas com sucesso em outros tempos contra a inflação e em defesa do controle de preços. Ainda mais: devemos nos posicionar de forma determinada contra a corrupção e em defesa da aplicação correta dos recursos públicos, valorizando o bom desempenho de

prefeitas de diversos partidos.

Sabemos que as desigualdades não estão relacionadas ao fato de termos nascido homens ou mulheres. Mas, sim das relações dos papéis sociais. Sendo as relações entre os gêneros construídas culturalmente, elas podem ser transformadas. O que depende da maior participação da mulher em várias esferas, principalmente a política.

Há um imenso espaço a ser ocupado pela mulher na vida pública, seja nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias, no Executivo ou no Judiciário. Mas é preciso perder pudores e ampliar nossa participação partidária, ainda reduzida nas executivas nacionais e regionais dos partidos.

Temos de consolidar nossos ganhos. Eles serão efetivos a partir do nosso empenho em participar ativamente da vida pública. Sem recorrer às receitas fáceis da sedução, mas sem abrir mão do pensar e do agir femininos. Não podemos mais delegar apenas aos homens a responsabilidade de decidir sobre questões políticas que tanto afetam nossas vidas.

Lúcia Vânia é presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE.
Sem apanhamento taquigráfico.) –

É HORA DE GOVERNAR

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo intitulado “O problema (ou a solução) tem nome: é Lula”, de autoria do colunista Elio Gaspari, publicado no jornal **O Globo**, de 10 de março do corrente.

O texto, de extrema atualidade, pelo que entendo que a sua inserção nos anais do Senado é oportuna, mostra que, “passado mais de um ano de sua

posse, ainda não há um só exemplo de política pública com resultados relevantes que se possa atribuir a Lula”.

O Presidente Lula recebeu o mandato da população brasileira para governar; já está na hora de começar a exercer esse mandato.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O problema (ou a solução) tem nome: é Lula

ELIO GASPARI

Pode-se pensar que o nome do problema seja José Dirceu. Quem sabe. Afirmando: “Dirceu? Ou até Luiz Gushiken. Lançando os três resulta uma vitória megalomana, astuta e autista. Se o problema estiver aqui, será fácil de resolver. O problema dos próximos três (ou sete) anos da política brasileira chamase Lula.

Em 2002 ele foi designado solução por 52 milhões de brasileiros e esse fato legítima o que fez, faz e fará no exercício do mandato que a sociedade brasileira lhe conferiu. Se ao chegar aos palácios do Planalto e da Alvorada ele emborachou biografia, imagem e identidade numa papoca marqueteira, o problema é dele. Os brasileiros elegeram um sindicalista do AOC e ganharam um presidente que não herdou de seu antecessor.

Passado mais de um ano de sua posse, ainda não há um só exemplo de política pública com resultados relevantes que se possa atribuir a Lula. Há grandes intenções, com pequenos resultados. Há muito deslumbramento para pouca administração, muito cravo e canela para pouca Gabriela.

Quando omesse o presidente da República dizer que sua zine nasceu em Anápolis, temese que o Brasil tenha entrado num processo de regressão in-

tellectual. Todas as coisas nascem aqui, a um só tempo falsa e ignorante. Um chefe de gabinete civil centralizando a coordenação política e administrativa foi experiência inédita na redemocratização brasileira. Fora desse período, os chefes do Gabinete Civil só tocavam governos que tinham chefe. O general Emílio Médici era o chefe do professor João Leão de Azeite e do superministro José Lucena. Poderia tocar o governo for-

tes verificar a prudência do gesto. Há apenas um caso em que os chefes do Gabinete Civil (Golbery e Leão de Azeite) pairaram acima do gabinete presidencial. Isso ocorreu durante a presidência do general João Batista Figueiredo. Livre-se Lula de ser comparado a ele. Por enquanto, guardam semelhanças superficiais e o desconforto com o palácio apertado.

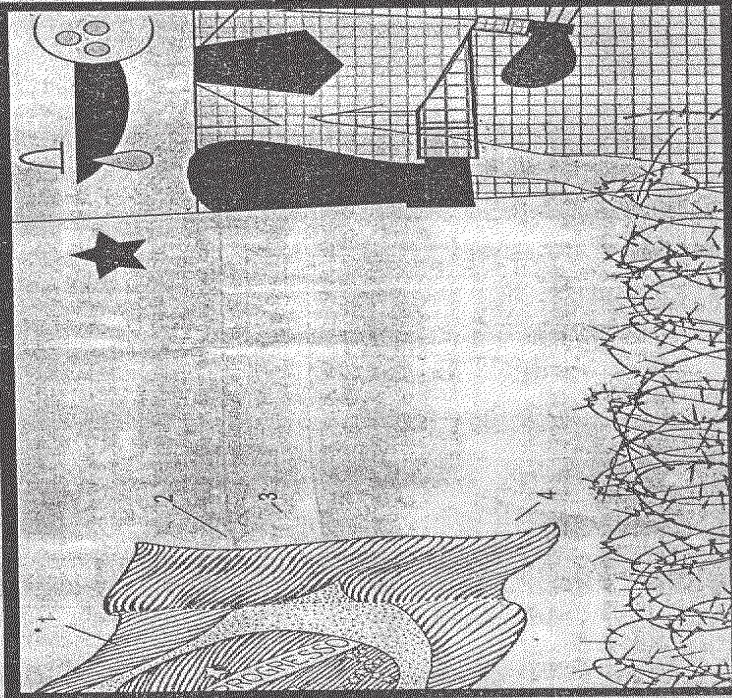
O presidente da República obrigase a dar pelo menos cinco horas de expediente diárias, a ler algo como 20 páginas e a ouvir (com a real intenção de entender) pelo menos cinco interlocutores. Isso é pouco mais do que se exige de um gerente de banco. Não é exatete quer que o presidente passe por isso.

A ideia segundo a qual o Brasil pode ser governado de ouvido é falsa. Isaac Newton, gripado, talvez não conseguisse mostrar que a lei da gravidade fazia sentido. Há coisas que devem ser lidas. Um país de 170 milhões de almas difere de um sindicato. Ele não pode ser dirigido num mesão, onde cada um fala e o chefe desempata.

Lula recebeu da sociedade brasileira um mandato para ser solução. Caso acredite que pode reverter essa delegação, retalhando-a entre companheiros como Dirceu, Palocci e Gushiken, terá transformado a solução em problema.

ELIO GASPARI é jornalista.

Coatão



O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quando comemoramos o Dia Internacional da Água, apraz-me assomar a esta Tribuna para saudar o transcurso de uma data tão importante e tão cheia de significados. Mas faço-o, também, para saudar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela realização da quadragésima Campanha da Fraternidade, que este ano aborda o tema “Fraternidade e Água”.

A escolha desse tema, Sr. Presidente, foi de rara felicidade, diante do agravamento das condições de vida de grande parte da população brasileira e de outras partes do mundo, em razão da escassez de água própria para o consumo ou da insuficiência desse recurso para as atividades produtivas.

Já há algum tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores, a humanidade vem tomando consciência de que a água, mesmo nas regiões de maior abundância, deve ser utilizada com sabedoria, evitando-se os desperdícios e a deterioração de sua qualidade. Essa não era a percepção de nossos antepassados, com exceção daqueles que habitavam regiões mais áridas.

Hoje, porém, essa preocupação é bastante generalizada, e para isso contribuíram tanto o crescimento demográfico quanto o modo de vida e a forma de organização das sociedades contemporâneas, em todos os aspectos: as grandes concentrações urbanas, o surto de industrialização, a agricultura irrigada, a geração de energia elétrica, etc. Essa multiplicidade dos usos da água tem levado governantes, pesquisadores, técnicos, empresários e a população em geral a buscar um sistema integrado de gestão desse recurso, para que todos sejam contemplados. Nesse ponto, há que se destacar um grande passo que demos com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e a criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, pela Lei nº 9.433, de 1997; e, três anos depois, com a criação da Agência Nacional de Águas, que faz parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e é vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, numa demonstração de que os recursos hídricos, em nosso País, são considerados “de importância estratégica”.

Ainda assim, Sr. Presidente, e ainda que o Brasil seja um país privilegiado, detentor de nada menos que 12% de toda a água doce do planeta, precisamos nos manter alertas, conscientes e atuantes.

Embora a água seja abundante em nosso País, é preciso ter em mente que sua distribuição no território nacional é muito irregular, por se concentrarem na região Norte, onde se localiza o Estado do Amapá, que tenho a honra de representar nesta Casa, cerca de três quartos de todo o potencial hídrico brasileiro. Além disso, é preciso ter em mente que esse recurso vem escasseando paulatinamente, como consequência da destruição dos mananciais e de múltiplas formas de poluição. Não custa lembrar que a grande maioria das mortes de crianças na faixa de zero a um ano de idade decorre de doenças de veiculação hídrica; e, também, que, nada obstante a abundância de água em nosso País, quase 100 milhões de brasileiros vivem em moradias desprovidas de sistema de esgoto.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com muito acerto, escolheu esse tema para a Campanha da Fraternidade 2004, que tem como lema “Água, fonte de vida”. Com a campanha, a CNBB quer chamar a atenção de todos para o fato de que a água não é apenas um bem econômico, mas uma necessidade de todos os seres vivos. E justifica: “Todas as formas de vida dependem de água. Não existe vida onde não há água. Por isso, do ponto de vista biológico, água e vida não podem ser separadas.”

O texto-base da Campanha da Fraternidade 2004 destaca que também a saúde depende da água. “A maioria das doenças do planeta é causada pelo uso de água imprópria para o consumo humano. Hoje em dia, segundo a Organização das Nações Unidas, aproximadamente 1 bilhão e 200 milhões de pessoas não têm água de qualidade para beber e 2 bilhões e 400 milhões não têm serviços sanitários adequados. A cada ano – acrescenta o documento – morrem dois milhões de crianças devido a doenças causadas por água contaminada.”

Como sempre ocorre, Sr. Presidente, a situação se agrava nos países periféricos, que não dispõem de recursos financeiros, de infra-estrutura e de tecnologia para garantir boas condições sanitárias. “Nos países mais pobres – assinala o texto-base da CNBB – uma em cada cinco crianças morre antes dos cinco anos de idade por doenças relacionadas à água. A metade dos leitos hospitalares do mundo está ocupada por pacientes afetados com enfermidades relacionadas à água.”

Em outro trecho, o documento lembra que no Nordeste brasileiro, mais especialmente na região semi-árida, embora haja uma pluviosidade média de 750 milímetros/ano e índices regulares de disponibilidade desse bem, a ausência de água potável representa uma tragédia. Entretanto, regiões brasileiras com abundância de água, como o Pantanal e a Amazônia, também enfrentam problemas de abastecimento de água potável, o que exige um esforço do Governo, das comunidades afetadas e de todos os segmentos da sociedade. “Poluir as águas, danificar os rios e os lençóis subterrâneos, destruir nascentes e depredar mangues significa atentar contra todas as formas de vida. Nesse sentido – enfatiza a CNBB – a água tem uma dimensão vital e ética que precisa ser cultivada”.

Para reverter essa situação, de escassez ou de degradação da qualidade da água, e também para torná-la acessível a todos, o colegiado dos bispos brasileiros propõe-se, e conclama para essa tarefa toda a sociedade brasileira, religiosos e leigos, a desenvolver uma ampla campanha de conscientização e de mobilização para que o direito a esse bem seja garantido para as gerações presentes e futuras.

Especificamente, a CNBB, entre outros objetivos, recomenda conhecer a realidade hídrica do nosso território a partir da realidade local; desenvolver uma mística ecológica que resgate o valor da água; apoiar as iniciativas já existentes que visam à preservação das águas, à captação da água das chuvas e à recuperação dos mananciais degradados; despertar a solidariedade entre aqueles que dispõem desses recursos e aqueles que a ele não têm acesso; e defender a participação popular na elaboração das políticas hídricas, para que a água, de fato, se torne de domínio público.

Dentro de sua estratégia de conhecer a realidade, analisá-la e em seguida agir, a CNBB orienta a Igreja, especialmente os movimentos pastorais, mas também outras entidades religiosas e a população laica, a aumentar sua participação nos fóruns de discussão sobre o uso da água, a visitar os mananciais e a atuar junto aos comitês das bacias hidrográficas, entre outras ações. Mas chama a atenção, também, para a responsabilidade individual no uso desse bem, com orientações práticas sobre as formas de economizar água em nossas atividades rotineiras.

Ao festejar o transcurso do Dia Internacional da Água, sinto-me feliz em verificar que a sociedade brasileira, tal como já ocorre em outros países, vem se conscientizando para a necessidade de usar racionalmente esse recurso. A Campanha da Fraternidade, da CNBB, é um exemplo desse processo de conscientização e de mobilização da sociedade para que a água de boa qualidade possa ser acessível a todos dessa geração e das gerações vindouras. Por isso, quero cumprimentar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela feliz escolha do tema deste ano e encerrar este pronunciamento com uma citação do texto-base da Campanha da Fraternidade: “A água é patrimônio de todos os seres vivos, não apenas da humanidade. Nenhum outro uso da água, nenhum interesse de ordem política, de mercado ou de poder, pode se sobrepor às leis básicas da vida.”

Muito obrigado!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com enorme pesar que registro o falecimento, ocorrido ontem, domingo, na cidade de Cuiabá, do Doutor Cássio Leite de Barros, ex-Governador do antigo Estado do Mato Grosso. Com falência múltipla de órgãos, Doutor Cássio, como era carinhosamente chamado por seus inúmeros amigos e correligionários, morreu aos 77 anos de idade.

Jornalista, advogado e pecuarista, Doutor Cássio cumpriu um importante papel de articulador político em nossa região. Coube-lhe participar de um relevante, mas extremamente difícil e delicado momento da história recente do Mato Grosso. Como Governador do Estado ainda integrado, foi com muito equilíbrio, sabedoria e firme liderança que ele conduziu a divisão da antiga unidade federada em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Vários testemunhos apontam no Doutor Cássio uma personalidade agregadora, que jamais fugiu às responsabilidades e sempre procurou servir à cidade de Cuiabá e ao Estado. Mas se buscarmos um epíteto, uma só expressão para a sua prodigiosa existência, provavelmente tenhamos que concordar com um de seus bons amigos, o também pecuarista Manoel Martins de Almeida, para quem o ex-Governador foi, sobretudo, um pantaneiro.

E isso, exatamente porque Cássio Leite de Barros marcou grande parte de sua vida por uma ativa e

altiva defesa, nos mais distintos foros e instâncias, do Pantanal mato-grossense, que era sua grande paixão. Ele conhecia como poucos o cotidiano da mulher e do homem pantaneiros; era um admirador e incentivador da cultura que se formou e consolidou no Pantanal.

Doutor Cássio Leite de Barros deixa viúva dona Darcy Miranda de Barros, sua companheira de mais de meio século, com quem teve cinco filhos, que, por sua vez, geraram 15 netos; deixa também dois bisnetos. A seus familiares, em especial a dona Darcy, externo aqui as minhas condolências e homenagens pela perda irreparável, que é também de toda a sociedade mato-grossense.

Era, Sr. Presidente, o registro que me incumbia fazer – mas reitero, com grande pesar – na qualidade de representante do bravo povo do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a água é provavelmente o bem social mais importante deste Século XXI, pois dela depende diretamente a sobrevivência de pessoas, animais, plantas e o desenvolvimento de todas as atividades humanas, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços.

Não pretendemos fazer comparações entre fome, sede e doenças, no entanto cada um de nós conhece o sofrimento e a gravidade do flagelo das secas no semi-árido nordestino, em decorrência da falta de água, que também tem atingido outras regiões do País.

Os problemas decorrentes dos desequilíbrios climáticos mundiais certamente têm contribuído para levar secas e enchentes a regiões que anteriormente pareciam imunes a esses fenômenos da natureza, levando prejuízos a milhares e milhares de pessoas.

O Brasil é privilegiado em termos de oferta de água, pois dispomos da maior quantidade de água doce do planeta, cerca de 12% do total mundial, com nossos doze mil rios e córregos e a maior concentração de água doce existente no mundo: a Região Amazônica.

Como país dos contrastes, o Brasil enfrenta fome e sede em muitas regiões, possivelmente em decorrência da utilização irracional dos nossos estoques de água.

A abundância de água e a exuberância do Rio Amazonas, dos nossos outros rios e cachoeiras parece que contribuíram para que os brasileiros esquecessem que a água não é um recurso infinito e, muito menos, que não deve ser utilizada de forma irresponsável.

O lançamento de esgotos sem tratamento, em rios e mananciais importantíssimos para a vida dos homens, das plantas, dos animais, tem contribuído para afetar o equilíbrio ambiental de longo prazo, tornando o Brasil, ao mesmo tempo, rico e pobre em matéria de água.

Temos que 60% do lixo produzido no Brasil não recebem tratamento adequado. Muitas vezes, o lixo é jogado diretamente nos rios, com resíduos tóxicos, contaminando a água, dificultando seu tratamento, tornando a água imprópria para o consumo humano e criando dificuldades financeiras, muitas vezes intransponíveis, para um grande número de pequenos Municípios e populações em todo o Brasil.

Em São Paulo, a SABESP gasta aproximadamente 170 mil toneladas de produtos químicos e materiais de tratamento da água por ano, pois a água chega às estações de tratamento cada vez mais suja e poluída, aumentando exponencialmente os custos dessas operações.

O problema é muito grave, tanto em termos de custo econômico-financeiro como de oferta de serviços públicos, assim como de controle ambiental, requerendo uma conscientização muito maior por parte da população, dos políticos, com uso dos meios de comunicação social.

Um só dado é suficiente para demonstrar a insustentabilidade, no longo prazo, dessa situação: para aumentar em 8% a oferta de água potável, nos últimos anos, a SABESP gastou 40% a mais com produtos químicos e materiais de tratamento da água.

Parece um absurdo, no País com maior abundância de água do Planeta, hoje termos racionamento em diversas cidades importantes, como São Paulo e Recife, que não têm condições de ofertar a quantidade de água mínima exigível, pelos padrões recomendados pela Organização Mundial de Saúde, para uma população que cresce de forma vertiginosa, pressionando a oferta de serviços públicos, num período de grave crise das finanças governamentais da União, dos Estados e dos Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ONU elegeram o ano de 2003 como o “Ano Internacional da Água Doce”, como forma de alertar a humanidade para um dos mais graves problemas do Século XXI, por sua significância não apenas para o bem-estar da humanidade, mas principalmente por se tratar de questão de vida ou morte para muitas populações que hoje enfrentam a escassez de água potável e colocam em risco sua própria sobrevivência e das gerações vindouras.

Aqui não se trata de exagero de ecologistas, de militantes de partidos verdes, que muitas vezes desejam proibir o homem de ter acesso aos bens da natureza, em nome de um conservadorismo quase fanático e irracional.

Os efeitos desse tipo de irracionalidade no uso da água são verificados imediatamente no aumento de doenças e mortes em crianças, no grande número de internações hospitalares em decorrência de diarreias infecciosas e outras doenças fortemente correlacionadas com água poluída e falta de saneamento básico.

O problema da água doce, a poluição dos rios, o desmatamento, o assoreamento dos rios, o lançamento de esgotos in natura em mananciais importantes para a sobrevivência de muitas populações, tudo isso não pode ser desprezado, sob pena de, em algumas décadas, esgotarmos o suprimento de água doce do planeta, com muitas populações enfrentando sede.

O crescimento desordenado de muitos aglomerados urbanos, as megalópoles que hoje concentram mais de dez milhões de pessoas num curto espaço geográfico e representam uma quase impossibilidade de atendimento em termos de serviços públicos vitais, como água e esgoto sanitário, a morte de diversos rios que desapareceram pela ação predatória do homem e o desflorestamento acelerado são problemas que não encontram solução se não forem adotadas medidas corajosas e enérgicas para conter essas tendências deletérias.

Para se evitar um colapso no fornecimento de água doce para grande parte da humanidade, é preciso acabar com o desperdício, com a poluição, com o desmatamento, com o assoreamento dos rios e mananciais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso lembrar e relemburar, para que o Brasil tenha futuro, mesmo dispondo da maior dotação de água doce do planeta, que não podemos continuar a agir como se

esses estoques fossem inesgotáveis e pudessem ser poluídos de forma irresponsável.

As gerações vindouras merecem receber um mundo melhor do que aquele em que vivemos: os filhos dos nossos filhos não nos perdoarão se hoje não adotarmos políticas públicas que possam reverter esse grave quadro de degradação dos nossos recursos hídricos, em que uma dádiva divina, como a água, passa a se tornar quase uma maldição e causa de muitos males e doenças.

Tenho plena convicção de que todos os membros desta Casa, Senadoras e Senadores, têm consciência da gravidade do problema da água no Brasil e tudo farão para a solução desse problema da mais alta relevância para o futuro do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 148, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 148, de 2003, que *atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.*

Relator revisor: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 149, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 149, de 2003, que *autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa.*

Relator revisor: Senador Papaléo Paes (PMDB-AP)

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 12, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória
nº 150, de 2003)*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 150, de 2003, que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide (BLOCO/PT-RO)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 13, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória
nº 151, de 2003)*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 151, de 2003, que *dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

– 5 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 152, DE 2003

*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 152, de 2003, que *altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Dis-*

posições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra (BLOCO/PTB-RN)

– 6 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 14, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória
nº 153, de 2003)*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 153, de 2003, que *institui a Taxa de Avaliação **in loco** das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Maria do Carmo Alves (MINORIA/PFL-SE)

– 7 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 16, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória
nº 154, de 2003)*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 154, de 2003, que *autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.*

Relator revisor: Roberto Saturnino (BLOCO/PT-RJ)

– 8 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 15, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória
nº 155, de 2003)*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2004, proveniente da Medida

Provisória nº 155, de 2003, que *dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências*.

Relator revisor: José Jorge (MINORIA/PFL-PE)

– 9 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 156, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 156, de 2003, que *altera o caput do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROFAE*.

Relator revisor: Paulo Octávio (MINORIA/PFL-DF)

– 10 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 157, de 2003, que *altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes*.

Relator revisor: Renan Calheiros (PMDB-AL)

– 11 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 17, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 158, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 158, de 2003, que *dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências*.

Relator revisor: Senador Eduardo Suplicy (BLOCO/PT-SP)

– 12 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 159, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 159, de 2003, que *autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE*.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra (MINORIA/PSDB-PE)

– 13 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 160, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 160, de 2003, que *dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino e dá outras providências*.

Relator revisor: Senador Flávio Arns (BLOCO/PT-PR)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

(OS 12014)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR: JOSÉ SARNEY

**19-3-2004
Sexta-feira**

20:00 – Solene Concelebração Eucarística de Ação de Graças pelo exercício do ministério pastoral de Dom José Freire Cardeal Falcão e despedida de Dom Raymundo Damasceno Assis, como Bispo Auxiliar de Brasília

22:00 – Jantar em homenagem ao exercício do ministério pastoral de Dom José Freire Cardeal Falcão, como Arcebispo de Brasília

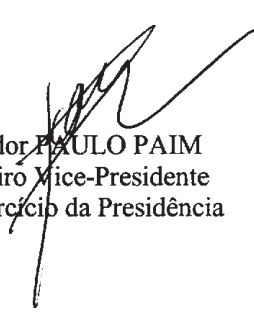
ATO DO PRESIDENTE**N.º 039 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **ELTON EDMUNDO POLVEIRO JUNIOR**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

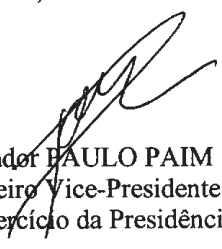
ATO DO PRESIDENTE**N.º 040 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **PAULO HENRIQUE BRANDAO**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

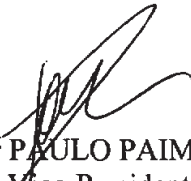
ATO DO PRESIDENTE**N.º 041, DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **PEDRO PEREIRA DA SILVA COSTA**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência


ATO DO PRESIDENTE**N.º 042, DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **LUIS ANSELMO REGES DOURADO**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

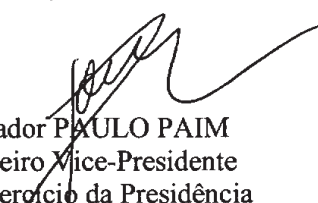
ATO DO PRESIDENTE**N.º 043, DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **MARCOS MAGALHAES DE AGUIAR**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

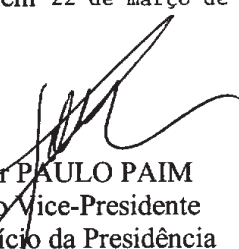
ATO DO PRESIDENTE**N.º 044, DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

CARMO LIMA FERREIRA, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 2 – Comunicações e Ciência da Informação, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

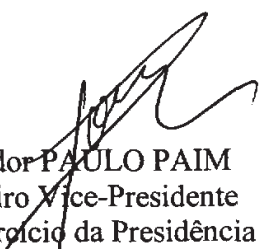
ATO DO PRESIDENTE**N.º 045 , DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **JOAO PEDRO DE SOUZA LOBO CAETANO**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 – Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

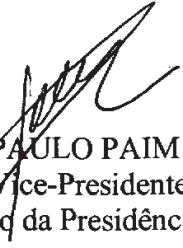
ATO DO PRESIDENTE**N.º 046, DE 2004**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

R E S O L V E

Nomear **TATIANA FEITOSA DE BRITTO**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 15 – Educação, Cultura e Desporto, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004.



Senador **PAULO PAIM**
Primeiro Vice-Presidente
no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Diretoria Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**N.º 048 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regulamentares, conferidas pelo art. 320 da Resolução n.º 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º. São designados os servidores Leila Silva, matrícula 4072, Paula Gonçalves Calhau, requisitada do MEC, José Antônio Tavares de Oliveira, matrícula 1797, Heine Oliveira Lima, matrícula 3924-SEEP, Vaneide Nascimento, matrícula 4378, Inês Sampaio Pacheco, matrícula 4626, Celice Leite Martinez Fernandez, matrícula 5130, e Ana Maria Mafra, matrícula 5132, para, sob a presidência da primeira e nos seus impedimentos, da segunda, comporem a Comissão Especial destinada a prestar informações sobre peças e documentos históricos do Museu do Senado aos visitantes, desenvolver atividades nos eventos culturais promovidos pelo Museu e divulgar o Museu Virtual, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2004.

Art. 2º. Os membros da Comissão Especial farão jus à percepção de gratificação mensal, cujo valor será correspondente ao Nível II – 75% do valor nominal da FC-06, que corresponderá a 20 horas de trabalho, equivalentes a 4 (quatro) dias em que servirem de guias aos visitantes, nos finais de semana e feriados, no horário das 10 às 15 horas.

Art. 3º. Deverá ser aplicada a proporcionalidade da gratificação mensal para os participantes cujo número de horas trabalhadas for inferior a 20.

Senado Federal, 22de março de 2004.



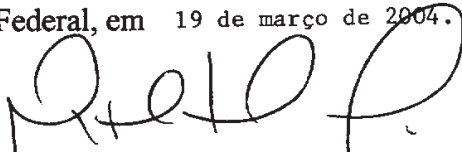
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 465 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003602/04-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ CARLOS DE MEDEIROS**, matrícula n.º 34171, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 19 de março de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 466 de 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 21543/03-8 resolve **APOSENTAR**, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, **MARIA CONSUELO COSTA BADRA**, matrícula 3885, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b”, da Emenda Constitucional nº 20 de 1998, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 22 de março de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral:** 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003**Presidente:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**¹³**Vice-Presidente:** Senador **DEMÓSTENES TORRES**²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 122 PÁGINAS